



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL

EDSON GONÇALVES MARANHÃO

EXCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO JACINTO NO
BAIXO JEQUITINHONHA DE MINAS GERAIS

UBERLÂNDIA-MG

2025

EDSON GONÇALVES MARANHÃO

**EXCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO JACINTO NO
BAIXO JEQUITINHONHA DE MINAS GERAIS**

Dissertação e Produto Educacional apresentados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) – Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Básica: fundamentos e planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Adelino José de Carvalho Dias.

UBERLÂNDIA-MG

2025

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

- M325e Maranhão, Edson Gonçalves.
Exclusão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto no Baixo Jequitinhonha de Minas Gerais / Edson Gonçalves Maranhão. – Uberlândia (MG), 2025.
146 f. : il., color.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.
Orientador: Prof. Dr. Adelino José de Carvalho Dias.
Inclui produto educacional.
1. Evasão escolar. 2. Políticas públicas – Educação. 3. Educação – Minas Gerais. I. Dias, Adelino José de Carvalho. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.295

Tatiane da Silva Viana – Bibliotecária – CRB-6/3171

EDSON GONÇALVES MARANHÃO

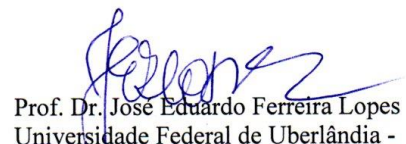
**EXCLUSÃO ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO
DO JACINTO NO BAIXO
JEQUITINHONHA DE MINAS
GERAIS**

Dissertação/Produto apresentada ao
Programa de Pós – Graduação
Profissional em Educação – Mestrado e
Doutorado da Universidade de Uberaba,
como requisito final para a obtenção do
título de Mestre em Educação.

Aprovado em 19/09/2025

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Adelino José de Carvalho
Dias (Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE


Prof. Dr. José Eduardo Ferreira Lopes
Universidade Federal de Uberlândia -
UFU


Profª. Drª. Gercina Santana Novais
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro – Educadores, nos termos da Resolução SEE nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do tempo em que estive na UNIUBE, muitas foram as pessoas que seguraram em minhas mãos e contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

Sou grato a Jesus Cristo pela graça concedida.

À minha família, que em todos os momentos não permitiu que eu me abatesse ou desistisse desse sonho.

Ao meu orientador, professor Adelino, que foi parceiro de todas as horas nessa construção.

Agradeço também aos colegas de caminhada da turma 10 – Edinailia Oliveira, Marcos Petraglia, Patricia Antunes, Lara Brogio e Débora – por sempre estarem presentes.

Sou igualmente grato aos/às professores/as e demais colaboradores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional da UNIUBE – pelo conhecimento e pela amizade partilhados.

Dedico este trabalho a Deus, minha fonte de inspiração; aos meus pais, pela criação exemplar; à minha esposa, pela paciência e companheirismo; aos meus filhos, pela torcida e incentivo; e aos meus irmãos, sobrinhos, sogro, sogra e cunhados, pelo carinho e cuidado de sempre.

RESUMO

A região do Baixo Jequitinhonha-MG, historicamente marcada por vulnerabilidades socioeconômicas, apresenta elevados índices de evasão escolar, configurando um desafio significativo ao desenvolvimento educacional de seus jovens. No município de Santo Antônio do Jacinto-MG, essa realidade é agravada pelas demandas precoces do mundo de trabalho informal, que competem diretamente com a permanência dos estudantes na escola. Esta dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), na linha de pesquisa "Educação Básica: fundamentos e planejamento", tem como objetivo geral analisar as causas e consequências da exclusão escolar no referido município, destacando sua relação com fatores sociais e econômicos da região. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa/análise documental, com o intuito de compreender como as condições locais influenciam as trajetórias educacionais, conforme discutido nos textos de Cellard (2012), Mattar e Ramos (2021), Severino (2007) e Lakatos e Marconi (2003). A revisão iniciará com a análise de fontes como livros, artigos de periódicos acadêmicos e dissertações, com autores centrais como Silva (2019), Oliveira (2020) e Costa (2021). Os resultados apontam que a evasão escolar é um fenômeno complexo e multifatorial, refletindo desigualdades estruturais que afetam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes no ambiente escolar. A importância das políticas públicas para mitigar a exclusão escolar e promover a permanência dos alunos na escola é destacada, com programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Projeto Trilhas de Futuro e o Programa Pé-de-Meia mencionados como iniciativas relevantes. Contudo, a pesquisa também evidencia a necessidade de aprimorar essas políticas, tornando-as mais efetivas e adaptadas às especificidades da região. Os resultados ainda indicam que o envolvimento da escola, da família e da comunidade é fundamental para garantir a permanência dos alunos. Ressalta-se, assim, que a criação de um ambiente escolar acolhedor, o fortalecimento do vínculo entre escola e família e a oferta de atividades extracurriculares são identificados como estratégias promissoras. Também é salientada a importância da adoção de estratégias pedagógicas inovadoras que promovam o engajamento dos alunos e tornem o aprendizado mais significativo. Desse modo, conclui-se que compreender essas especificidades é essencial para refletir estratégias que contribuam para a redução da evasão e para a promoção de uma educação básica mais equitativa e contextualizada.

Palavras chaves: Exclusão e evasão escolar; Políticas públicas educacionais; Baixo Jequitinhonha/MG.

ABSTRACT

The region of Baixo Jequitinhonha/MG, historically marked by socioeconomic vulnerabilities, shows high rates of school dropout, posing a significant challenge to the educational development of its youth. In the municipality of Santo Antônio do Jacinto/MG, this reality is worsened by the early demands of the informal labor market, which directly compete with students' school attendance. This dissertation, part of the Professional Graduate Program in Education at the University of Uberaba (UNIUBE), under the research line "Basic Education: foundations and planning," aims to analyze the causes and consequences of school exclusion in the aforementioned municipality, highlighting its relationship with the region's social and economic factors. The research adopts a qualitative and descriptive approach, based on a literature review and documentary research/analysis, aiming to understand how local conditions influence educational trajectories, as discussed in the works of Cellard (2012), Mattar and Ramos (2021), Severino (2007), and Lakatos and Marconi (2003). The review begins with the analysis of sources such as books, academic journal articles, and dissertations, with key authors including Silva (2019), Oliveira (2020), and Costa (2021). The results indicate that school dropout is a complex and multifactorial phenomenon, reflecting structural inequalities that directly affect students' access to, retention in, and success within the school environment. The importance of public policies to mitigate school exclusion and promote student retention is emphasized, with programs such as *Bolsa Família*, the *National School Feeding Program (PNAE)*, the *Trilhas de Futuro Project*, and the *Pé-de-Meia Program* highlighted as relevant initiatives. However, the research also shows the need to improve these policies, making them more effective and better suited to the specific needs of the region. The findings further show that the involvement of the school, family, and community is essential to ensure student retention. Thus, the creation of a welcoming school environment, strengthening the bond between school and family, and offering extracurricular activities are identified as promising strategies. The importance of adopting innovative pedagogical strategies that promote student engagement and make learning more meaningful is also highlighted. Therefore, it is concluded that understanding these specificities is essential for developing strategies that contribute to reducing dropout rates and promoting more equitable and contextually relevant basic education.

Keywords: School exclusion and dropout; Public educational policies; Baixo Jequitinhonha/MG.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos selecionados considerados relevantes com foco na evasão escolar.....	34
Quadro 2 – Dados sobre o rendimento do Ensino Médio em Minas Gerais 2024.....	45
Quadro 3 – Taxa de Aprovação em Santo Antônio do Jacinto-MG.....	65
Quadro 4 – Taxa de Reprovação em Santo Antônio do Jacinto-MG.....	66
Quadro 5 – Taxa de Abandono Escolar em Santo Antônio do Jacinto-MG.....	68
Quadro 6 – Taxa de Rendimento por etapa escolar em 2023.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação cartográfica do Vale do Jequitinhonha-MG.....	49
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Santo Antônio do Jacinto-MG	51
Gráfico 2 – Composição étnico-racial do município em 2022.....	53
Gráfico 3 – Mortalidade infantil no município	53
Gráfico 4 – Salário médio dos trabalhadores formais no município em 2022	54
Gráfico 5 – PIB per capita e receita pública municipal	55
Gráfico 6 – Número de matrículas em Santo Antônio do Jacinto-MG em 2024	56
Gráfico 7 – Evolução da distorção idade-série de Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024 – anos iniciais	58
Gráfico 8 – Evolução da distorção idade-série de Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024 – anos finais.....	59
Gráfico 9 – Evolução da distorção idade-série no Ensino Médio de Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024	61
Gráfico 10 – Taxa de rendimento (aprovação) por sexo, cor/raça – Ensino Fundamental - anos finais	69
Gráfico 11 – Taxa de rendimento (reprovação) por sexo, cor/raça – Ensino Fundamental - anos finais	71
Gráfico 12 – Taxa de rendimento (abandono) por sexo, cor/raça – Ensino Fundamental - anos finais	72
Gráfico 13 – Taxa de rendimento (aprovação) por sexo, cor/raça – Ensino Médio...	73
Gráfico 14 – Taxa de rendimento (reprovação) por sexo, cor/raça – Ensino Médio...	74
Gráfico 15 – Taxa de rendimento (abandono) por sexo, cor/raça – Ensino Médio.....	75
Gráfico 16 – Evasão no Ensino Fundamental	93
Gráfico 17 – Evasão no Ensino Médio	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre o rendimento do Ensino Médio 2024.....	97
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP	Aprendizagem Baseada em Projetos
ARA	Almeida Revista e Atualizada
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Catálogo de Dissertações e Teses
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COVID-19	Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FINOM	Faculdade do Noroeste de Minas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações Não Governamentais
PAPE	Programa de Apoio à Permanência Escolar
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	Programa Escola Aberta
PEE	Plano Estadual de Educação
PICE	Processos Investigativos em Contextos Escolares
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPJ	Programa Poupança Jovem
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSE	Programa Saúde na Escola
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEMG	Sistema de Avaliação da Educação de Minas Gerais
SciELO	Biblioteca Eletrônica Científica On-line
SEE/MG	Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDESE	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualizando a pesquisa: Memorial	16
1.2 Aspectos temáticos da pesquisa	26
1.3 Objetivos	27
1.3.1 Objetivo geral	28
1.3.2 Objetivos específicos	28
1.4 Estrutura e organização proposta para a dissertação	28
1.5 Procedimentos metodológicos	30
1.5.1 Revisão bibliográfica	36
2 EXCLUSÃO ESCOLAR EM SANTO ANTÔNIO DO JACINTO NO BAIXO JEQUITINHONHA DE MINAS GERAIS	45
2.1 A situação da evasão escolar no Estado de Minas Gerais	45
2.2 O Vale do Jequitinhonha-MG	48
2.3 Santo Antônio do Jacinto-MG: apontamentos históricos e formação administrativa	50
2.4 A evasão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto-MG	56
2.5 Impactos da evasão escolar na comunidade local	76
2.6 Iniciativas educacionais no município de Santo Antônio do Jacinto-MG	79
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	82
3.1 Políticas públicas no combate à evasão escolar	89
3.2 Dados estatísticos e tendências nacionais	91
3.3 Principais fatores que contribuem para a evasão	100
3.4 Dificuldades na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio	103
3.5 Condições socioeconômicas e vulnerabilidade social	105
3.6 Desmotivação e relação professor-aluno	108
3.7 Consequências da evasão escolar	110
3.7.1 Impacto no mundo do trabalho e na economia local	110
3.7.2 Repercussões na autoestima e no futuro dos jovens	112
3.8 Estratégias para redução da evasão escolar	115
3.8.1 Projetos e programas educacionais eficazes	115
3.8.2 A importância da família e da comunidade na permanência escolar	118
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

A evasão e a exclusão escolar são desafios persistentes no contexto educacional brasileiro, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas, como é o caso do município de Santo Antônio do Jacinto, localizado na região do Baixo Jequitinhonha/MG.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar, de forma reflexiva, as causas e consequências desse fenômeno, considerando a influência das dinâmicas locais de trabalho na permanência ou no afastamento dos estudantes da escola. Desse modo, a pretensão foi compreender como as exigências locais impactam a trajetória educacional dos jovens, contribuindo para processos de exclusão que limitam as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Na sequência, apresenta-se um memorial do autor.

1.1 Contextualizando a pesquisa: memorial

Este memorial é parte da exigência do curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UNIUBE – Universidade de Uberaba-MG, e traz relatos sobre as trajetórias percorridas ao longo da minha vida pessoal, profissional e acadêmica. A escrita deste memorial contempla as alegrias e os dissabores que permearam a caminhada do autor, evidenciando a dificuldade de se inserir em um meio social que historicamente exclui aqueles que não possuem condições econômicas favoráveis. Uma caminhada permeada por sentimentos de inadequação e por constantes desafios, uma vez que a escassez de recursos não apenas limitava o acesso a oportunidades, mas também reforçava a sensação de exclusão em contextos nos quais o poder aquisitivo se apresenta como critério de pertencimento. Assim, são apresentadas, cronologicamente, informações históricas e conquistas pessoais.

Posto isto, passo a relatar em primeira pessoa, visto tratar-se de minhas experiências e vivências. Resgato da memória fatos que marcaram minha vida, situações que, hoje, talvez fossem vivenciadas de forma diferente. Entretanto, reconheço que é justamente a capacidade de errar, acertar e recomeçar sempre que necessário que nos torna humanos, considerando que, a cada amanhecer, surge uma nova oportunidade: a oportunidade de rabiscar, no caderno da vida, sonhos e

projetos, com a esperança do raiar de um novo dia e, quem sabe, até de uma nova história.

Acredito que aqueles que lerem este memorial verão suas próprias vidas representadas, pois certamente passaram por experiências semelhantes às que vivenciei. Ressalto que o presente memorial se apresenta como um objeto de incentivo para todos aqueles que buscarão trilhar caminhos acadêmicos, sem desistirem de seus sonhos.

Infância e juventude: desafios e aprendizados

Nascido em 1977, na cidade de Santo Antônio do Jacinto, interior de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, a 850 km da capital, sou o segundo de sete filhos. Sendo filho de pai pedreiro e mãe doméstica, a privação de alguns itens básicos para a sobrevivência era comum, pois a família possuía nove membros e meu pai não ganhava o suficiente para arcar com todas as despesas, ainda que minha mãe cuidasse da casa e dos filhos. Muitas vezes contávamos com a ajuda de tios e vizinhos para amenizar a falta de algo corriqueiro, como, por exemplo, um copo de açúcar para terminar o café ou uma tigela de farinha.

Diante de uma vida de miséria e escassez, a solução era colocar os filhos mais velhos para fazer alguns bicos ou acompanhar o pai em serviços de empreitada. Hoje vejo aquilo como trabalho, porém, na época, achava divertido, pois a cada dia estava com meu pai em um ambiente diferente, já que o serviço de pedreiro nos permitia trabalhar em muitas casas ao longo do ano.

Em uma dessas passagens, tivemos a oportunidade de conhecer um casal de boas condições financeiras e de coração generoso. Foi ali que, aos oito anos, comi uma maçã pela primeira vez e pude me assentar em frente a uma mesa posta para o café da tarde, que, em meu olhar, parecia um banquete digno das histórias de grandes reinados. Por isso não esqueço daquela senhora que marcou a minha vida.

Não gostava de estudar, talvez porque estar preso entre quatro paredes não era o meu forte; desde cedo me acostumei a vagar de um lado para o outro. Brincar de futebol com os meus primos na rua era divertido, parecia muito mais atraente: bastava um *short* ou uma bermuda. Na escola, entretanto, exigiam-se trajes mais adequados, e essa era uma realidade distante da minha. Eu possuía apenas uma calça azul e duas camisas brancas – peças já curtas e apertadas pelo uso. Não

tinha merendeira nem bolsa para os cadernos, que carregava em uma sacola conseguida por meu pai com o dono da venda. Aquela precariedade me pesava, sobretudo diante dos olhares dos colegas, que pareciam me lembrar, a cada dia, de que eu não pertencia àquele espaço. Pensava ser melhor ficar em casa, a rigidez de meu pai, simbolizada pelo peso da cinta, não me deixava faltar à escola.

Aos dez anos já não dava mais para brincar. Curioso é que só aí descobri que meu pai não ganhava o suficiente para nos sustentar. Passei, então, a trabalhar como vendedor de geladinho durante a semana e, nos finais de semana, como ajudante de feirantes e camelôs. Em uma ocasião, cheguei em casa muito feliz com o resultado das vendas e gritei para minha mãe que já tinha dinheiro para o lanche: “Mamãe! Vamos comprar fubá de milho, a senhora faz cuscuz e a gente pode tomar café; eu compro o açúcar também”. Engraçado que, ao expressar essa frase, quando tinha dez anos, não senti o impacto que sinto agora. Sei o motivo: a inocência de uma criança não permite perceber o sofrimento. Naquele tempo tudo parecia normal. Mas, se era normal naquela época, por que agora sinto um nó na garganta e os olhos se enchem d’água?

Ah, pequena infância tão nua, tão crua e, ao mesmo tempo, tão bela, driblando tantas coisas que hoje já não consigo mais! Bate à porta a adolescência: os poucos trocados já não serviam mais. Então, tornei-me ajudante de pedreiro e de carpinteiro, ora com meu pai, ora com tios e primos, pois já não bastava apenas o lanche do café. As roupas, os objetos pessoais e os materiais escolares estavam dispendiosos, de modo que já não havia espaço para brincadeiras. Calejado pela vida, segui em frente sem nunca desanimar.

Na juventude, seria mais fácil? Talvez. Aos 15 anos já era pedreiro, conseguia algum dinheiro a mais e o desejo de ir embora da cidade começava a martelar forte na mente. “Vou embora, pois fulano chegou com carro, moto e dinheiro, conseguiu até namorada”, pensava eu, com aquela agonia no peito e na alma. Sair ou ficar? Em meio a essas perguntas, lembrei-me de que meu irmão mais velho estava trabalhando fora. Pensei que, assim que ele voltasse, diria o que eu deveria fazer, pois certamente chegaria com muito dinheiro. Triste ilusão: meu irmão voltou falido, pálido e sem nenhum tostão. Restou-me ficar e encarar a vida, cuja continuação apresento em outra parte deste memorial.

Em meio a tantas lutas e tribulações, com a mente já abatida – hoje sei que era depressiva –, alimentava muitas revoltas. Foi então que percebi que meu pai se

enveredava pelo caminho do álcool e minha mãe passava a tomar remédios controlados. Decidi ficar, precisava cuidar dos irmãos mais novos. Certa vez, meu pai saiu para o bar e perdeu todo o dinheiro da semana. Disse-me: “Edson, preciso falar com você, não fale nada com sua mãe, mas perdi todo o dinheiro da semana, estamos sem dinheiro para a feira”. Respondi para que não se preocupasse, pois naquela semana eu havia recebido o suficiente e repassei para ele. Senti raiva: lá se foi o dinheiro da minha bicicleta! Por que ele não larga essa maldita bebida? Não aguentava mais!

Alguns dias depois tivemos uma conversa. Meu pai relatou que queria mudar de vida. Começamos a frequentar uma igreja evangélica, nos adaptamos à nova comunidade e nossa vida deu uma guinada: já não havia mais vícios, intrigas ou qualquer outro tipo de transtorno. Tudo foi se canalizando e tomando um rumo certo, pois a paz interior nos permitia isso.

O tempo passou. Com 18 anos conheci minha esposa. Aos 20, contrariando tudo e todos, nos casamos. Batalhando juntos, vencemos os obstáculos e, desse amor, nasceram dois filhos, os quais posso dizer que são a mola propulsora que me permite ousar sempre e nunca desistir.

Voltando à infância, lembro-me de que, aos seis anos, como não havia pré-escola e os estudos só começavam aos sete, meu pai decidiu pagar algumas aulas particulares com uma vizinha. Segundo ele, eu precisava aprender o alfabeto antes de ingressar na escola regular. Porém, não aprendi nada, pois não conseguia me adaptar aos colegas nem à professora. Muitas vezes fugia da sala ou me escondia atrás das árvores para evitar as aulas. “Então vai ficar burro!”, dizia meu pai.

Aos sete anos, ingressei na Escola Estadual Clemente da Rocha Bandeira, instituição à qual, de certa forma, permaneço ligado até hoje. Calma, não repeti tantas vezes: atualmente trabalho na mesma escola onde vivi boa parte da minha infância. Fiz a 1ª série com facilidade e ali conheci uma mulher especial: a tia Glória. Essa, sim, era diferente da vizinha; gostei dela, pois sabia ensinar com carinho. Assim pensava eu. Em seguida, avancei para a 2ª e a 3ª séries também com facilidade: já era quase um papagaio, repetindo tudo o que aprendia. “Mãe, pai, não vou ficar burro! Estou aprendendo a ler com a tia. Toda sexta-feira tem lição, e quem não faz toma palmatória na mão. Ela é valente, mas eu consegui”.

Na 4ª série estava indo bem, até que meu pai resolveu ir trabalhar na roça. Não havia escolarização para nós. Eu e meu irmão mais velho não conseguimos

passar de ano. Que frustração! No ano seguinte tentamos novamente e tudo deu certo. Para minha surpresa, a tia Glória estava de volta, escalada para lecionar na 4ª série. Que alegria! Agora eu iria conseguir.

Foi nesse tempo que chegaram os livros didáticos e de literatura. Entre eles, deparei-me com uma história que parecia retratar a minha própria vida: *O Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos. Identifiquei-me com o personagem Zezé, que, assim como eu, tinha uma protetora chamada Glória, no caso dele, a irmã; no meu, a professora.

Aquele foi um ano maravilhoso. Além de ter minha professora novamente na sala, meu pai, por ironia do destino, foi contratado como pedreiro justamente para trabalhar na casa dela. Lá ouvi quando ela disse: “Seu José, o Edson é um menino esperto e inteligente, não deixe que ele saia da escola”.

Segui os estudos e cheguei ao ginásio, que compreendia da 5ª à 8ª série. Agora havia muitos professores e já não tinha a proteção da tia Glória. O segredo era enturmar com os colegas e criar vínculos. Foi então que conheci Arlan e Adimilson, amigos inseparáveis, verdadeiros anjos ao contrário. Coincidência ou não, Adimilson era um dos irmãos mais novos da tia Glória.

Na 6ª série, trabalhava para um senhor que, por compaixão, me presenteou com C\$ 5,00 cruzeiros e uma coleção capa dura da Walt Disney chamada Escoteiros Mirins. Esse presente melhorou tanto o meu humor quanto a minha leitura. No ano seguinte, já na 7ª série, encontrei outro tesouro: trabalhando na casa de um senhor colecionador de quadrinhos, tive contato com a famosa coleção do cowboy *Tex Willer*. Entre uma escapada e outra, lá estava eu, viajando pelo Velho Oeste, galopando pelo deserto e enfrentando bandidos.

Concluí com êxito essa etapa dos anos finais do ensino fundamental. Logo após, porém, surgiu a pergunta que me tirava o sono: “Devo continuar os estudos ou ir embora trabalhar?”. Ainda não havia ensino médio na cidade, e meus pais não tinham condições de bancar meus estudos em outra localidade, como faziam outros pais.

No final de 1993, meu irmão retornou de viagem trazendo a notícia de que a nova administração implantaria o ensino médio na cidade, na modalidade técnica de magistério. Essa novidade abriria vagas e permitiria que trabalhadores da educação se aperfeiçoassem. Era a oportunidade que eu e meu irmão precisávamos para ingressar nessa jornada.

Confesso que, diante de uma vida inteira na construção civil, meu maior sonho era me formar engenheiro. Mas, como as condições não permitiam arcar com os custos, embarquei no magistério, com a esperança de que, ao concluir o ensino médio, as coisas pudessem mudar.

Iniciei as aulas e conheci a melhor pedagoga de todos os tempos, uma professora que veio para completar o time da escola com uma forma de trabalhar nunca vista e com a seguinte máxima: “A sala de aula é como um picadeiro e os nossos alunos precisam aprender de forma leve e alegre”. “Ela é doida”, diziam os demais professores. Mas foi com essa mulher, a professora Nízia, que aprendi a gostar da educação e a olhar a vida por outro ângulo.

Concluído o ensino médio, apaixonei-me pela profissão de professor – e mais ainda, pois foi durante o estágio escolar que conheci, por meio de uma amiga em comum, aquela que se tornaria o amor da minha vida. Estava certo: na profissão encontrei meus maiores amores: a esposa e a oportunidade de ser alguém na vida, com respeito e dignidade

Formação e ingresso na educação

Aos 18 anos, enquanto cursava o 3º ano do técnico em magistério, participei, juntamente com meu irmão, do processo seletivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Era época de recenseamento, e ele conquistou o 1º lugar geral, enquanto eu fiquei em 2º. Foi o nosso primeiro emprego de verdade: carteira assinada, vale-alimentação, tudo conforme mandava a lei. Realmente, a vida deu uma guinada. Foram cinco meses de fatura, com ele atuando na coordenação geral e eu na coordenação de núcleo. Como diria Paulo Freire:

Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar (Freire, 1987, p. 14).

Ano seguinte, em 1997, com o diploma de magistério em mãos, a administração municipal me contratou para atuar como professor das séries iniciais na zona rural. Havia, porém, a necessidade de escolher em qual região eu atuaria.

Foi então que optei por trabalhar na comunidade Imaculada Conceição – onde morava minha noiva –, na Escola Municipal Delson Saraiva, localizada a 14 km da sede. Ali assumi turmas multisseriadas da 3ª e 4ª séries, compostas por muitos alunos da minha idade, todos marcados pela labuta da terra. Foi nesse espaço que me encontrei como educador e vivi quatro anos de dedicação, atuando como professor coordenador (1997 a 2000).

No ano de 2000, a Secretaria de Educação firmou parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) para capacitar onze professores do município. Mais uma vez, eu e meu irmão fomos selecionados, já que ambos atuávamos como docentes. Assim, em todos os ciclos de férias, viajávamos para a cidade de Joáima, onde funcionava um polo da universidade, em busca de aprimoramento. Durante o ano de 2000, tudo correu bem. Mas, em 2001, com a chegada de um novo grupo político à administração, iniciou-se uma verdadeira caça às bruxas: dos onze professores, nove foram demitidos.

E agora? Como pagar o curso, como custear as despesas da casa? Desempregado, voltei à lida de pedreiro, não mais com o mesmo ânimo, pois havia deixado para trás a minha paixão: o magistério. Com muito esforço e o apoio de alunos de outras cidades, conseguimos formar uma rede de solidariedade. Os colegas ajudavam a custear nossas passagens, pedíamos auxílio a autoridades e, por fim, conquistamos na justiça o direito de colar grau e concluir o curso, uma vez que o contrato havia sido firmado com o município, e não diretamente com os alunos.

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!
Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!
Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.
É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!
Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!
Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranquilo.
Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.
(Mireles, 1964).

O ano de 2001 foi marcado por momentos de alegria e tristeza. Estávamos desempregados e, entre os onze alunos que cursavam o Normal Superior, cinco perderam pessoas muito próximas. Entre eles estavam eu e meu irmão, que sofremos a dolorosa perda de nossa irmã de 13 anos, vítima de meningite. Foi uma dor terrível: a dor da ausência e a dor de não poder proporcionar a ela um velório digno, pois toda a família estava sem trabalho.

No ano seguinte, abriu-se concurso da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para Assistente Técnico Administrativo das escolas estaduais. Fui aprovado e convocado, mas apenas para atuar como contratado, já que não estava entre as vagas de efetivação. Fui trabalhar no distrito de Jeribá, no município de Palmópolis/MG, a 56 km de casa, e por lá fiquei por quinze dias. Logo surgiu uma vaga mais próxima, no povoado de Cristianópolis, município de Santo Antônio do Jacinto/MG, a 25 km da sede, onde trabalhei por três meses. Em seguida, surgiu uma oportunidade de vir para a cidade e fui para a Escola Estadual João Vieira de Souza, onde permaneci até outubro. Para minha felicidade, nesse mesmo mês saiu uma nova listagem de efetivação, e meu nome apareceu em primeiro lugar em toda a regional. Naturalmente, escolhi a Escola Estadual Clemente da Rocha Bandeira, onde sou efetivo e permaneço até hoje.

Em 2003, já com o diploma de curso superior, eu e meu irmão adquirimos uma moto e nos inscrevemos para lecionar na Escola Estadual do povoado de Cristianópolis. Atuamos ali até 2004, lecionando nas séries iniciais do ensino fundamental, acumulando a função de professor com a de assistente técnico administrativo.

No ano de 2005, com a posse de uma nova gestão municipal, fomos chamados novamente para trabalhar na sede, desta vez como coordenador escolar. Em maio do mesmo ano, a prefeitura realizou concurso público, no qual fui aprovado em quinto lugar. Assim, deixei a coordenação e assumi o estágio probatório na Escola Municipal Milagrosa, onde tomei posse e permaneci em exercício.

Em 2009, licenciei-me dos cargos de professor e assistente administrativo para assumir a pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde permaneci por quatro anos (2009-2012). Essa experiência foi enriquecedora, pois me permitiu vivenciar de perto as mazelas da população e compreender a importância da política pública no cotidiano das pessoas.

Em 2013, retomei minhas atividades profissionais na educação, assumindo turmas do 5º ano do ensino fundamental na rede municipal e, à noite, lecionando no ensino médio – técnico e regular – da rede estadual.

Em 2016, sou chamado pelo prefeito para compor a sua administração, trabalhando em capacitações de funcionários e dando assessoria como membro da comissão de licitação, por também possuir curso de pregoeiro. Nessa ocasião, cumpria apenas as quatro horas do cargo efetivo, pois já não queria abdicar do cargo do estado.

Concluída essa gestão, em 2020 retomei as atividades no município, agora com um público diferente: a Escola Municipal Milagrosa passou a atender crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. No início, confesso que fiquei um pouco assustado, mas logo a inocência e o carinho de cada criança revigoraram minhas energias. Hoje posso afirmar que não há lugar melhor para estar e conviver, pois o amor que recebo delas é verdadeiro.

Consolidação profissional e contribuição para a educação

Diante de tantos encontros e desencontros profissionais, percebi que o conhecimento foi o que me levou a lugares onde nunca imaginei estar. Por isso, compreendi que precisava beber ainda mais dessa fonte. “Antes, cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (Bíblia, 2 Pe 3,18).

Concluí a graduação em 2002, mas queria algo mais, pois sabia que a educação — ou mesmo outros caminhos que poderia trilhar — demandariam mais conhecimento. Contudo, em uma cidade como a minha, tudo era muito difícil, e só dez anos depois, em 2012, consegui cursar uma pós-graduação *lato sensu* em Supervisão e Orientação Escolar, pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). O curso, embora de curta duração, ampliou minha visão de mundo e de sujeito. Quanto mais aprendia, mais sentia necessidade de compreender a vida e as pessoas ao meu redor.

Sem parar de sonhar, em 2022 surgiu o Projeto Trilhas de Futuro Educadores, com edital aberto para o Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, entre outros oferecidos por diferentes universidades. Sem medir esforços, inscrevi-me na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Classifiquei-me para a 1ª etapa, mas, para minha surpresa, quando saiu a listagem

final havia uma observação informando que eu não havia comprovado vínculo com o Estado. Procurei a SEE-MG e fui informado de que havia realizado apenas a pré-inscrição, manifestando interesse como servidor, mas não cheguei a concluir o procedimento no site da universidade. Quanta decepção! Fiquei frustrado. Como poderia ter me esquecido? Foi então que descobri o motivo: naquela ocasião eu estava em Belo Horizonte, acompanhando o tratamento da minha esposa e, ao mesmo tempo, tratando de minha própria saúde, já que enfrentava problemas psiquiátricos em decorrência da pandemia. Compreendi que não era o momento certo, até porque estava sob efeito de medicamentos, e que seria melhor esperar uma nova oportunidade.

Segui em minhas lutas diárias – trabalho, família e comunidade – sempre tentando dar o melhor de mim. E eis que uma nova chance surgiu quando a Universidade de Uberaba (UNIUBE), em parceria com o Projeto Trilhas, abriu novas seleções. Dessa vez, fiquei atento a todos os trâmites e apresentei meu projeto de pesquisa ao Programa de Mestrado Profissional em Formação Docente para a Educação Básica, na Linha de Pesquisa I: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.

Nessa linha, apresentei um projeto sobre um tema que sempre me inquietou: a exclusão escolar, uma questão preocupante que afeta muitas comunidades, inclusive o município de Santo Antônio do Jacinto/MG, onde a necessidade financeira das famílias dos estudantes costuma ser apontada como uma das principais razões para a saída prematura dos jovens da escola.

Essa realidade representa um desafio significativo para o desenvolvimento educacional e para a formação cidadã dos estudantes, impactando negativamente suas trajetórias de vida e ampliando as desigualdades sociais, algo que eu mesmo pude vivenciar e sentir na própria pele ao longo da minha história.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as

épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1967, p. 49).

Assim, sigo prosseguindo e, ao longo desse caminho, muitas perguntas vão surgindo. E, mesmo sabendo que não terei todas as respostas, já posso afirmar: não serei a mesma pessoa ao final desse caminhar.

1.2 Aspectos temáticos da pesquisa

Considerando o contexto descrito no memorial, cabe mencionar que a temática da exclusão escolar e sua relação com o mundo do trabalho constitui uma questão complexa e multifacetada, que exige análise dos fatores socioeconômicos, culturais e educacionais que contribuem para essa realidade. Na região do Baixo Jequitinhonha/MG, marcada por particularidades históricas e socioeconômicas, a evasão escolar emerge como um fenômeno de relevância significativa, impactando diretamente o desenvolvimento educacional e social dos jovens. Diante desse cenário, a presente pesquisa de mestrado investigou as causas e consequências da evasão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto/MG, buscando compreender como as dinâmicas do mundo do trabalho influenciam as trajetórias educacionais dos jovens dessa localidade.

Dubet (2003) destaca que a exclusão escolar é o resultado “normal” da expansão de uma escola democrática de massa que, ao mesmo tempo em que afirma a igualdade dos indivíduos, evidencia a desigualdade de seus desempenhos. Assim, a escola integra mais e exclui mais do que antes, a despeito de seus princípios e ideologias, funcionando cada vez mais como o mercado, cujo próprio princípio é a lógica da integração e da exclusão. No contexto do Baixo Jequitinhonha/MG, esses fatores se agravam diante das limitações econômicas e da pressão exercida pelo trabalho informal, que atrai os jovens para ocupações de baixa qualificação e remuneração (Carvalho, 2021).

A relação entre o mundo do trabalho e a exclusão escolar deve ainda ser compreendida à luz das transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas. O processo de urbanização e a migração de famílias em busca de melhores condições de vida em cidades próximas geraram novas dinâmicas no mundo do trabalho, mas também criaram desafios para a permanência dos jovens

na escola (Ferreira, 2022). Nesse sentido, a ausência de políticas educacionais que dialoguem com a realidade local e promovam uma formação profissional condizente com as necessidades da região é apontada por Lima (2020) como uma das lacunas que precisam ser preenchidas para reverter o quadro de exclusão escolar.

Em meio a esse cenário, a força de trabalho torna-se uma mercadoria que parte significativa da população é obrigada a vender para garantir sua sobrevivência. Saviani (2006) ressalta que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, posto que apenas o ser humano trabalha e educa. Entretanto, a economia global, ao buscar incessantemente maximizar a mais-valia, contribui para um ciclo de exploração que perpetua a desigualdade social e a precarização das relações laborais. O mundo do trabalho na contemporaneidade, assim, reflete as contradições de um sistema que, embora tecnologicamente avançado, ainda enfrenta grandes desafios no que se refere à justiça social e à dignidade do trabalhador (Medeiros, 2013).

Conceitualmente, a evasão escolar é um fenômeno que afeta profundamente o desenvolvimento social e econômico de regiões carentes como o Baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais. Nesses contextos, a necessidade de contribuir financeiramente para a subsistência familiar leva muitos jovens a deixarem a escola prematuramente e ingressarem no mundo do trabalho, quase sempre em atividades de baixa qualificação e remuneração. Essa realidade reforça um ciclo de pobreza e exclusão social que perpetua as desigualdades na região.

Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os fatores que levam à exclusão escolar de jovens do Baixo Jequitinhonha/MG para ingressarem precocemente no mundo do trabalho e como essa dinâmica influencia o processo formativo de alunos e alunas excluídos dos espaços escolares?

Esse problema de pesquisa exige a investigação das motivações e consequências da evasão escolar em função da entrada precoce no mundo do trabalho, buscando identificar estratégias capazes de reverter essa situação e promover a inserção dos jovens na educação formal, de modo a contribuir para o desenvolvimento da região.

1.3 Objetivos

A pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as causas e consequências da exclusão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto/MG.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Compreender o contexto social de alunos e alunas afetados pelos problemas da exclusão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto/MG;
- b) Investigar os fatores socioeconômicos e culturais que contribuem para a exclusão escolar nesse município;
- c) Refletir sobre os indicadores educacionais nesse município e na região imediata.

Com esse propósito, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o contexto social e as dinâmicas que levam os jovens da região à exclusão e a evasão escolar. Nesse sentido, faz-se necessário mapear os fatores que interferem nessa relação e, na medida do possível, subsidiar a implementação de políticas públicas, em articulação com instituições educacionais e organizações da sociedade civil, para mitigar os impactos negativos da exclusão escolar na vida dos jovens e no desenvolvimento regional.

Adicionalmente, o estudo busca contribuir para a literatura acadêmica ao trazer um olhar direcionado às especificidades do município de Santo Antônio do Jacinto/MG, uma localidade inserida em uma região frequentemente negligenciada por estudos nacionais, mas que apresenta particularidades relevantes e que merecem investigação aprofundada. Compreender essa realidade constitui passo fundamental para o desenvolvimento de estratégias efetivas e contextualizadas voltadas à redução da exclusão escolar e à promoção de um futuro mais inclusivo e promissor para a juventude local.

1.4 Estrutura e organização da dissertação

Este texto dissertativo está organizado da seguinte forma:

A Seção 1, intitulada Introdução, apresenta o memorial, trazendo a trajetória formativa e profissional do pesquisador, bem como os motivos que o levaram à escolha do tema da pesquisa. Em seguida, aborda os aspectos temáticos centrais do estudo e explicita os objetivos geral e específicos. Nessa seção também é descrita a metodologia a ser adotada, que combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, com abordagem de natureza mista.

A Seção 2, intitulada Exclusão escolar em Santo Antônio do Jacinto, no Baixo Jequitinhonha/MG, apresenta um breve relato sobre o histórico do município e sua formação administrativa. Na sequência, detalha, por meio de gráficos, a situação social, econômica e educacional local, considerando dados sobre evasão e abandono escolar obtidos nos censos de 2022/2024. Analisa, ainda, os impactos dessa realidade na comunidade local e as medidas e ações adotadas para enfrentar tais implicações. A seção contempla, ainda, considerações sobre o Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres e distantes da capital mineira, com desafios educacionais particulares, em especial em Santo Antônio do Jacinto/MG, e discute a história da educação em Minas Gerais e os desafios enfrentados em um estado marcado por realidades tão diversas, especialmente quando se trata de educação.

Na Seção 3, intitulada Políticas públicas e evasão escolar no Brasil, discutem-se as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da evasão escolar no país, com destaque para o Ensino Médio, etapa que apresenta os maiores índices. Também são apresentados programas federais voltados à melhoria da frequência e permanência dos estudantes, por meio de apoio financeiro, pedagógico, nutricional e profissional, tais como: Programa Bolsa Família (PBF), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Novo Ensino Médio, Projeto Trilhas de Futuro e Programa Pé-de-Meia. Também se discutem os problemas da evasão e do abandono escolar no Brasil, a partir de dados estatísticos que revelam tendências preocupantes, como as dificuldades na transição do Ensino Fundamental para o Médio, as limitações socioeconômicas e as fragilidades estruturais que marcam o sistema educacional. A seção inclui, ainda, uma análise sobre as transformações do mundo do trabalho no Brasil e os efeitos provocados pela evasão e pelo abandono escolar.

A Seção 4, refere-se às considerações finais e apresenta os principais apontamentos obtidos ao longo da pesquisa, visando responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos enunciados na introdução.

Por fim, como Apêndice, é apresentado o produto elaborado pelo autor a partir das observações e conclusões construídas durante o desenvolvimento da pesquisa.

1.5 Procedimentos metodológicos

A pesquisa intitulada “Exclusão Escolar no município de Santo Antônio do Jacinto/MG” adotou uma metodologia que combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, conforme discutido em Cellard (2012), Mattar e Ramos (2021), Severino (2007) e Lakatos e Marconi (2003). Essa abordagem foi estruturada para oferecer uma compreensão das relações entre a exclusão escolar e as exigências do mundo do trabalho na região do Baixo Jequitinhonha/MG.

A revisão bibliográfica, como destacado por Lakatos e Marconi (2003), foi fundamental para a fundamentação teórica da pesquisa. Esse processo envolveu a seleção e análise crítica de obras e artigos acadêmicos que tratam da exclusão escolar, com ênfase especial na realidade do Baixo Jequitinhonha/MG. A revisão da literatura possibilitou ao pesquisador explorar perspectivas e resultados de estudos anteriores, identificar lacunas no conhecimento e construir uma base teórica sólida que sustente a investigação.

O levantamento bibliográfico iniciou-se com a análise de livros, artigos de periódicos acadêmicos e dissertações. A seleção das fontes foi guiada pela relevância e atualidade dos estudos, incluindo trabalhos que abordassem a exclusão escolar em regiões com características semelhantes às do Baixo Jequitinhonha/MG. Tendo como descritores os termos Exclusão Escolar, Políticas Públicas e Baixo Jequitinhonha/MG, a revisão foi realizada em repositórios consolidados, como SciELO, CAPES e BDTD.

Autores como Silva (2019), Oliveira (2020) e Costa (2021) foram centrais nesta análise. Silva (2019) apresenta uma perspectiva sobre a relação entre exclusão escolar e o mundo do trabalho no Nordeste brasileiro, servindo de comparação com a realidade do Baixo Jequitinhonha. Oliveira (2020) discute os

impactos da exclusão escolar nas oportunidades de emprego e no desenvolvimento econômico em áreas rurais, oferecendo dados relevantes sobre as dinâmicas socioeconômicas locais. Já Costa (2021) analisa políticas públicas educacionais e suas implicações no enfrentamento da exclusão escolar em regiões com características socioeconômicas semelhantes às do Baixo Jequitinhonha/MG.

A análise documental, segundo Cellard (2012), consiste na investigação de documentos oficiais, estatísticas educacionais e relatórios de órgãos governamentais que oferecem dados empíricos sobre a exclusão escolar na região. Esse método permite ao pesquisador acessar informações primárias que complementam e enriquecem a análise teórica construída a partir da revisão bibliográfica.

A pesquisa documental foi realizada com base em documentos disponibilizados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Educação (MEC) e secretarias estaduais e municipais de educação. Esses documentos forneceram dados quantitativos e qualitativos essenciais para compreender as causas e consequências da exclusão escolar no contexto do Baixo Jequitinhonha/MG.

A análise dos dados seguiu um procedimento sistemático, em consonância com os princípios metodológicos de Severino (2007), que enfatiza a importância de contextualizar as informações e integrá-las a uma análise crítica. O objetivo foi identificar padrões e tendências nas relações entre exclusão escolar e mundo do trabalho, explorando como esses fatores interagem e influenciam o desenvolvimento socioeconômico da região.

Com essa abordagem metodológica, a pesquisa buscou mapear a exclusão escolar e propor recomendações que contribuam para a formulação de políticas públicas no município de Santo Antônio do Jacinto/MG e na região do Baixo Jequitinhonha/MG. A reflexão crítica sobre os textos estudados na disciplina Processos Investigativos em Contextos Escolares (PICE) foi integrada à análise, permitindo um diálogo entre teoria e prática investigativa na educação.

Para a construção do estado do conhecimento, foi realizado inicialmente um mapeamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando o período de 2013 a 2024. Para garantir relevância, atualidade e qualidade das produções analisadas, foram estabelecidos critérios específicos de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão orientaram a seleção das produções que atenderam aos seguintes parâmetros: (1) período de publicação – foram consideradas apenas as produções publicadas entre 2013 e 2024, garantindo atualidade às discussões analisadas; (2) disponibilidade gratuita – priorizou-se o acesso aberto às produções, possibilitando uma análise completa e transparente dos conteúdos; (3) alinhamento com os objetivos da pesquisa – os trabalhos selecionados abordavam direta ou indiretamente os temas centrais do estudo, como evasão e exclusão escolar, políticas públicas educacionais e a relação com o mundo do trabalho; (4) foco em mestrados profissionais – buscou-se priorizar dissertações dessa modalidade, em função de sua aplicabilidade prática e proximidade com a realidade educacional; e (5) pertinência temática e geográfica – os trabalhos foram selecionados também por sua conexão com a região do Baixo Jequitinhonha/MG, seja como objeto de estudo, cenário empírico ou ponto de referência para análises comparativas.

Quanto aos critérios de exclusão, estes foram aplicados para eliminar produções que não contribuíam de forma significativa ao escopo da pesquisa, sendo desconsiderados: (1) trabalhos fora do recorte temático – produções que não abordavam diretamente os temas de evasão, exclusão escolar, políticas públicas ou mundo do trabalho; (2) produções duplicadas ou incompletas – trabalhos repetidos entre repositórios ou com acesso indisponível, incompleto ou com dados insuficientes; (3) falta de relação com os objetivos da pesquisa – trabalhos que, embora mencionassem os descritores, não apresentavam vínculo real com os objetivos centrais do estudo; e (4) produções que não atendiam ao escopo após análise do resumo – trabalhos que, mesmo após leitura detalhada, não ofereciam contribuição efetiva ao tema investigado. A aplicação rigorosa desses critérios possibilitou uma seleção fundamentada e consistente das produções que compõem o referencial teórico deste trabalho, assegurando qualidade e coerência às análises propostas.

Na busca inicial, foram utilizados os descritores “evasão”, “exclusão escolar”, “políticas públicas”, “Baixo Jequitinhonha/MG”. No entanto, não foram obtidos resultados suficientemente significativos para os objetivos da pesquisa, o que exigiu a reformulação dos termos. Com o descritor “evasão”, por exemplo, foram localizados 3.756 trabalhos; após a aplicação do filtro cronológico, apenas 2 foram selecionados. O descritor “evasão escolar na educação básica” resultou em 55 trabalhos, dos quais 3 foram escolhidos. Para “exclusão escolar”, foram encontrados

8 trabalhos, sendo 1 selecionado. A busca por “evasão escolar e políticas públicas” retornou 102 dissertações, das quais 2 foram consideradas pertinentes. Para “evasão no ensino fundamental”, foram localizados 64 trabalhos, com apenas 1 selecionado. Por fim, o descritor “evasão escolar e mundo do trabalho” resultou em 82 dissertações; ao aplicar o filtro para mestrados profissionais, restaram 24 produções, das quais 3 foram selecionadas.

O refinamento inicial priorizou trabalhos de mestrado profissional, buscando alinhamento com o escopo da pesquisa. A seleção considerou a temática central do estudo, o recorte cronológico definido e a relação entre os títulos e os objetivos da investigação. Para garantir a pertinência das produções analisadas, os resumos foram lidos integralmente, e os trabalhos que não atendiam aos critérios previamente estabelecidos foram excluídos. Esse processo possibilitou a sistematização de um panorama atualizado sobre a exclusão escolar, direcionando o olhar para a região do Baixo Jequitinhonha/MG e explorando suas causas e consequências em relação às exigências do mundo do trabalho local.

No portal BDTD, os resultados somaram 3.471 produções com base nos mesmos descritores mencionados. Todavia, não se priorizou a quantidade de trabalhos, mas sim a relevância daqueles que poderiam servir de suporte teórico à pesquisa. Desse modo, foi selecionado apenas 1 trabalho, de um total de 9 que retornaram, seguindo-se os mesmos critérios de análise já adotados.

Para o descritor “exclusão”, não houve registros. Já a busca com o descritor “evasão escolar na educação básica e políticas públicas” resultou em 162 trabalhos, dos quais 3 foram selecionados.

Assim, no Quadro 1 são relacionados os trabalhos analisados e interpretados como suficientes para demonstrar o estado da arte e a produção já existente sobre o tema investigado.

Quadro 1 – Estudos selecionados considerados relevantes com foco na evasão escolar

Ano	Autor	Título	Repositório/Instituição
2016	BASTOS, Janaina Pereira do Amaral	Dissertação: Evasão escolar no Ensino Fundamental em Nova Iguaçu: dimensões políticas e culturais	Universidade do Estado do Rio de Janeiro https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=4233383
2021	SOUSA, Francisco Lazaro Gomes de	Dissertação: Evasão escolar no Ensino Médio e exclusão social no Estado do Maranhão (2015-2020)	Universidade Federal Do Maranhão https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11314323
2019	OLIVEIRA, Aline Maria da Conceição Vieira de	Dissertação: A evasão no Projeto Jovem Aprendiz: um estudo de caso em novas tecnologias digitais solucionando fatores de evasão.	Centro Universitário Carioca https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/dissert acoes/
2022	PEDROSO, Lenice Aparecida de Carvalho	Dissertação: Evasão escolar no Ensino Médio Técnico Profissionalizante Concomitante e Subsequente: análise da produção científica brasileira (2010-2020)	Universidade Federal de Lavras https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11437402
2021	BERNARDO, Deise de Souza	Dissertação: O papel da gravidez na adolescência na evasão escolar	Universidade Federal do Rio de Janeiro https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11522298
2022	KRINDGES, Shana	Dissertação: Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019	Universidade Metropolitana de Santos https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11314323
2021	SANTANA, Tania Pereira	Dissertação: Evasão escolar no município do Crato-Ce no período de 2016-2018: percepção dos gestores escolares	Universidade Regional do Cariri https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11245235
2016	FERREIRA, Joao Cesar Souza	Dissertação: Evasão escolar e o Programa Poupança Jovem: um estudo de caso no município de Teófilo Otoni	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri https://sucupira- legado.capes.gov.br/dsucupira/public/consulta s/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConcl usao.jsf?popup=true&id_trabalho=4307669
2021	XAVIER, Kalebe Monteiro	Dissertação: Políticas institucionais para permanência e êxito de estudantes: análise de fontes documentais do Instituto Federal de Educação, Ciência e	Universidade Cidade de São Paulo https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/ coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu sao.jsf?popup=true&id_trabalho=4307669

		Tecnologia de São Paulo	
2023.	FERNANDES, Gildásio Antônio	Dissertação: A presença da UFVJM na Educação Básica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13803559
2019	CHAVES, Brisa Bela Alves Nascimento	Dissertação: Evasão no Ensino Médio: estudo de caso no interior de Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7889426
2019	OLIVEIRA, Flavia Alves de Castro.	Dissertação: Evasão escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/580 https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7889426
2024	JORGE, Lucas Vinício Souza	Dissertação: O impacto do trabalho infantil no desempenho escolar: um estudo no estado de Minas Gerais	Universidade Federal de Lavras https://sip.prg.ufla.br/arquivos/php/bibliotecas/repositorio/download_documento/baixar_por_a_nosemestre_matricula.php?arquivo=20241_202010229
2016	OLIVEIRA, Laenia Chagas de	Dissertação: Evasão escolar: identificando causas e propondo intervenções	FACULDADES EST, São Leopoldo https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_245e9c4ec1c03c767e16f3755a128257
2022	FERREIRA, Valdirene de Jesus	Dissertação: a evasão escolar na educação básica: um estudo com moradores do campo	Universidade Federal de Viçosa https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_9997771c9be949b6bdec7045390339c6
2021	MONTEIRO, Mirella de Carvalho Bauzys	Dissertação: Direito à permanência escolar: contribuição para políticas públicas	Biblioteca Digitais de Teses e Dissertações da USP https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_48b9bcc5d899d2b83334e0dd5d65be5

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Considerando-se o que foi demonstrado, faz-se então uma síntese dos trabalhos analisados para a pesquisa, os quais contribuem para a compreensão das causas e consequências da exclusão escolar na região do Baixo Jequitinhonha/MG. A sistematização desses estudos possibilitou identificar padrões e relações com as exigências do mundo do trabalho local, fornecendo subsídios para a análise crítica do fenômeno e para a busca de alternativas que favoreçam a permanência dos estudantes na escola.

1.5.1 Revisão bibliográfica

A escola desempenha um papel fundamental na promoção dos vínculos sociais, no desenvolvimento de habilidades físicas e cognitivas e na formação dos alunos como agentes ativos na sociedade. No entanto, desafios e barreiras cotidianas ao direito à educação aumentam o risco de os jovens interromperem sua trajetória escolar. Nesse contexto, esta seção apresenta a descrição dos trabalhos analisados, com o objetivo de conhecer estudos que se debruçam sobre essa temática tão relevante no âmbito educacional.¹

No estudo de Bastos (2016), foi investigado o panorama da evasão escolar na rede municipal de Nova Iguaçu-RJ, correlacionando-o às políticas públicas implementadas no Brasil e na cidade da Baixada Fluminense. A pesquisa buscou analisar os impactos dessas políticas no enfrentamento do abandono escolar, além de examinar as legislações vigentes relacionadas ao tema. Como reflexão, o autor destacou que a visibilidade do fenômeno da evasão escolar é importante para a construção do sistema educacional, sobretudo quando utilizada não apenas para comparar resultados numéricos, mas para reconhecer que deles emergem histórias e sujeitos, devendo, assim, servir à promoção da coerência e da equidade social.

A pesquisa de Sousa (2021) analisou a evasão escolar no Ensino Médio e sua relação com a exclusão social a partir da década de 1990. Os resultados apontaram que esse fenômeno decorre, principalmente, da decisão do próprio estudante e de sua família ou das consequências das políticas neoliberais adotadas no período. O estudo investigou os fatores que influenciam a evasão escolar a partir de uma abordagem histórica e crítica, buscando revelar tanto sua manifestação aparente quanto suas raízes ideológicas. Também questionou a lentidão e a ineficácia das políticas públicas no enfrentamento da evasão escolar, examinando as razões do aumento desse fenômeno no Ensino Médio, especialmente na rede pública, e discutiu sua relação direta com a exclusão social.

Os resultados da pesquisa de Sousa (2021) indicam que a evasão na rede pública é três vezes maior do que na rede privada, ocorrendo de forma distribuída ao longo dos três anos do Ensino Médio, enquanto, nas escolas privadas, concentra-se

¹ Ao interesse desse estudo, considerando as especificidades do recorte espacial definido para a realização da pesquisa, optou-se por priorizar a discussão do tema no universo do ensino médio, em especial pelo acesso aos indicadores sociais do público jovem da região disponíveis.

principalmente na segunda série. A pesquisa conclui que a evasão resulta, em parte, da política neoliberal de racionalização dos gastos com educação e é agravada pelo cenário de pobreza que atinge grande parcela da população. A pesquisa conclui que a evasão escolar e a exclusão social só poderão ser superadas com a revisão do sistema capitalista de classes.

No estudo de Oliveira (2019), foram apontadas as principais causas da evasão escolar e apresentadas propostas de soluções voltadas ao apoio ao Jovem Aprendiz em seu posto de trabalho, visando integrar os agentes do projeto e minimizar os índices de evasão. O trabalho apresenta ainda um protótipo de tecnologia digital, depositado na Plataforma Proximal, como hipótese para enfrentar os fatores que contribuem para a evasão. O autor ressalta, contudo, que a tecnologia, por si só, não evita a evasão, mas integra informações e agentes envolvidos com o Jovem Aprendiz, possibilitando soluções inovadoras que vão além do enfrentamento direto da saída desse público do projeto.

Também Pedroso (2022) investigou o fenômeno da evasão escolar enfrentado por diferentes instituições de ensino ao longo do tempo, tanto na educação básica quanto na educação superior. O autor destaca que, devido à sua complexidade, a evasão pode ser compreendida sob diferentes perspectivas: como decisão do aluno de abandonar o curso em que está matriculado; como consequência de reprovações sucessivas que geram desmotivação para continuar os estudos; como resultado da exclusão do estudante pelo sistema de ensino; ou ainda como reflexo do fracasso escolar, especialmente entre as classes sociais mais populares.

Segundo Pedroso (2022), estudiosos apontam que não é tarefa simples identificar e classificar a evasão escolar, em razão da indeterminação conceitual, das diferentes metodologias utilizadas para estudá-la e da ausência de um conceito definitivo e abrangente. Os resultados de sua pesquisa revelam que os fatores que mais contribuem para a evasão escolar incluem: dificuldade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades de aprendizagem, disciplinas consideradas complexas, falta de identificação com os cursos técnicos, problemas familiares, distância da escola e custos com transporte, dificuldades de relacionamento com professores, opção por ingresso no ensino superior, maternidade e paternidade precoces e constituição de família.

No estudo de Bernardo (2021), a análise abordou a influência da gravidez na adolescência sobre a evasão escolar. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2018 e 2019, verificou-se um número crescente de adolescentes que abandonaram a escola antes de concluir a educação básica. A pesquisa apontou que diversos fatores podem levar à evasão escolar, sendo a gravidez na adolescência o segundo mais relatado. Esse fenômeno pode acarretar diferentes problemas, como o aumento da desigualdade social, impactos na vida pessoal, profissional e psicológica da adolescente, além de riscos à saúde da mãe e do bebê, que pode nascer prematuro, com baixo peso, sofrer morte perinatal, apresentar cegueira ou outras complicações relacionadas ao parto. Nesse contexto, o produto desenvolvido no trabalho ressalta a importância de discutir esses temas de forma contextualizada e eficiente com os estudantes, a fim de que compreendam que escolhas responsáveis refletem em múltiplos aspectos de sua vida.

Krindges (2022) também analisou a evasão escolar, considerada uma preocupação crônica nas escolas brasileiras. Seu estudo investigou a evasão no Ensino Fundamental da rede pública da cidade de Praia Grande/SP, no ano de 2019. Em um primeiro momento, realizou-se coleta documental referente aos índices de evasão; em seguida, foram ouvidos 20 professores de uma escola com alto índice de evasão naquele ano. Os resultados indicaram que o sexto ano do Ensino Fundamental é o período de maior ocorrência de evasão escolar em Praia Grande. Ainda segundo Krindges (2022), em uma escola com alto índice de evasão, o oitavo ano é o que apresenta maior número de estudantes evadidos, sendo que 90% deles já tinham uma ou mais reprovações. O estudo destacou ainda que os docentes atribuem à família a principal responsabilidade pelo abandono escolar e consideram que a melhoria das políticas públicas é a iniciativa mais adequada para enfrentar o problema.

No relato de Santana (2021), apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (UFCA), a temática abordada foi a evasão escolar no cenário atual da educação no Brasil, com ênfase no município de Crato/CE. A pesquisa levou em consideração a problemática relacionada aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, por entender que esses fatores se articulam diretamente com o objeto de estudo. O objetivo central foi compreender os fatores associados à evasão escolar nas escolas públicas da rede municipal do Crato, no período de 2016 a 2018, com foco específico na análise dos indicadores de evasão no mesmo recorte temporal.

O estudo também buscou identificar como os gestores escolares lidam com a problemática. A autora propôs a elaboração de um documento norteador capaz de subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas ao processo preventivo da evasão escolar no município. Em suas observações, destacou o papel fundamental dos gestores escolares no enfrentamento da evasão, bem como a urgência de políticas públicas que fortaleçam e apoiem suas ações, promovendo parcerias com outros órgãos da administração municipal para mitigar essa realidade. Santana (2021) salienta que a evasão escolar é um fenômeno abrangente, que vai muito além de dados estatísticos e de questões estritamente educacionais, envolvendo fatores econômicos, políticos e sociais que demandam maior atenção por parte da gestão pública.

Seguindo-se para a pesquisa de Ferreira (2016), que versa sobre políticas públicas, observou-se a análise dos desequilíbrios sociais existentes e da incapacidade do Estado em superá-los por meio de proposições ainda típicas das décadas de 1950 e 1960, enquanto formas de intervenção estatal, sobretudo no setor privado. Ferreira (2016) destaca que, com o fim do modelo de Bem-Estar Social e o início do Estado Democrático, as políticas públicas perderam esse caráter intervencionista sobre o setor privado e passaram a direcionar suas ações aos indivíduos.

Nesse sentido, Ferreira (2016) aponta que tais proposições de políticas públicas estão sujeitas à normatização jurídica e ao controle dos órgãos governamentais, como forma de mediar sua aplicação e assegurar o alcance dos objetivos. Para o autor, as políticas públicas, sobretudo no contexto da reforma gerencial do Estado, passaram a ser regidas por princípios norteadores voltados à eficiência e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Em conformidade com o relato de Ferreira (2016), em Minas Gerais, nos últimos anos, a área educacional passou a adotar medidas voltadas à redução dos índices de evasão escolar, fundamentadas em estudos que identificavam as causas do aumento desse indicador. Entre essas medidas, destaca-se a implementação do Programa Poupança Jovem (PPJ), concebido como política pública para a promoção da permanência e para a redução da evasão escolar.

Já Xavier (2021) enfatiza que a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito social, promotora do desenvolvimento pleno da pessoa, da formação para a cidadania e da qualificação para o mundo do trabalho. Contudo,

de acordo com o autor, esse direito à educação, bem como a oportunidade de acesso, permanência e êxito, confronta-se com a evasão escolar, que se configura como um grave problema das políticas educacionais do Brasil. Ao extrapolar os muros das instituições de ensino, a evasão gera impactos sociais e econômicos significativos nos segmentos mais vulneráveis da população atendida pelas escolas públicas.

De acordo com Xavier (2021), o conceito de evasão é comumente usado na perspectiva de não permanência do aluno na escola. Sua pesquisa leva em conta que a evasão escolar é um problema recorrente na realidade educacional brasileira e defende que ela exige enfrentamento no campo das políticas públicas, por meio de ações e estratégias definidas em documentos oficiais capazes de orientar a superação desse grave problema e garantir tanto a permanência quanto o êxito dos estudantes.

O estudo de Fernandes (2023) aborda o resultado de uma pesquisa que investigou a contribuição da instituição na formação de docentes para atuação na Educação Básica nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, considerando o contexto de expansão e interiorização do Ensino Superior. Os resultados apontaram a evolução do número de egressos nos cursos de licenciatura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) ao longo do período analisado, bem como as possíveis relações que esses profissionais estabelecem com a Educação Básica local, potencialmente beneficiando os indicadores educacionais e sociais da região em foco.

Os resultados também revelaram desafios a serem enfrentados, como o aprimoramento de políticas públicas de educação e da formação docente, além das limitações e perspectivas da UFVJM na promoção de uma educação de qualidade e no desenvolvimento da região de sua abrangência. Para Fernandes (2023), sua pesquisa evidenciou a necessidade de repensar políticas públicas educacionais que promovam uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente em territórios historicamente marcados por exploração e desigualdades sociais.

Ainda na análise das produções, observa-se o trabalho de Chaves (2019), que discutiu como o fenômeno da evasão escolar se manifesta na Escola X, localizada em um município do interior de Minas Gerais. O autor buscou identificar os fatores relacionados à ineficiência escolar ao longo do Ensino Médio regular, que dificultam a permanência dos alunos, com destaque para a reinserção no ensino

daqueles que participaram de programas de correção de fluxo no Ensino Fundamental. O estudo enfatizou a necessidade de propor estratégias de acolhimento que favoreçam a permanência dos alunos. Partindo da hipótese de que os fatores que levam à ineficiência no Ensino Médio estão relacionados tanto ao perfil discente quanto a condições internas e externas à escola, Chaves (2019) propôs a elaboração de um Plano de Ação Educacional com medidas de intervenção voltadas à permanência dos alunos na escola.

Já Oliveira (2019) analisou as causas da evasão escolar de alunos do Curso Técnico em Informática Subsequente/Concomitante, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, *campus* Ceres, na modalidade presencial e no período noturno. A pesquisa conceituou evasão como o abandono definitivo do curso pelo aluno antes de sua conclusão e discutiu o fenômeno à luz da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do mundo do trabalho, do trabalho como princípio educativo e da evasão escolar. Os resultados permitiram concluir que os alunos evadidos, em sua maioria, pertenciam às classes economicamente menos favorecidas, eram oriundos de escolas públicas, viviam do próprio trabalho e contribuíam para o sustento familiar.

De acordo com Oliveira (2019), o principal fator para a evasão desses alunos foi a dificuldade de conciliar trabalho e estudos. A partir dos resultados, o autor destacou a necessidade de que instituições de ensino e gestores educacionais formulem estratégias para reduzir a evasão escolar, compreendendo que o fracasso não deve ser exclusivamente atribuído ao aluno, mas também às condições socioeconômicas e às fragilidades das políticas públicas educacionais.

O estudo de Jorge (2024) investigou o impacto do trabalho infantil no desempenho escolar em Minas Gerais, analisando microdados da PNAD Contínua de 2022 e dados do SAEB. A pesquisa buscou compreender como o trabalho precoce afeta o rendimento de estudantes do 5º ao 9º ano, utilizando um modelo de regressão múltipla para avaliar variáveis socioeconômicas e demográficas. Os resultados indicaram um efeito negativo significativo do trabalho infantil, especialmente quando realizado fora do ambiente doméstico. A análise regional revelou disparidades entre as mesorregiões de Minas Gerais, demonstrando que o trabalho precoce está associado à pobreza e a fatores culturais. O estudo também diferenciou os tipos de trabalho segundo o gênero, evidenciando que meninas estão mais propensas ao trabalho doméstico, enquanto meninos se envolvem predominantemente em atividades externas. Com isso, Jorge (2024) reforça a

necessidade de políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos do trabalho infantil e à promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

A dissertação de Oliveira (2016) analisou a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Juazeiro do Norte. A pesquisa examinou dados acadêmicos e socioeconômicos de estudantes entre 2010 e 2015, com o objetivo de traçar o perfil dos alunos que abandonaram os cursos, buscando padrões relacionados a idade, gênero, etnia e renda familiar. Além disso, a autora revisou a literatura sobre o processo ensino-aprendizagem e a educação profissional, culminando em propostas para reduzir a evasão e melhorar o engajamento estudantil. Oliveira (2016) destacou que a evasão é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores sociais, culturais, econômicos, familiares e acadêmicos, convergindo com evidências de outros estudos. O trabalho ressalta, ainda, a importância de pesquisas contínuas para subsidiar a elaboração e a implementação de ações preventivas

Na pesquisa de Ferreira (2022), o foco foi a evasão escolar na educação básica entre moradores do campo. O objetivo central foi compreender o processo de escolarização e abandono escolar de estudantes da área rural de Viçosa-MG. O estudo combinou análise de dados, revisão bibliográfica e pesquisa empírica, buscando compreender as causas, consequências e desafios do fenômeno.

A pesquisa contribuiu para o debate sobre a importância da garantia do direito à educação e a promoção da permanência estudantil, especialmente no contexto rural. Além disso, destacou a relevância de políticas públicas e práticas pedagógicas que valorizem as especificidades do campo, visando à construção de uma educação inclusiva e equitativa para todos.

Monteiro (2021) destaca em seu trabalho que a Constituição Federal assegura o direito à educação como elemento fundamental para o desenvolvimento do cidadão, garantindo acesso e permanência escolar, porém destaca que, embora o ensino fundamental esteja praticamente universalizado, a evasão e o abandono ainda comprometem a conclusão da educação básica, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis, reforçando a desigualdade educacional. Com base nos fundamentos das políticas públicas, sua pesquisa analisou criticamente as ações voltadas à permanência escolar.

Segundo o autor, em conformidade com a base normativa, a atuação estatal mostra-se insuficiente, uma vez que as medidas legais priorizam a

responsabilização dos pais, sem enfrentar de forma eficaz as causas da evasão. Monteiro (2021) aponta, por exemplo, que o desinteresse dos alunos exige a atuação direta dos profissionais da educação para promover engajamento. Além disso, enfatiza que a complexidade dos fatores envolvidos demanda colaboração intersetorial para remover obstáculos à frequência escolar.

Monteiro (2021) ressalta ainda que o estudo das políticas intersetoriais do Programa Bolsa Família e das medidas socioeducativas em meio aberto evidenciou desafios e estratégias na articulação entre setores. Com base nisso, são propostas diretrizes para a institucionalização de uma política de permanência escolar, contemplando regulamentação normativa mais clara, definição de atribuições e instrumentos para busca ativa e manutenção dos alunos na escola, com ênfase na atuação dos educadores e na intersetorialidade.

Nessa acepção, a análise das produções dissertativas sobre exclusão escolar evidencia tanto convergências quanto divergências que contribuem para a fundamentação teórica da pesquisa, especialmente no que se refere à relação entre esse fenômeno e as exigências do mundo do trabalho no Baixo Jequitinhonha/MG. De modo geral, a exclusão escolar está diretamente associada à vulnerabilidade socioeconômica das famílias, ao desemprego e à informalidade do trabalho, fatores que frequentemente impõem a necessidade de inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho. Em adição, há consenso sobre o impacto das políticas educacionais, destacando-se o papel de programas governamentais, como o Bolsa Família e outras iniciativas de assistência estudantil, na permanência dos alunos na escola. No entanto, muitas pesquisas evidenciam as limitações dessas políticas, sobretudo em áreas que apresentam déficits estruturais na oferta educacional.

Outro ponto amplamente reconhecido é a relação entre precarização do trabalho e escolarização insuficiente, uma vez que a baixa qualificação profissional limita as oportunidades de inserção e reforça o ciclo de exclusão social. Ademais, alguns estudos ressaltam que, em determinadas comunidades, há uma aceitação cultural da saída precoce da escola para o ingresso no trabalho, o que reduz a pressão familiar e comunitária pela permanência dos estudantes na vida escolar.

Apesar das convergências, identificam-se divergências significativas entre os estudos analisados. Enquanto algumas dissertações enfatizam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de permanência escolar como solução central para a exclusão, outras argumentam que o problema é estrutural e requer

transformações econômicas mais amplas. Também divergem quanto à responsabilização dos atores sociais: parte das pesquisas atribui à escola e aos professores um papel essencial na retenção dos alunos, enquanto outras destacam a responsabilidade do Estado e do setor produtivo na criação de melhores condições para a educação e o trabalho.

Outro ponto de divergência refere-se à eficácia da educação profissionalizante como estratégia de combate à evasão. Alguns estudos sugerem que a formação técnica pode atuar como atrativo para manter os jovens na escola, garantindo perspectivas mais concretas de inserção no mercado de trabalho. No entanto, outras pesquisas alertam que a oferta de cursos profissionalizantes de baixa qualidade pode apenas reforçar a inserção precoce dos jovens em empregos pouco qualificados e de baixa remuneração, sem romper efetivamente o ciclo da exclusão.

Diante desses achados, evidencia-se que a inter-relação entre vulnerabilidade socioeconômica e evasão escolar, a efetividade e os limites das políticas públicas, o impacto das dinâmicas do mundo do trabalho local e a influência cultural sobre a permanência ou abandono da escola são aspectos fundamentais a serem considerados. Compreende-se que a articulação dessas dimensões possibilita uma compreensão mais aprofundada da problemática e contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de permanência dos estudantes no sistema educacional.

2 EXCLUSÃO ESCOLAR EM SANTO ANTÔNIO DO JACINTO NO BAIXO JEQUITINHONHA DE MINAS GERAIS

Nesta seção, destaca-se o recorte espacial definido para o estudo, a partir da compreensão de que as especificidades dos lócus da pesquisa merecem evidência na apresentação inicial do texto dissertativo. Isso porque a região em que se insere o município de Santo Antônio do Jacinto apresenta indicadores sociais e educacionais que, em alguns aspectos, o aproximam e, em outros, o diferenciam dos indicadores nacionais e mesmo estaduais.

2.1 A situação da evasão escolar no Estado de Minas Gerais

A evasão escolar tem se configurado como um desafio persistente para o sistema educacional brasileiro, apresentando-se de forma particularmente acentuada no estado de Minas Gerais. Em um cenário nacional marcado por constantes preocupações com a qualidade da educação e com a formação de cidadãos preparados para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, Minas Gerais, que é o segundo estado mais populoso do país, enfrenta dificuldades significativas na permanência dos estudantes, sobretudo no Ensino Médio. Trata-se de um fenômeno que não ocorre de forma isolada, mas que reflete a influência de fatores sociais, econômicos, culturais e estruturais que impactam a educação pública de maneira ampla.

Quadro 2 – Dados sobre o rendimento do Ensino Médio em Minas Gerais 2024

Total geral de alunos	Aprovação	Total de alunos aprovados	Reprovação	Total de alunos reprovados	Abandono	Total de alunos que abandonaram
737.456	88,2%	650.436	6,6%	48.672	5,2%	38.348

Fonte: Adaptada de INEP (2024).

Pelo que se observa no Quadro 2, em 2024, o Ensino Médio em Minas Gerais registrou 737.456 matrículas. Deste total, 88,2% (cerca de 650.436 estudantes) foram aprovados, garantindo a continuidade regular dos estudos. Já a reprovação

atingiu 6,6% (aproximadamente 48.672 estudantes), enquanto o abandono escolar correspondeu a 5,2% (cerca de 38.348 estudantes).

Esse panorama demonstra que, embora a maioria dos alunos tenha concluído satisfatoriamente o ano letivo, ainda persiste um contingente significativo de jovens que não alcançam a aprovação ou que deixam a escola. Esses indicadores reforçam a necessidade de ações voltadas à superação das barreiras de aprendizagem e ao enfrentamento da evasão escolar, elementos fundamentais para a melhoria da qualidade e da equidade na educação mineira, sobretudo no Ensino Médio, etapa decisiva para o futuro acadêmico e profissional dos jovens.

Observa-se que o índice de evasão escolar no estado tem apresentado números preocupantes nos últimos anos. Dados do Censo Escolar, sistematizados pelo INEP (2024), indicam que mais de 10% dos alunos do Ensino Médio abandonam a escola antes de concluir o ciclo. Esse índice varia significativamente entre as regiões, sendo mais alto em áreas rurais e em municípios com elevados índices de pobreza e vulnerabilidade social. Segundo o IBGE (2021), grande parte dos jovens que abandonam os estudos vive em contextos de desigualdade, marcados pela falta de infraestrutura, transporte escolar precário e ausência de recursos que garantam a permanência do estudante na sala de aula.

O contexto de desigualdade social e econômica em Minas Gerais contribui diretamente para a evasão escolar. O estado apresenta grande diversidade de municípios, com realidades socioeconômicas distintas. Em muitas regiões, os altos índices de desemprego, a dificuldade de acesso ao ensino superior e a carência de investimentos em educação reforçam a vulnerabilidade. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG, 2022), muitas famílias de estudantes que cursam o Ensino Médio enfrentam dificuldades financeiras, levando os jovens a abandonar a escola para auxiliar no sustento familiar. Esse fenômeno é mais evidente nas zonas rurais, onde o trabalho infantil e juvenil é mais frequente, e a educação ainda é percebida como um objetivo distante.

Outro agravante é a falta de infraestrutura escolar em algumas regiões do estado. Em diversas localidades, especialmente nas mais afastadas, os estudantes enfrentam condições precárias, como carência de materiais didáticos, equipamentos insuficientes, instalações deterioradas e falta de professores qualificados. Esse cenário afeta diretamente o engajamento dos alunos, que percebem a escola como

um local pouco atrativo e incapaz de promover o aprendizado de qualidade necessário para um futuro profissional.

A desmotivação dos alunos também figura entre os fatores determinantes da evasão escolar no estado. A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio costuma gerar insegurança, em razão da maior exigência acadêmica e da introdução de novos conteúdos. A ausência de acompanhamento pedagógico eficaz, tanto da escola quanto da família, intensifica esse quadro e contribui para a desmotivação dos estudantes, que muitas vezes acabam abandonando os estudos. Soma-se a isso o desinteresse pela educação formal, frequentemente associado à falta de perspectivas de uma formação de qualidade que assegure melhores oportunidades no mercado de trabalho ou acesso ao ensino superior.

A evasão escolar em Minas Gerais, assim como em outros estados, reflete a falta de valorização do ensino. A realidade de jovens que abandonam a escola precocemente está ligada ao descompasso entre suas expectativas de vida e o que a escola efetivamente oferece. Em muitos casos, ela não consegue dialogar com os interesses e as necessidades dos estudantes, o que gera um afastamento gradual até o abandono definitivo. Conforme aponta Carvalho (2020), a evasão escolar reflete diretamente a insatisfação dos alunos com um sistema educacional que, frequentemente, não contempla suas realidades, como as demandas do mundo do trabalho e as condições socioeconômicas de suas famílias.

Nos últimos anos, o governo estadual tem implementado políticas públicas para enfrentar esse desafio. O programa “Minas para Todos” busca integrar ações de assistência estudantil, como bolsas de transporte, apoio financeiro a estudantes de áreas carentes e melhorias na infraestrutura escolar. Além disso, o programa prevê a capacitação docente e o uso de tecnologias educacionais para tornar a escola mais atrativa, especialmente em municípios distantes da capital. No entanto, ainda há necessidade de ampliar a efetividade dessas medidas, de forma a garantir que cheguem de forma efetiva a todos os municípios mineiros, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Segundo Ribeiro (2020), a integração entre escolas, famílias e comunidades é essencial para o êxito das políticas de enfrentamento à evasão. Em Minas Gerais, projetos comunitários e parcerias com organizações não governamentais (ONG) têm mostrado eficácia na redução da evasão escolar, sobretudo em áreas com índices elevados de pobreza. Iniciativas que oferecem apoio psicológico, orientação

profissional e atividades culturais e esportivas têm contribuído para elevar a autoestima dos jovens e favorecer sua permanência escolar.

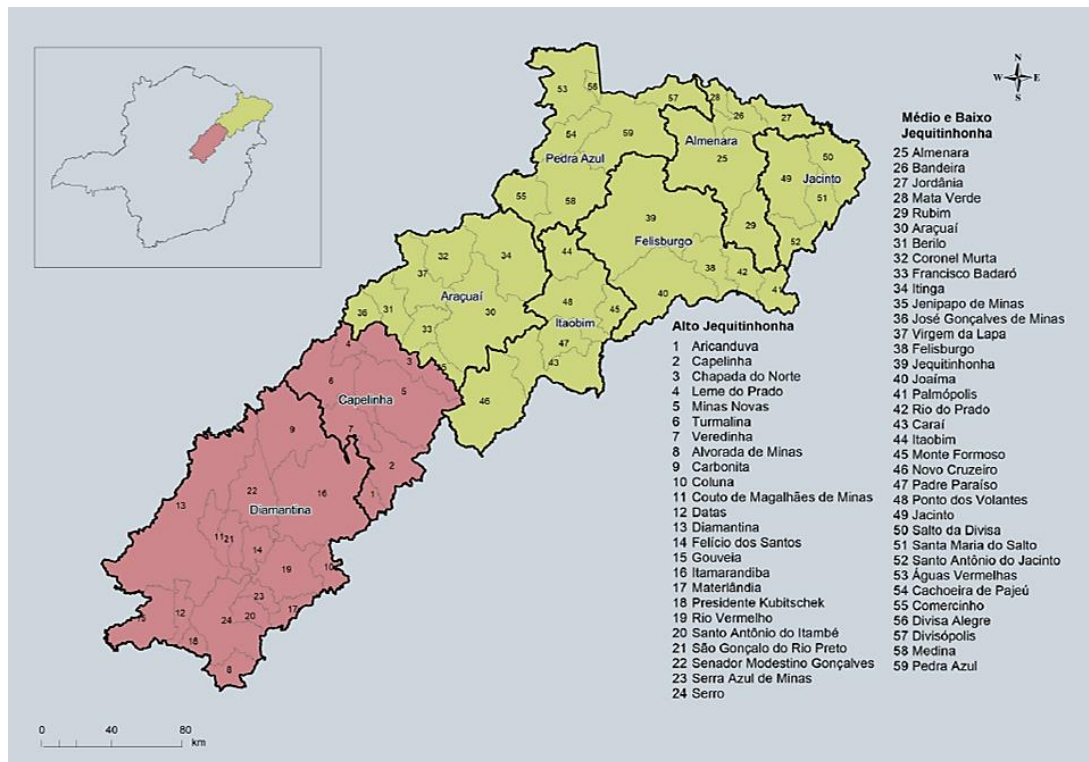
Portanto, a evasão escolar em Minas Gerais é um reflexo de uma série de fatores estruturais, sociais e culturais que demandam enfrentamento contínuo e integrado. Embora o estado tenha avançado em algumas iniciativas, a redução efetiva desse fenômeno requer a atuação conjunta do poder público, das escolas, das famílias e da sociedade civil. A melhoria da qualidade do ensino, o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e a valorização da educação como instrumento de transformação social são condições urgentes para assegurar a permanência dos jovens na escola e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

2.2 O Vale do Jequitinhonha-MG

A região do Vale do Jequitinhonha, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, abrange 80 municípios distribuídos em uma área de 85.467,10 km², o que corresponde a 14,5% da extensão territorial do estado. O Vale é subdividido em três regiões: o Alto Jequitinhonha, que compreende a área de Diamantina; o Médio Jequitinhonha, onde se localiza a cidade de Araçuaí; e o Baixo Jequitinhonha, que corresponde à região de Almenara, situada próxima ao sul do estado da Bahia (Neiva *et al.*, 2020).

Com o intuito de contextualizar espacialmente a área de estudo, apresenta-se a configuração territorial do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, evidenciando sua subdivisão em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (Figura 1). A representação cartográfica permite observar a distribuição dos 80 municípios que compõem a região, bem como sua localização em relação ao estado, destacando a abrangência territorial do Vale e suas particularidades regionais.

Figura 1 – Representação cartográfica do Vale do Jequitinhonha-MG



Fonte: Henriques (2018).

Ainda em conformidade com Neiva e colaboradoras (2020), o Vale do Jequitinhonha ganhou notoriedade como o “Vale da Miséria”, devido à elevada vulnerabilidade social e às altas taxas de mortalidade infantil. Contudo, sua riqueza mineral e cultural poderia ser mais aproveitada para gerar emprego e renda, incentivando a permanência dos jovens na escola e da população na própria região. Para as autoras, em consonância com a Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), antes da implementação do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, era comum que estudantes das áreas rurais se afastassem da escola durante os períodos de plantio e colheita de milho e feijão, a fim de auxiliar suas famílias nas atividades agrícolas. Isso leva a crer que, mesmo com os avanços, o benefício ainda não é suficiente em determinados locais do Vale do Jequitinhonha.

Apesar das adversidades, a região apresenta grande diversidade e riqueza cultural. Nesse sentido, “a cultura popular aparece como o ‘cerne’ de uma outra identidade, de relações e articulações políticas e de muitos processos de produção de conhecimento” (Neiva *et al.*, 2020, p. 18). Entretanto, ainda que o rótulo de “Vale da Miséria” seja frequentemente associado à região, ele não é suficiente para dar

conta da ausência de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda, indispensáveis para conter a migração e a evasão escolar, tanto de jovens quanto de adultos. Nessa perspectiva, Oliveira (2016, p. 21) enfatiza que “a busca por compreender as causas da evasão escolar e por encontrar intervenções capazes de conter este processo tem sido tema de diálogos constantes dentro e fora do espaço educacional”.

2.3 Santo Antônio do Jacinto-MG: apontamentos históricos e formação administrativa

O atual município de Santo Antônio do Jacinto, localizado no Estado de Minas Gerais, teve sua origem a partir da migração de indivíduos oriundos de outras regiões mineiras e do estado da Bahia, cujo principal objetivo era o desenvolvimento da agricultura. Em conformidade com os registros do IBGE (s.d), em 1934, os senhores Altino Trindade, Antônio José Ferreira, Teodoro Ferreira de Queirós, José Cascalho dos Santos, Clemente Rocha Bandeira e José Adrião Bandeira decidiram fundar um povoado, ao qual atribuíram o nome de Santo Antônio, em referência ao santo de devoção dos fundadores.

A região apresentou rápida expansão demográfica e econômica, impulsionada pela fertilidade do solo e pelas condições climáticas favoráveis, fatores que atraíram novos habitantes. Como consequência desse crescimento, o povoado foi elevado à categoria de distrito em 1949 e, posteriormente, à condição de município em 1963. Desse modo, o topônimo “Santo Antônio do Jacinto” resulta da combinação entre a devoção religiosa dos fundadores (Santo Antônio) e o nome do município ao qual o povoado estava subordinado no momento de sua fundação, Jacinto.

No que tange à formação administrativa, a criação do distrito de Santo Antônio do Jacinto ocorreu por meio da Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mantendo-se como parte integrante do município de Jacinto. Em conformidade com a divisão territorial vigente em 1º de julho de 1960, o distrito permaneceu com tal *status* até sua elevação à categoria de município.

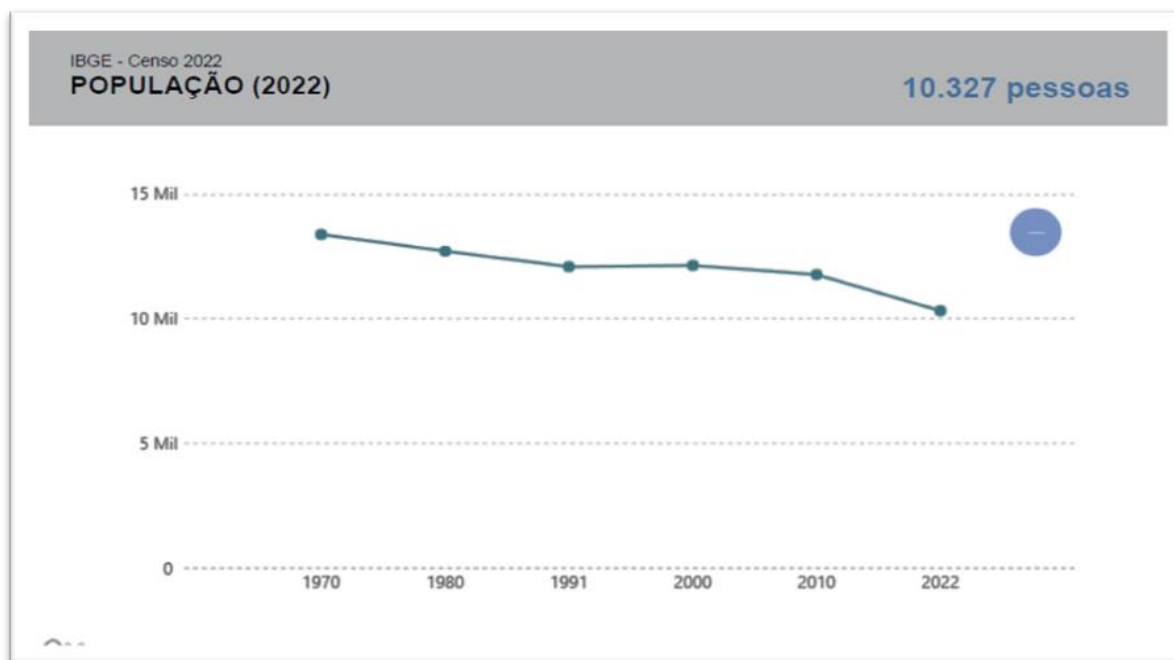
Ainda de acordo com o registro do IBGE (s.d.), o município de Santo Antônio do Jacinto foi instituído oficialmente pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrando-se de Jacinto. Sua instalação ocorreu em 1º de março de 1963, tendo como sede o antigo distrito homônimo. Em 31 de dezembro de 1963,

conforme divisão territorial, o município era constituído unicamente pelo distrito sede, configuração que permaneceu até 1979.

Posteriormente, pela Lei Estadual nº 8.285, de 8 de outubro de 1982, foi criado o distrito de Catajás, anteriormente um povoado, anexado ao município de Santo Antônio do Jacinto. A partir da divisão territorial de 1º de julho de 1983, o município passou a ser composto por dois distritos: Santo Antônio do Jacinto (sede) e Catajás, estrutura que se manteve ao menos até o ano de 2007.

Atualmente, município se encontra constituído da seguinte forma: Santo Antônio do Jacinto (sede), Catajás (o distrito) e Cristianópolis (povoado), estando localizado na região imediata de Almenara-MG e na região intermediária de Teófilo Otoni-MG. Sua população, conforme o Censo do IBGE (2022), é de 10.327 habitantes. Para maior clareza, o Gráfico 1 apresenta a representação da população do referido município.

Gráfico 1 – População de Santo Antônio do Jacinto-MG



Fonte: IBGE (2022).

Ainda de acordo do Censo 2022 (IBGE, s.d.), o município de Santo Antônio do Jacinto registrou uma população de 10.327 habitantes, evidenciando uma tendência de declínio populacional ao longo das últimas décadas. O Gráfico 1 mostra que, na década de 1970, a população municipal era estimada entre 13 mil e 14 mil

habitantes, número que foi gradualmente reduzido nas décadas seguintes. Embora o ritmo de diminuição tenha sido moderado até o ano 2000, a partir de 2010 observa-se uma queda mais acentuada, indicando um possível agravamento do êxodo populacional.

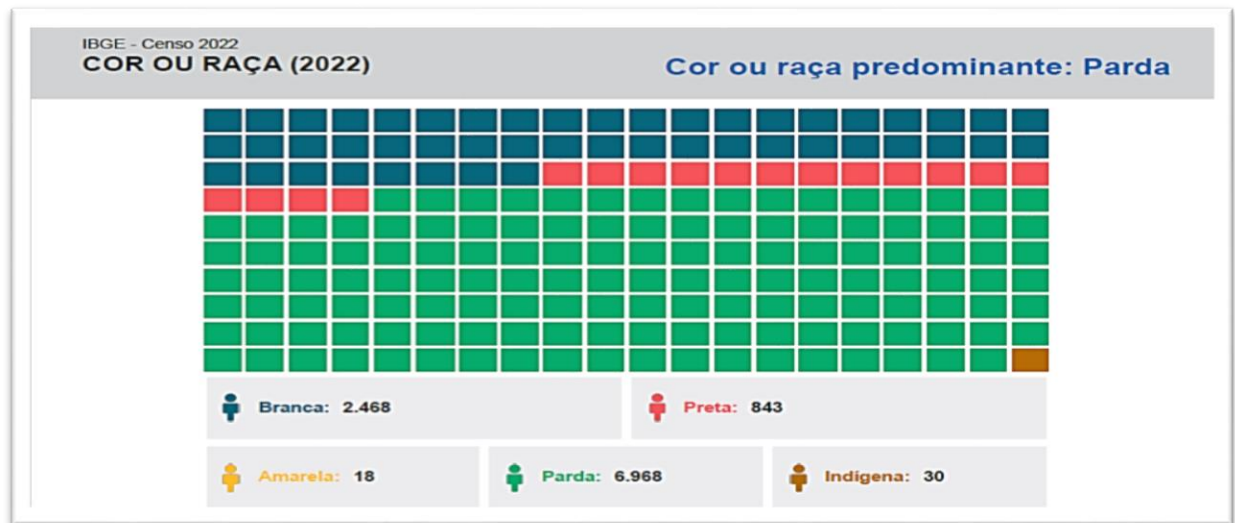
Conforme demonstrado no gráfico, o município vem sofrendo reduções sucessivas em seu contingente populacional, fenômeno que se percebe em boa parte dos municípios carentes, onde a falta de investimentos consistentes em áreas como educação e saúde, entre outras, impulsiona a migração da população para grandes centros urbanos, em busca de melhores condições socioeconômicas.

Essa redução demográfica pode estar associada a diferentes fatores estruturais. Entre os mais recorrentes estão o êxodo rural, a migração de jovens para centros urbanos maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo, a queda das taxas de natalidade e o consequente envelhecimento da população. Trata-se de uma tendência que acompanha o cenário nacional: segundo o IBGE (2023), mais de 40% dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes apresentaram queda populacional entre 2010 e 2022, especialmente em regiões de pequeno porte e economia dependente do setor primário.

As consequências dessa dinâmica populacional são significativas, afetando diretamente a organização dos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. Na área da educação, por exemplo, a diminuição do número de estudantes pode resultar no fechamento de turmas, na reorganização de escolas e na redução no repasse de recursos públicos, como os provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), calculados com base no número de matrículas registradas no censo escolar.

Assim, compreender o processo de despovoamento de municípios pequenos como Santo Antônio do Jacinto é essencial para o planejamento de políticas públicas eficazes. Estratégias de retenção populacional, incentivo à economia local, valorização do campo e investimento em educação e infraestrutura tornam-se fundamentais para frear esse declínio e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo

Gráfico 2 – Composição étnico-racial do município em 2022



Fonte: IBGE (2022).

A composição racial da população de Santo Antônio do Jacinto é majoritariamente parda, correspondendo a 67,47%, seguida pela população branca (23,90%), preta (8,16%), indígena (0,29%) e amarela (0,18%), conforme demonstrado no Gráfico 2.

Considerando a relevância de apresentar dados gerais do município em análise, também se destaca o indicador de mortalidade infantil (MI), representado estatisticamente no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Mortalidade infantil no município



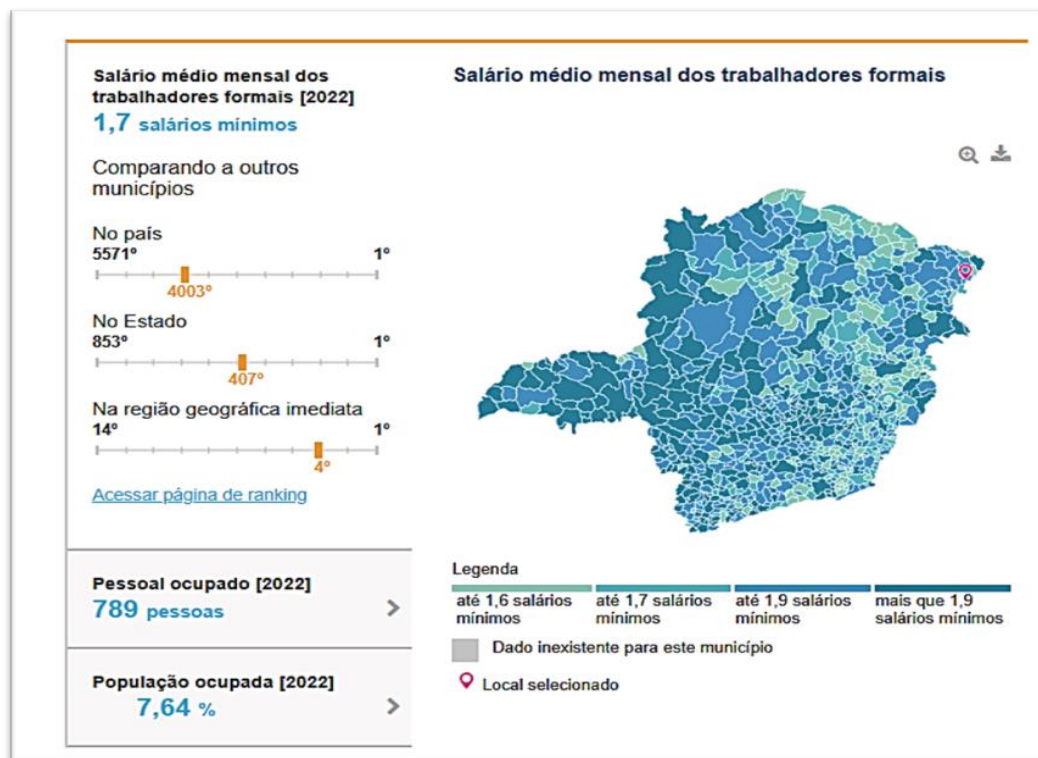
Fonte: IBGE (2022).

Ainda que, a princípio, os dados referentes à mortalidade infantil no município possam parecer deslocados em um trabalho acadêmico da área educacional, sua inclusão justifica-se pela necessidade de evidenciar, com maior propriedade, os desafios sociais enfrentados pela região, os quais, indiscutivelmente, irão impactar as condições reais de existência do público tratado neste estudo.

O Gráfico 3 apresenta a taxa de mortalidade infantil no município entre os anos de 2006 e 2022, revelando variações significativas. Em 2022, a taxa registrada foi de 9,09 óbitos por mil nascidos vivos. Apesar das oscilações, nota-se uma dinâmica marcada por picos e quedas, sem tendência de redução contínua. No *ranking* nacional, o município ocupa a 3.241ª posição entre 5.570 municípios; no âmbito estadual, a 427ª entre 853; e, em sua região geográfica imediata, a 12ª entre 14, evidenciando um desempenho abaixo da média em todos os níveis comparativos.

Para complementar a compreensão desse cenário, o Gráfico 4 apresenta a situação do salário médio da população local, permitindo articular a análise dos indicadores de saúde às condições socioeconômicas do município.

Gráfico 4 – Salário médio dos trabalhadores formais no município em 2022



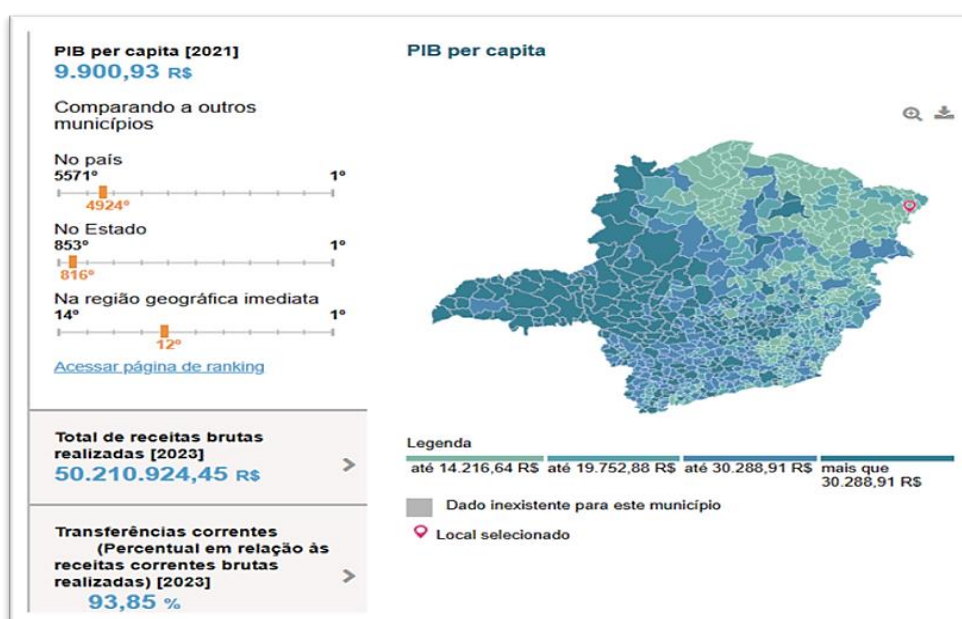
Fonte: IBGE (2022).

O Gráfico 4 evidencia a média salarial dos trabalhadores formais do município em 2022, fixada em 1,7 salários mínimos, o que revela uma realidade de baixa remuneração, especialmente quando considerada a desigualdade econômica estrutural do país. A posição do município nos *rankings* – 4.003º lugar entre os 5.571 municípios do Brasil, 407º entre 853 em Minas Gerais e 4º entre 14 em sua região geográfica imediata – reforça sua colocação periférica nos indicadores de renda formal, ainda que com desempenho ligeiramente superior no contexto de seu entrono mais próximo.

Outro dado relevante é a baixa taxa de formalização: apenas 789 pessoas estavam ocupadas formalmente, o que representa 7,64% da população total. Esse percentual indica um mercado de trabalho majoritariamente informal, possivelmente sustentado por atividades de subsistência ou ocupações precárias, o que dificulta o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Em síntese, o gráfico revela um cenário de reduzida inserção formal e de rendimentos médios modestos, situando o município em um quadro regional de vulnerabilidade socioeconômica que demanda ações coordenadas para reverter a estagnação econômica e ampliar a inclusão produtiva.

Partindo dessa análise, o Gráfico 5 apresenta, a seguir, os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB).

Gráfico 5 – PIB per capita e receita pública municipal



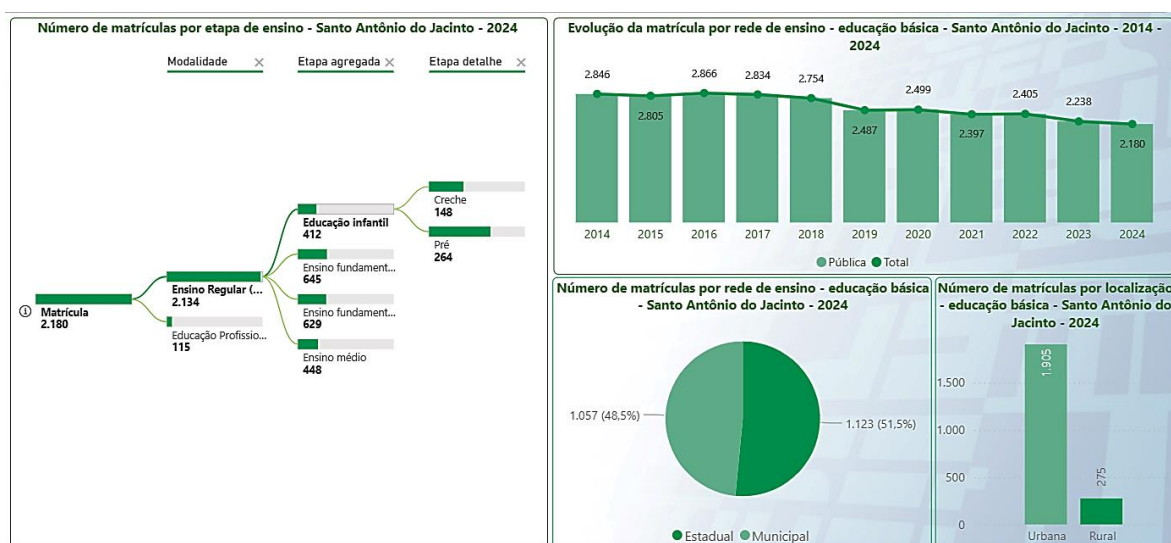
Fonte: IBGE (2022)

O Gráfico 5 evidencia um cenário econômico preocupante para o município, cujo PIB per capita em 2021 foi de apenas R\$ 9.900,93, situando-o nas últimas posições tanto no *ranking* estadual (816º entre 853) quanto no nacional (4.924º entre 5.571). Esse indicador revela a baixa capacidade de geração de riqueza local, refletindo um modelo produtivo limitado e pouco diversificado. Pode-se afirmar que um PIB per capita reduzido, aliado à forte dependência de repasses governamentais, caracteriza um contexto estrutural de vulnerabilidade econômica que exige políticas públicas voltadas ao estímulo do desenvolvimento produtivo local e à diversificação da economia.

2.4 A evasão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto-MG

Para a discussão desta seção, traz-se inicialmente que, em 2024, o município registrou um total de 2.180 matrículas escolares, distribuídas entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional. A Educação Infantil contou com 412 alunos, sendo 148 na creche e 264 na pré-escola. O Ensino Fundamental concentrou a maior parte das matrículas, com 1.274 alunos, divididos em 645 nos anos iniciais e 629 nos anos finais. O Ensino Médio registrou 448 estudantes, enquanto a Educação Profissional atendeu um quantitativo de 115. Esses estão apresentados de forma ilustrativa no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Número de matrículas em Santo Antônio do Jacinto-MG em 2024



Fonte: INEP (2024).

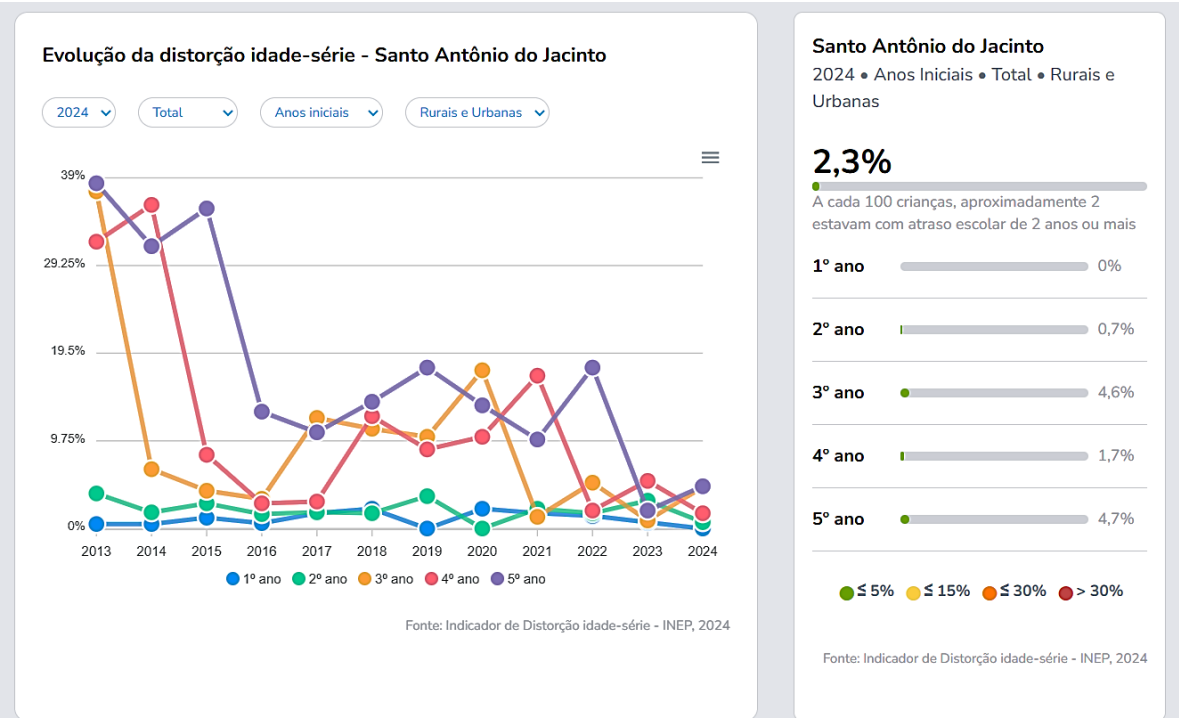
Observa-se, a partir das informações apresentadas, que ao longo da última década o número total de matrículas tem apresentado uma queda gradual, passando de 2.846 em 2014 para 2.180 em 2024, refletindo tendência semelhante à da rede pública nacional e possivelmente associada a fatores demográficos ou à migração populacional. A distribuição entre as redes estadual e municipal está quase equilibrada: 1.123 matrículas (51,5%) na rede estadual e 1.057 (48,5%) na municipal.

A maior parte dos estudantes encontra-se na área urbana, que concentra 1.905 matrículas (aproximadamente 87% do total), enquanto a zona rural contabiliza 275 matrículas. Esses dados evidenciam a centralização da educação no núcleo urbano e a predominância do Ensino Fundamental. Diante do cenário de queda populacional escolar e da expressiva concentração urbana, torna-se necessário planejar políticas específicas para a educação no meio rural, bem como acompanhar de forma sistemática o declínio das matrículas, de modo a garantir o acesso e a qualidade da educação para todos os estudantes.

No que se refere à evasão escolar no município de Santo Antônio do Jacinto-MG, observa-se um complexo conjunto de fatores que revela tanto a fragilidade do sistema educacional quanto a influência de questões socioeconômicas profundas, que afetam diretamente a permanência dos alunos na rede de ensino. Assim, compreender o perfil socioeconômico dos alunos evadidos é fundamental para a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as causas dessa problemática de forma estruturada e holística.

Para melhor compreensão desse cenário, apresentam-se a seguir os dados referentes à evolução da distorção idade-série no município, conforme ilustrado nos Gráficos 7, 8 e 9.

Gráfico 7 – Evolução da distorção idade-série em Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024 – anos iniciais



Fonte: INEP (2024).

Em relação ao registro do Gráfico 7, o município de Santo Antônio do Jacinto apresentou avanços significativos na redução da distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental ao longo do período de 2013 a 2024. Em 2013 e 2014, os índices eram elevados, especialmente no 5º ano, com taxas próximas de 40%, configurando um cenário preocupante de atraso escolar, caracterizado pela matrícula de crianças em séries incompatíveis com sua idade.

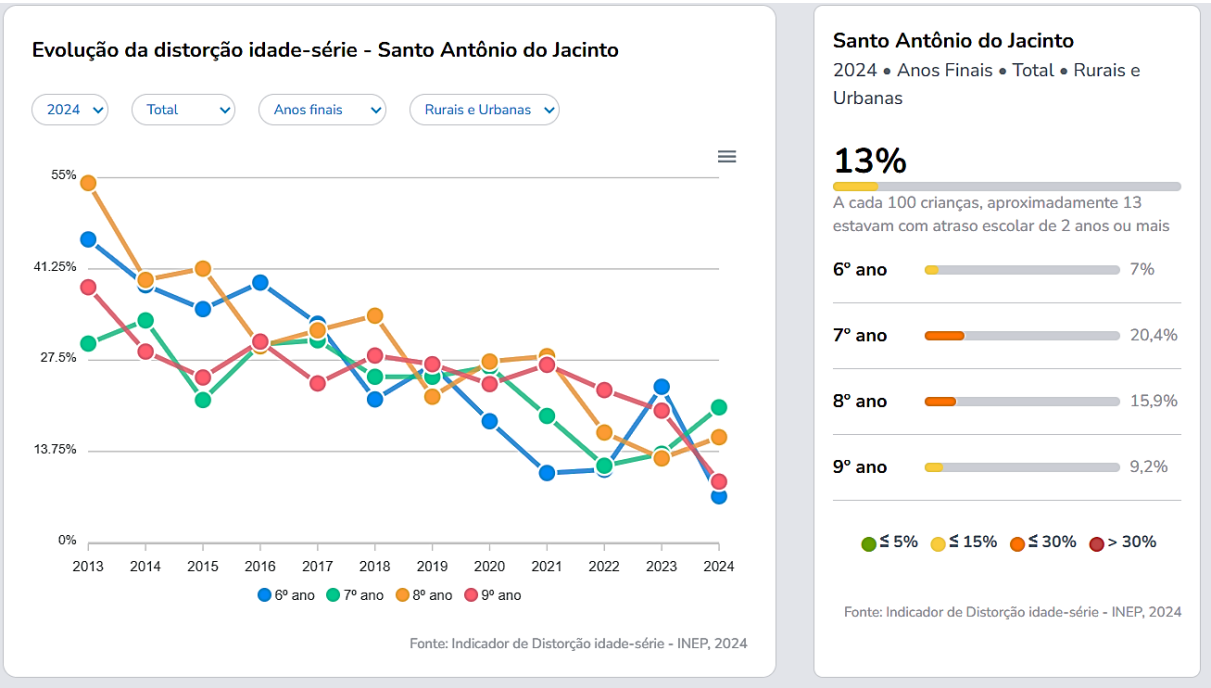
A partir de 2016, observa-se uma tendência de queda consistente nesses índices, resultado que pode estar associado a melhorias nas políticas educacionais, à implementação de ações de correção de fluxo e a um acompanhamento pedagógico mais efetivo dos estudantes. Em 2024, os dados mostram um cenário bem mais positivo: a média geral de distorção idade-série caiu para 2,3%, o que significa que, a cada 100 crianças, aproximadamente duas apresentavam atraso escolar de dois anos ou mais.

A análise individualizada por ano escolar em 2024 também reforça esse quadro animador. O 1º ano apresenta 0% de distorção; o 2º ano, 0,7%; o 4º ano, 1,7%; e o 3º e o 5º anos, embora registrem os maiores índices (4,6% e 4,7%,

respectivamente), ainda se mantêm dentro da faixa considerada aceitável (até 5%). Todas as séries analisadas encontram-se, portanto, na categoria de baixo índice de distorção, segundo a classificação do indicador.

Os dados evidenciam que Santo Antônio do Jacinto avançou de forma expressiva no enfrentamento do atraso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alcançando, em 2024, um dos melhores resultados da série histórica. Esses avanços representam um progresso importante para a garantia do direito à aprendizagem e para a promoção do acesso contínuo e adequado à educação básica.

Gráfico 8 – Evolução da distorção idade-série de Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024 – anos finais



Fonte: INEP (2024)

Considerando-se as informações apresentadas no Gráfico 8, verifica-se que em Santo Antônio do Jacinto houve avanços na redução da distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) entre 2013 e 2024. Em 2013, os índices se mostram elevados, com destaque para o 6º ano, que registrava taxa superior a 50%, refletindo um cenário crítico de atraso escolar. Ao longo da década, observa-se uma tendência de queda gradual nos índices, resultado provavelmente

associado a políticas educacionais voltadas à correção de fluxo e ao acompanhamento mais efetivo dos estudantes.

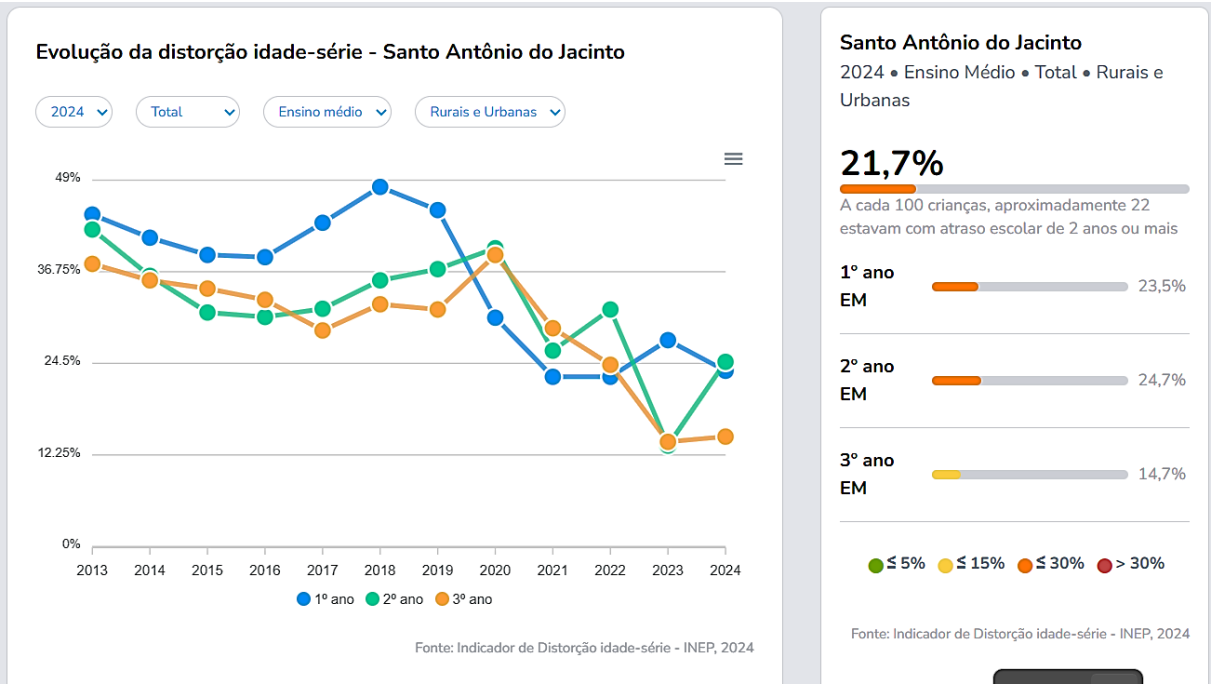
Em 2024, a taxa média de distorção idade-série nos anos finais é de 13%, o que significa que, a cada 100 alunos, aproximadamente 13 apresentam atraso escolar de dois anos ou mais. Apesar da melhora em relação aos anos anteriores, esse valor permanece acima do ideal, indicando a necessidade de atenção contínua à regularidade do percurso escolar dos estudantes.

Na análise por série, nota-se que o 6º ano apresenta taxa de 7%, o 9º ano de 9,2% e o 8º ano de 15,9%, todos situados na faixa considerada de alerta moderado (entre 5% e 15%). O 7º ano, entretanto, destaca-se negativamente, com índice de 20,4%, o mais elevado entre os anos finais em 2024, enquadrando-se na faixa laranja, que representa distorção elevada. Ressalta-se, contudo, que nenhuma série ultrapassa a faixa crítica (superior a 30%), como ocorreu em anos anteriores.

Nesse contexto, os dados indicam que, apesar dos avanços expressivos, o município ainda enfrenta desafios significativos nos anos finais do Ensino Fundamental. A redução progressiva dos índices é entendida como um sinal positivo, mas reforça a necessidade de ações contínuas e específicas para garantir que os estudantes avancem nas etapas escolares na idade apropriada, assegurando o direito à aprendizagem e à permanência com qualidade na escola.

Seguindo para o Ensino Médio, o Gráfico 9 evidencia um cenário crítico em relação à distorção idade-série, com índices historicamente elevados e uma lenta trajetória de redução ao longo dos anos. Essa etapa do ensino apresenta os maiores desafios quanto à permanência e ao progresso regular dos estudantes, refletindo as dificuldades enfrentadas por muitos jovens para concluir a educação básica na idade apropriada.

Gráfico 9 – Evolução da distorção idade-série no Ensino Médio de Santo Antônio do Jacinto entre os anos de 2013 e 2024



Fonte: INEP (2024)

Pelo exposto no Gráfico 9, em Santo Antônio do Jacinto os avanços na redução da distorção idade-série no Ensino Médio entre os anos de 2013 e 2024, apresentam índices que, embora tenham melhorado, ainda permanecem elevados. Em 2013, todas as séries dessa etapa registravam taxas superiores a 40%, com destaque para o 1º ano, que chegou a atingir quase 49% em 2018, revelando um cenário crítico de atraso escolar. A partir de 2020, observa-se uma queda mais acentuada nas taxas, indicando esforços direcionados à correção de fluxo e à melhoria da permanência dos estudantes na escola.

Em 2024, a taxa média de distorção idade-série no ensino médio é de 21,7%, o que significa que, a cada 100 estudantes, aproximadamente 22 apresentam atraso escolar de dois anos ou mais. Embora inferior aos índices registrados em anos anteriores, o número ainda está acima do ideal e demonstra que o Ensino Médio continua sendo a etapa mais desafiadora no percurso escolar dos jovens.

Na análise dos dados por série, o 1º ano registra taxa de 23,5% e o 2º ano, 24,7%, ambos enquadrados na faixa laranja, que representa distorção elevada. Já o 3º ano tem um índice de 14,7%, mais próximo da faixa moderada, mas ainda expressivo. Ressalta-se que nenhuma série ultrapassa a faixa crítica (acima de

30%), o que representa um avanço em relação aos anos anteriores, mas reforça a necessidade de atenção contínua.

Compreende-se, portanto, que, apesar das melhorias, a distorção idade-série no Ensino Médio em Santo Antônio do Jacinto-MG ainda demanda investimentos em políticas públicas capazes de promover a regularidade da trajetória escolar, especialmente nos primeiros anos dessa etapa. Garantir o acesso, a permanência e o avanço escolar na idade apropriada constitui requisito fundamental para assegurar o direito à educação com qualidade e equidade.

Esses dados evidenciam tanto os desafios estruturais quanto os progressos alcançados, refletindo os efeitos de políticas educacionais locais e nacionais voltadas à correção de fluxo escolar, além dos impactos indiretos de eventos externos, como a pandemia da COVID-19, que, aparentemente estão supridos.

Entre as políticas relevantes, destaca-se o Programa Nacional de Correção de Fluxo, implementado por diferentes estados e municípios, cujo objetivo é acelerar a trajetória de alunos em atraso escolar, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, contribuindo para reduzir a defasagem no ingresso no Ensino Médio (Brasil, 2013). Outro fator relevante foi a adoção do Ensino Médio Inovador (EMI) e, mais recentemente, a implementação do Novo Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017, que promoveu mudanças estruturais no currículo, como a introdução de itinerários formativos e a ampliação da carga horária mínima. Essas medidas visam tornar o Ensino Médio mais atrativo e alinhado aos interesses dos jovens, o que pode ter contribuído para a diminuição da evasão e da retenção escolar (Brasil, 2017).

No campo das políticas intersetoriais, programas de transferência de renda como o Bolsa Família e, posteriormente, o Auxílio Brasil, também tiveram papel relevante. A exigência de frequência escolar mínima como condicionalidade funcionou como um importante mecanismo de combate à evasão escolar entre adolescentes em situação de vulnerabilidade, repercutindo indiretamente nos índices de distorção idade-série (Soares; Alves, 2020).

É importante salientar que outras ações como a Busca Ativa Escolar, desenvolvida em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretário de Educação (CONSED), desempenham um papel

estratégico na identificação e reintegração de estudantes que abandonaram a escola, especialmente durante e após a pandemia da COVID-19.

Observa-se também que o monitoramento constante por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem impulsionado os sistemas de ensino a adotar estratégias de gestão voltadas à melhoria do fluxo escolar, visto que a distorção idade-série impacta diretamente os resultados desses índices (INEP, 2024).

Assim, a trajetória de redução da distorção em Santo Antônio do Jacinto-MG reflete não apenas a ação direta de programas educacionais específicos, mas também o efeito combinado de políticas de inclusão, proteção social e reorganização curricular, que precisam ser mantidas e fortalecidas para garantir a continuidade dos avanços observados.

Esses números evidenciam os desafios estruturais enfrentados no processo de transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além de fatores socioeconômicos, pedagógicos e de gestão escolar que contribuem para a evasão temporária, as reprovações ou a entrada tardia no sistema educacional.

Vale mencionar que, conforme observado, a maioria dos estudantes que abandonam a escola no 1º ano do ensino médio em Santo Antônio do Jacinto-MG pertence a famílias de baixa renda, cuja principal fonte de sustento é proveniente de atividades informais, como o trabalho rural e o comércio local. O rendimento familiar, na maioria das vezes, é insuficiente para atender a todas as necessidades básicas, o que dificulta o acesso a recursos como alimentação adequada, transporte escolar e material didático. Esses fatores, associados a uma realidade de vulnerabilidade, exercem pressão sobre os estudantes, que, diante de dificuldades de aprendizagem ou a incerteza em relação ao futuro, acabam optando pelo abandono escolar como uma forma de lidar com tais adversidades.

Percebe-se, portanto, que a pobreza e a desigualdade social em Minas Gerais refletem-se diretamente nas condições educacionais da população. Em áreas rurais como Santo Antônio do Jacinto-MG, onde a oferta de empregos é limitada e as oportunidades de formação profissional escassas, a educação muitas vezes ocupa posição secundária diante das necessidades imediatas da vida cotidiana. Para muitos jovens, o ingresso no mundo do trabalho, ainda que em condições

precárias, representa uma alternativa à continuidade de seus estudos, contribuindo significativamente para o aumento dos índices de evasão escolar.

Além disso, as condições de infraestrutura das escolas da rede pública no município também contribuem para os elevados índices de evasão. Muitas instituições enfrentam dificuldades no fornecimento de materiais pedagógicos, transporte escolar inadequado e ausência de suporte psicológico e pedagógico para os alunos com dificuldades de aprendizagem. A escassez de atividades extracurriculares e a sobrecarga dos professores, que, muitas vezes, trabalham com turmas multisseriadas e alunos com diferentes necessidades educacionais, acabam gerando desmotivação e desengajamento dos estudantes, reforçando a percepção de que o esforço escolar não compensa.

Os estudantes que abandonam a escola frequentemente apresentam um histórico de baixo rendimento escolar, associado à falta de apoio familiar e ao distanciamento em relação à comunidade escolar. Em muitos casos, as famílias, em razão de sua situação socioeconômica, não conseguem oferecer o suporte necessário para que seus filhos possam superar as dificuldades escolares, o que inclui acompanhamento nas atividades escolares, motivação para os estudos e o monitoramento do desempenho acadêmico. Ademais, muitos pais ou responsáveis não possuem formação educacional adequada para orientar os filhos em questões relacionadas ao aprendizado, perpetuando um ciclo vicioso de baixo desempenho e evasão escolar.

Outro aspecto relevante dentro do perfil socioeconômico dos alunos evadidos é a questão de gênero. Embora a evasão escolar atinja meninos e meninas, dados do IBGE (2023), apontam maior incidência² entre as meninas, principalmente em decorrência das responsabilidades domésticas e familiares que lhes são atribuídas precocemente. Muitas jovens são obrigadas a interromper os estudos para cuidar de irmãos mais novos ou auxiliar nas tarefas domésticas, o que reflete a persistente desigualdade de gênero, especialmente nas áreas rurais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam equidade de gênero e garantam às

² Segundo dados da Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava nem estava ocupada. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 15 maio 2025.

meninas o direito à educação, sem que precisem abdicar de sua formação para atender às demandas familiares.

A partir deste ponto da discussão dissertativa, apresentam-se as taxas de aprovação, reprovação e abandono. É importante ressaltar que abordar esses indicadores não se limita à análise estatística, mas constitui também uma forma de compreender onde, quando e por que os alunos estão deixando a escola, além de indicar caminhos para garantir sua permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica com sucesso, como propõe esta pesquisa.

Para fins de esclarecimento, os Quadros 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente, os dados referentes às taxas de aprovação, reprovação e abandono no município de Santo Antônio do Jacinto-MG, relativos ao ano de 2024.

Quadro 3 – Taxa de Aprovação em Santo Antônio do Jacinto-MG

Nome do Município	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação																	
			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio					
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
Santo Antônio do Jacinto	Total	Total	96,3	99,8	92,7	100,0	100,0	100,0	99,2	100,0	93,9	93,4	93,1	90,6	89,8	84,4	93,3	92,4	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Total	95,5	99,8	92,0	100,0	100,0	100,0	98,9	100,0	93,5	92,8	92,5	89,3	88,6	82,3	92,5	91,7	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Estadual	92,7	--	92,7	--	--	--	--	--	93,9	93,4	93,1	90,6	89,8	84,4	93,3	92,4	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Estadual	92,0	--	92,0	--	--	--	--	--	93,5	92,8	92,5	89,3	88,6	82,3	92,5	91,7	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Estadual	100,0	--	100,0	--	--	--	--	--	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Municipal	99,8	99,8	--	100,0	100,0	100,0	99,2	100,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Municipal	99,8	99,8	--	100,0	100,0	100,0	98,9	100,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Municipal	100,0	100,0	--	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Pública	96,3	99,8	92,7	100,0	100,0	100,0	99,2	100,0	93,9	93,4	93,1	90,6	89,8	84,4	93,3	92,4	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Pública	95,5	99,8	92,0	100,0	100,0	100,0	98,9	100,0	93,5	92,8	92,5	89,3	88,6	82,3	92,5	91,7	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Pública	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	--	--

Fonte: INEP (2024).

De acordo com o Quadro 3, a taxa de aprovação no município de Santo Antônio do Jacinto, discriminada por localização (urbana e rural), dependência administrativa (estadual, municipal e pública) e por etapa de ensino (anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio), revela índices bastante elevados em todas as modalidades, frequentemente atingindo 100% em muitas séries, especialmente nas áreas rurais e nas escolas municipais.

Os dados indicam que a taxa total de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental é de 93,8%, enquanto nos anos finais é de 92,7%, e no ensino médio é

de 93,4%. A análise por localização mostra que a zona rural tende a apresentar taxas de aprovação superiores às da zona urbana, especialmente no Ensino Fundamental.

Observa-se que as escolas municipais também apresentam resultados superiores às estaduais em praticamente todas as etapas. Por exemplo, nos anos iniciais, a taxa de aprovação é de 99,8% nas escolas municipais, contra 92,0% nas estaduais. Já no Ensino Médio, os índices mostram-se mais equilibrados entre as diferentes localizações e dependências, embora ainda com leve vantagem para as escolas na zona rural.

Destaca-se ainda que, em diversas séries do Ensino Fundamental, como no 1º, 2º, 3º e 4º anos, as taxas de aprovação registram 100%, o que pode refletir baixos índices de repetência ou distorção idade-série. No entanto, tais números também levantam questionamentos quanto aos critérios de aprovação adotados.

De modo geral, os dados demonstram que o município de Santo Antônio do Jacinto-MG apresenta elevadas taxas de aprovação em todos os níveis de ensino, com melhores desempenhos nas zonas rurais e nas escolas municipais. Esse cenário aponta para uma progressão escolar aparentemente positiva, mas que demanda análise mais aprofundada sobre a qualidade da aprendizagem efetivamente alcançada pelos estudantes.

Quadro 4 – Taxa de reprovação em Santo Antônio do Jacinto-MG

Nome do Município	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Reprovação																	
			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio					
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
Santo Antônio do Jacinto	Total	Total	2,0	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	5,3	1,9	4,4	2,9	6,3	1,8	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Total	2,5	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	5,8	2,1	5,0	3,3	7,1	2,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Estadual	4,1	--	4,1	--	--	--	--	--	4,9	5,3	1,9	4,4	2,9	6,3	1,8	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Estadual	4,5	--	4,5	--	--	--	--	--	5,2	5,8	2,1	5,0	3,3	7,1	2,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Estadual	0,0	--	0,0	--	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Municipal	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Municipal	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Municipal	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Pública	2,0	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	5,3	1,9	4,4	2,9	6,3	1,8	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Pública	2,5	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	5,8	2,1	5,0	3,3	7,1	2,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--

Fonte: INEP (2024).

O Quadro 4, que apresenta a taxa de reprovação no município de Santo Antônio do Jacinto, evidencia, de modo geral, baixos índices de reprovação. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa total é de apenas 2,0%, enquanto nos anos finais alcança 4,5%. Já no ensino médio, o percentual é mais elevado, chegando a 6,6%, com destaque para a 1ª série, que registra 7,1%.

Considerando a localização, observa-se que a zona urbana apresenta índices mais altos de reprovação em comparação à zona rural. Nos anos iniciais, por exemplo, a taxa é de 2,5% na área urbana contra 1,0% na rural, diferença que se mantém tanto nos anos finais quanto no ensino médio. Verifica-se que as escolas estaduais concentram os maiores índices de reprovação, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental (6,1%) e na 1ª série do Ensino Médio (7,0%). Já as escolas municipais registram praticamente 0% de reprovação, o que pode sugerir práticas de aprovação quase automática ou a adoção de políticas de progressão continuada.

No Ensino Fundamental, os maiores picos de reprovação concentram-se no 6º ano (6,1%) e no 9º ano (6,3%), ambos na rede estadual. Já no Ensino Médio, a 1ª série é a etapa mais crítica, com taxa de 7,1% no total geral, especialmente nas escolas urbanas da rede estadual.

Ressalta-se que, mesmo a reprovação em Santo Antônio do Jacinto-MG seja relativamente baixa, nota-se que ela se concentra de forma mais expressiva nas escolas estaduais, especialmente nas áreas urbanas e nas séries finais do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio. Esse padrão sugere dificuldades específicas nesse período de transição entre etapas escolares e reforça a necessidade de ações pedagógicas focalizadas, que apoiem os estudantes nas fases de maior vulnerabilidade à reprovação.

Quadro 5 – Taxa de abandono escolar em Santo Antônio do Jacinto-MG

Nome do Município	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Abandono																	
			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio					
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
Santo Antônio do Jacinto	Total	Total	1,7	0,2	3,2	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	1,2	1,3	5,0	5,0	7,3	9,3	4,9	7,6	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Total	2,0	0,2	3,5	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	1,3	1,4	5,4	5,7	8,1	10,6	5,5	8,3	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Estadual	3,2	--	3,2	--	--	--	--	--	1,2	1,3	5,0	5,0	7,3	9,3	4,9	7,6	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Estadual	3,5	--	3,5	--	--	--	--	--	1,3	1,4	5,4	5,7	8,1	10,6	5,5	8,3	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Estadual	0,0	--	0,0	--	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Municipal	0,2	0,2	--	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Municipal	0,2	0,2	--	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Municipal	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Total	Pública	1,7	0,2	3,2	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	1,2	1,3	5,0	5,0	7,3	9,3	4,9	7,6	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Urbana	Pública	2,0	0,2	3,5	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	1,3	1,4	5,4	5,7	8,1	10,6	5,5	8,3	--	--
Santo Antônio do Jacinto	Rural	Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--

Fonte: INEP (2024).

Em continuidade às análises, o Quadro 5, que apresenta a taxa de abandono escolar no município de Santo Antônio do Jacinto-MG, indica que, de modo geral, os índices no Ensino Fundamental são relativamente baixos, com uma taxa total de 1,7%. O índice mais elevado ocorre no Ensino Médio (7,3%).

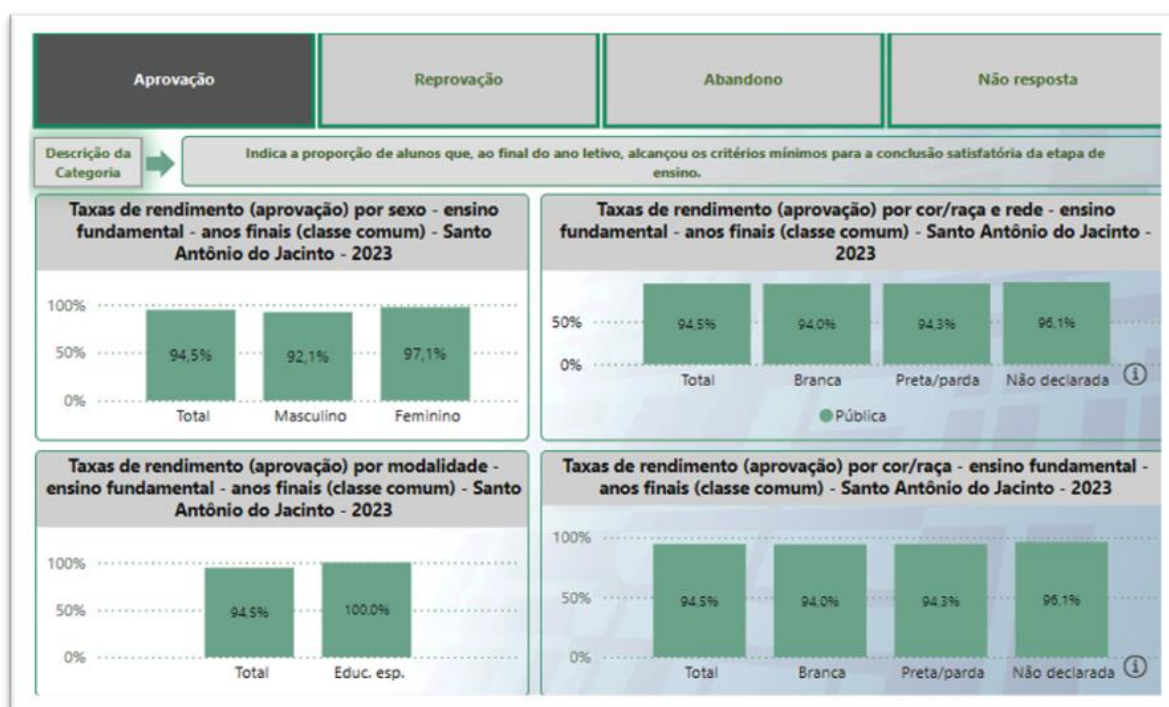
Na análise por localização, observa-se que a zona urbana apresenta abandono mais elevado (2,4%) em comparação à zona rural (0,7%). O problema se mostra mais acentuado nas escolas estaduais, onde a taxa de abandono chega a 6,1% nos anos finais do fundamental e 4,1% no ensino médio. Em contrapartida, as escolas municipais apresentam índices praticamente nulos (0,0% a 0,2%), evidenciando maior permanência dos estudantes nessas instituições.

Nota-se que as séries mais críticas são o 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e a 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, com taxas de abandono superiores a 5% em alguns casos, especialmente nas escolas estaduais urbanas. Destaca-se a 1ª série do Ensino Médio, em particular, que atinge 5,0% no total geral, configurando-se como um ponto sensível na trajetória escolar dos estudantes.

Pelo que se expõe, o abandono escolar está concentrado principalmente nas etapas finais do Ensino Fundamental e no início do ensino médio, sobretudo em escolas estaduais da zona urbana. Em contrapartida, as escolas municipais e rurais se destacam positivamente, com índices próximos de zero, o que demonstra maior efetividade na retenção e acompanhamento dos alunos.

Por fim, cabe destacar que, contrariando os dados nacionais, no município de Santo Antônio do Jacinto-MG, a reprovação, a evasão e o abandono ocorrem em maior percentual entre os estudantes do sexo masculino, conforme demonstram os Gráficos 10 a 15 apresentados a seguir.

Gráfico 10 – Taxa de rendimento (aprovação) por sexo, cor/raça no Ensino Fundamental – anos finais



Fonte: INEP (2023).

Com base nos dados de 2023 apontados pelo INEP (Gráfico 10), referentes às taxas de rendimento (aprovação) do Ensino Fundamental – anos finais, classe comum –, no município de Santo Antônio do Jacinto-MG, observa-se um panorama amplamente positivo, embora persistam desigualdades sutis entre determinados grupos sociais.

A taxa geral de aprovação foi de 94,5%, indicando que a grande maioria dos estudantes concluiu o ano letivo com sucesso. Quando desagregados por sexo, os dados revelam desempenho superior das meninas (97,1% de aprovação) em relação aos meninos (92,1%). Essa diferença acompanha a tendência nacional: em 2022, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), a taxa de aprovação nos anos finais do Ensino Fundamental

foi de 94,4% para meninas e 89,7% para meninos, evidenciando um padrão recorrente de melhores resultados entre estudantes do sexo feminino, frequentemente relacionado a maior engajamento escolar e menor incidência de indisciplina e evasão.

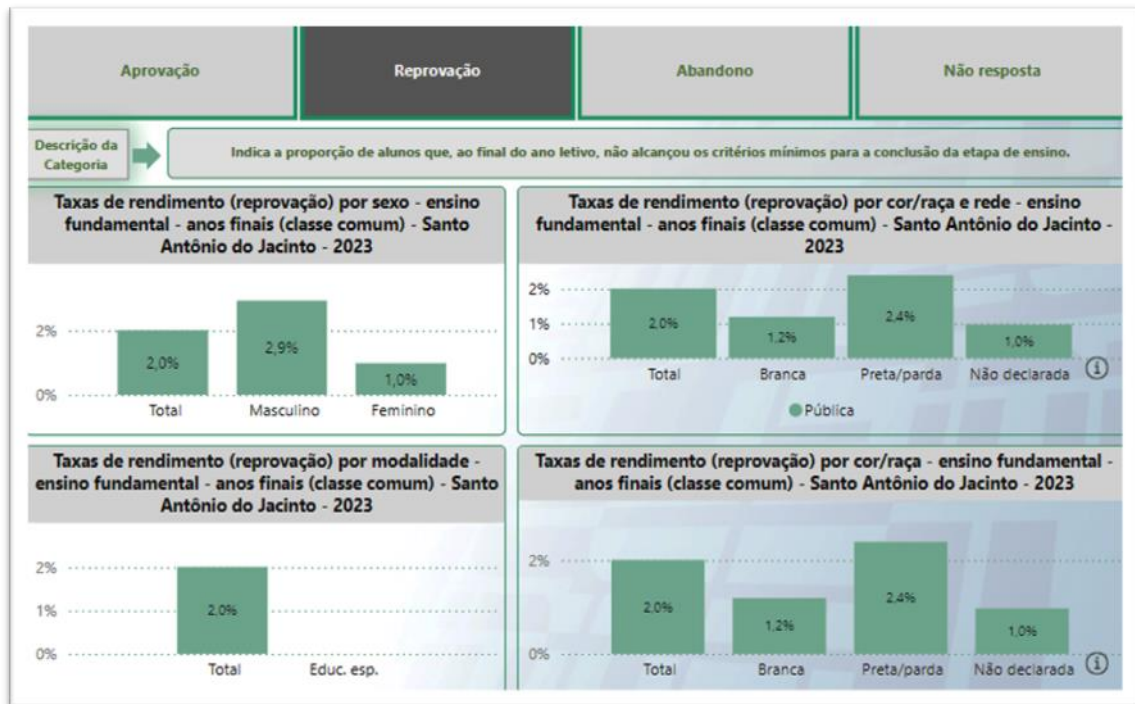
No que se refere à variável cor/raça, os alunos que não declararam essa informação apresentaram a taxa mais alta (96,1%), seguidos por brancos (94,9%) e pretos/pardos (93,4%). Embora as diferenças pareçam pequenas, refletem desigualdades estruturais persistentes, que impactam diretamente o percurso educacional. Alunos pretos e pardos, historicamente, enfrentam maiores barreiras de acesso, permanência e desempenho escolar, o que reforça a necessidade de políticas afirmativas e de práticas pedagógicas voltadas à promoção da equidade racial (Santos; Moura, 2020).

Outro dado relevante refere-se à Educação Especial, que registrou 100% de aprovação entre os estudantes matriculados. Esse resultado pode indicar a efetividade de políticas de inclusão e de adaptação curricular, mas também suscita a necessidade de investigar a qualidade das aprendizagens e os critérios de avaliação utilizados, de modo a assegurar que o avanço escolar corresponda, de fato, ao desenvolvimento das competências esperadas.

Em conformidade com o que se observa, os dados de Santo Antônio do Jacinto-MG estão acima da média nacional, indicando um sistema de ensino que, apesar das limitações e desigualdades, apresenta bons resultados em termos de rendimento escolar. Contudo, as diferenças observadas por sexo e raça/cor demandam atenção contínua, com foco em ações pedagógicas contextualizadas, programas de valorização da diversidade e políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades no espaço escolar.

Para ampliar a compreensão, na sequência, apresenta-se a taxa de rendimento relacionada à reprovação no Ensino fundamental do município em foco.

Gráfico 11 – Taxa de rendimento (reprovação) por sexo, cor/raça no Ensino Fundamental – anos finais

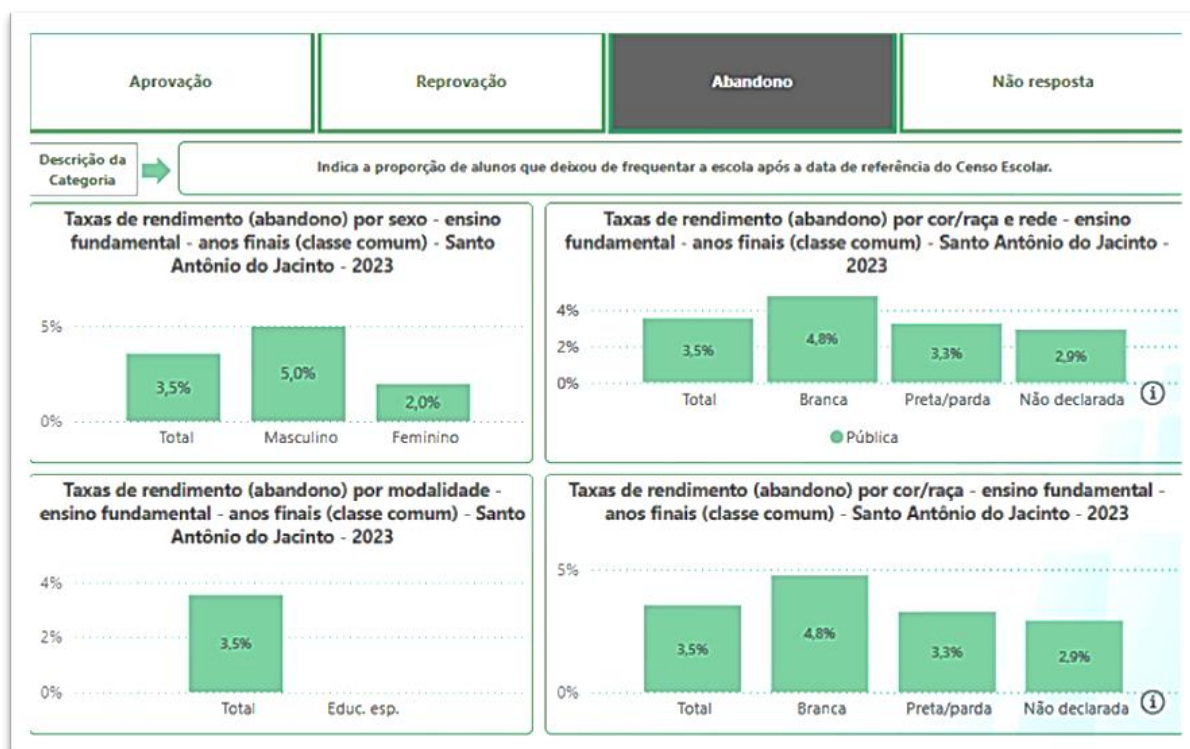


Fonte: INEP (2023)

Interpretando o Gráfico 11, observa-se que as taxas de reprovação nos anos finais do ensino fundamental em Santo Antônio do Jacinto-MG (2023) evidenciam desigualdades significativas. Verifica-se maior reprovação entre estudantes do sexo masculino (2,9%) em comparação ao sexo feminino (1,0%), bem como entre alunos pretos/pardos (2,4%) frente aos brancos (1,2%). Esses dados revelam disparidades de desempenho associadas a gênero e raça/cor, indicando a necessidade de políticas educacionais focalizadas, com ênfase na equidade e no enfrentamento das desigualdades estruturais que ainda afetam o rendimento escolar.

No que se refere ao abandono escolar, as informações podem ser verificadas no Gráfico 12.

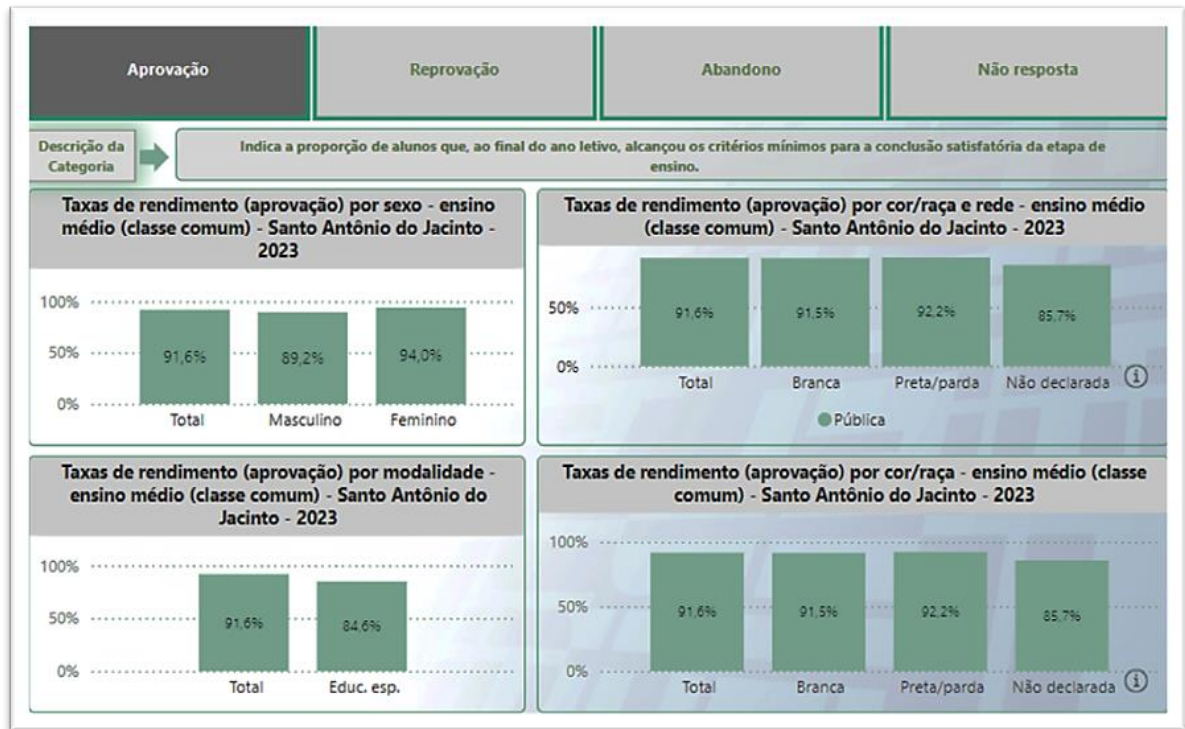
Gráfico 12 – Taxa de rendimento (abandono) por sexo, cor/raça no Ensino Fundamental – anos finais



Fonte: INEP (2023).

O Gráfico 12 revela disparidades preocupantes nas taxas de abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental em Santo Antônio do Jacinto-MG em 2023. Observa-se que os estudantes do sexo masculino apresentam 5,0% de abandono, enquanto entre os estudantes brancos a taxa atinge 4,8%, ambos superando a média geral do município (3,5%). Esses resultados sugerem fragilidades no processo de permanência escolar, evidenciando a urgência de políticas públicas integradas que promovam maior engajamento estudantil e apoio socioeducacional, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis, garantindo condições que favoreçam a continuidade dos estudos.

Considerando-se que a taxa de aprovação é igualmente um indicador central da permanência e do sucesso escolar, apresentam-se, a seguir, os dados relativos a esse aspecto, conforme demonstrado no Gráfico 13.

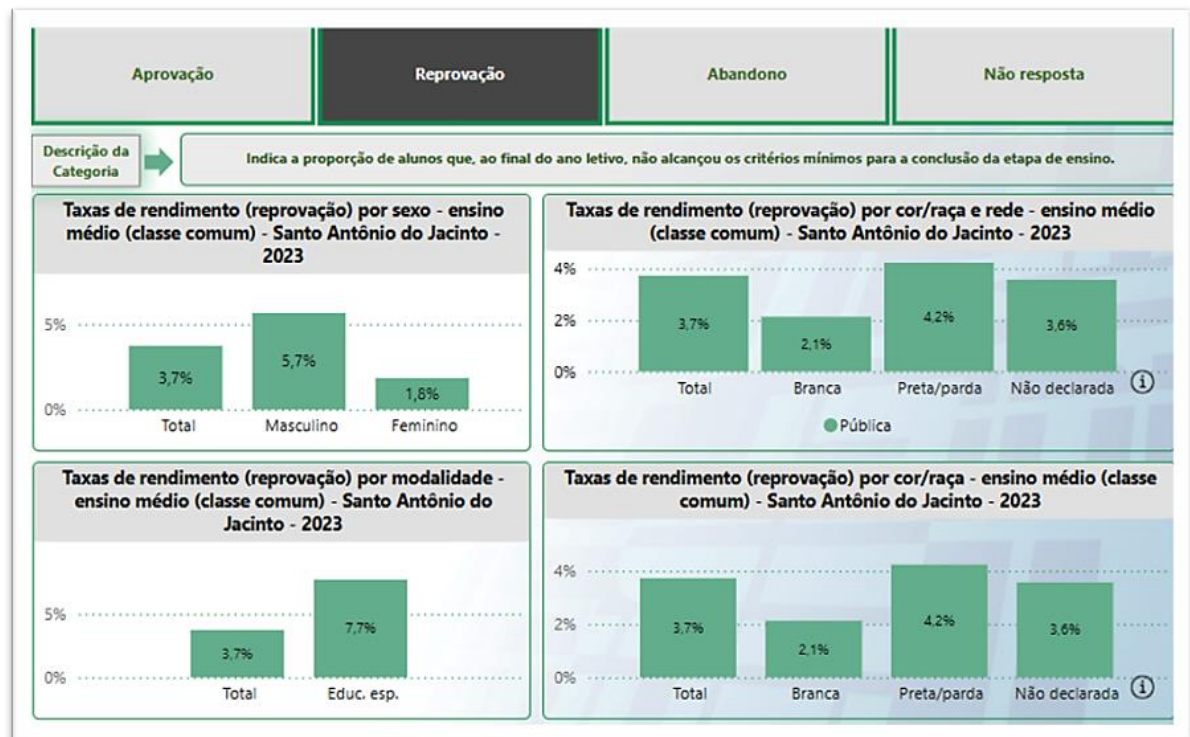
Gráfico 13 – Taxa de rendimento (aprovação) por sexo, cor/raça no Ensino Médio

Fonte: INEP (2023).

O Gráfico 13 evidencia um bom desempenho nas taxas de aprovação no Ensino Médio em Santo Antônio do Jacinto no ano de 2023, com destaque para os estudantes do sexo feminino (94%) e para o grupo preto/pardo (92,2%). No entanto, nota-se desempenho inferior entre os alunos com raça/cor não declarada (85,7%) e na modalidade de educação especial (84,6%), o que sugere a persistência de desigualdades e indica a necessidade de políticas educacionais mais eficazes voltadas à inclusão e à equidade.

Além disso, é importante considerar a taxa de reprovação no Ensino Médio, cujos apontamentos estão apresentados no Gráfico 14.

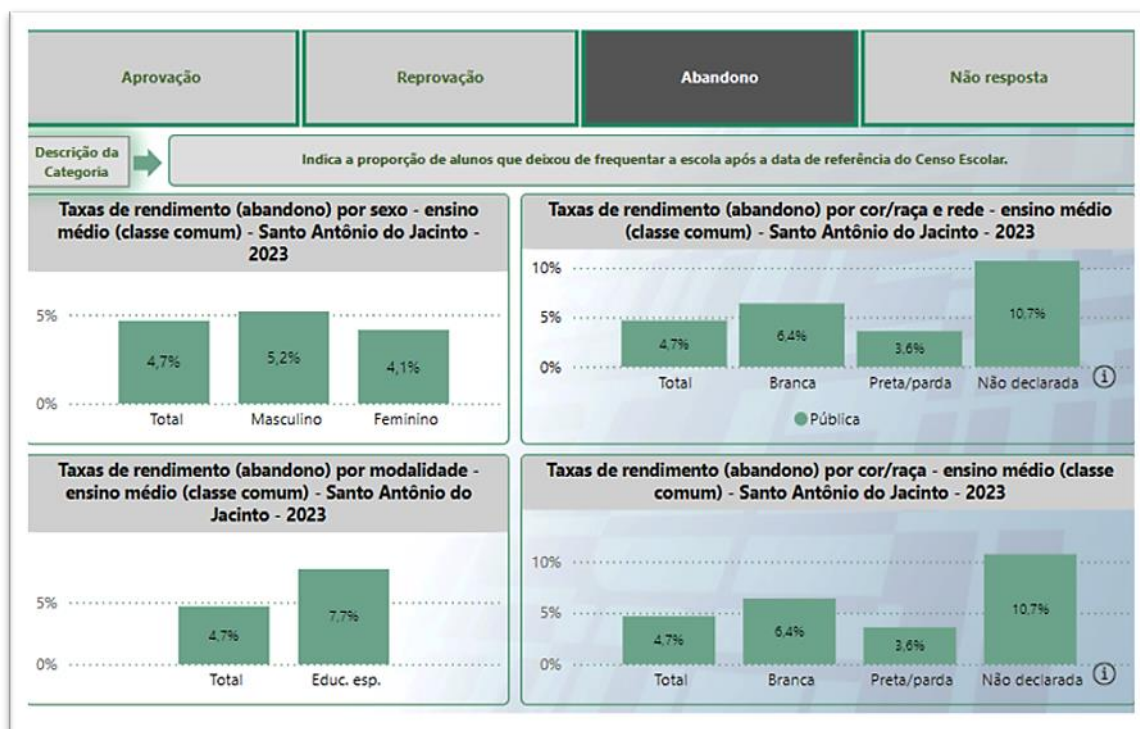
Gráfico 14 – Taxa de rendimento (reprovação) por sexo, cor/raça no Ensino Médio



Fonte: INEP (2023).

O Gráfico 14 evidencia desigualdades nas taxas de reprovação no Ensino Médio em Santo Antônio do Jacinto no ano de 2023. Observa-se que os alunos do sexo masculino (5,7%), da educação especial (7,7%) e da cor preta/parda (4,2%) concentram os maiores índices de retenção escolar. Esses resultados revelam vulnerabilidades específicas que comprometem a trajetória educacional desses grupos e reforçam a necessidade de políticas educacionais focalizadas, voltadas à promoção da equidade e da permanência escolar com qualidade.

Dando sequência às análises, é igualmente relevante apresentar os dados referentes ao abandono escolar no Ensino Médio, conforme demonstrado no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Taxa de rendimento (abandono) por sexo, cor/raça no Ensino Médio

Fonte: INEP (2023).

O Gráfico 15 revela que, em 2023, as maiores taxas de reprovação no Ensino Médio em Santo Antonio do Jacinto-MG ocorreram entre estudantes do sexo masculino, pretos/pardos e da educação, apontando desigualdades educacionais que exigem atenção a grupos mais vulneráveis. No entanto, salienta-se que a baixa autoestima e a falta de perspectivas também se configuram como fatores determinantes para o abandono escolar. Para muitos estudantes, a escola não representa um espaço de transformação social, mas um ambiente de frustração, marcado pela sensação de não pertencimento e pela percepção de que a educação não oferece oportunidades reais de ascensão social. Esse fenômeno é particularmente intenso entre jovens de famílias mais pobres que, diante de um mundo do trabalho excludente, deixam de enxergar a escola como ponte para um futuro melhor.

A falta de um planejamento mais abrangente, capaz de considerar as especificidades socioeconômicas locais, agrava o quadro da evasão escolar no município. A carência de recursos e a falta de uma rede de apoio efetiva, que envolva escolas, famílias e comunidade, dificultam ainda mais a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade. Sem um suporte integral, que ultrapasse os

limites da sala de aula e contemple dimensões emocionais, psicológicas e financeiras, torna-se cada vez mais difícil assegurar a continuidade dos estudantes no sistema de ensino.

Para mitigar essa realidade, é necessário que o município de Santo Antônio do Jacinto-MG adote medidas estratégicas articulando diferentes esferas da sociedade. Entre as ações possíveis estão a criação de programas de apoio à permanência escolar, como bolsas de estudo, apoio psicopedagógico, programas de inclusão digital e parcerias com empresas locais para oferta de estágios e inserção no mundo do trabalho. Além disso, a implementação de políticas públicas voltadas à valorização da educação como instrumento de transformação social pode contribuir a mudar a percepção das famílias sobre a importância da escola na construção do futuro dos jovens.

É imprescindível, ainda, investir na qualidade da educação ofertada, com a reestruturação das políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas contextualizadas, que considerem as especificidades socioeconômicas dos alunos e lhes proporcionem condições efetivas de sucesso acadêmico. Isso inclui a adoção de metodologias inclusivas, que respeitem as individualidades e estimulem a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Com esses esforços, será possível enfrentar as causas da evasão escolar em Santo Antônio do Jacinto-MG e avançar na promoção de uma educação pública mais equitativa, inclusiva e de qualidade para todos.

2.5 Impactos da evasão escolar na comunidade local

A evasão escolar, fenômeno complexo e multifatorial, tem se tornado uma preocupação constante nas comunidades brasileiras, sobretudo nas localidades de menor desenvolvimento socioeconômico. No contexto de Santo Antônio do Jacinto-MG, o abandono escolar representa um problema social relevante, que impacta diretamente o desenvolvimento local, afetando não apenas a estrutura educacional, mas também as dimensões econômicas, culturais e sociais da população. Este texto busca analisar os diversos impactos da evasão escolar na comunidade local, destacando suas repercussões em áreas fundamentais como o mundo do trabalho, a segurança pública e o desenvolvimento social, além de discutir como tais efeitos podem ser mitigados por ações políticas e educacionais bem direcionadas.

A evasão escolar tem um impacto direto na qualidade de vida de uma região. Jovens que abandonam a escola deixam de adquirir conhecimentos, habilidades e competências essenciais para seu crescimento pessoal, social e profissional, o que compromete o acesso a empregos formais e melhor remunerados. Esse ciclo de exclusão educacional leva, inevitavelmente, a uma baixa escolaridade da população jovem, gerando escassez de trabalhadores qualificados para atender às demandas do mundo do trabalho local. Como consequência, a mão de obra disponível nas cidades menores tende a ser menos capacitada, restringindo as oportunidades de desenvolvimento de novos setores econômicos e inibindo o crescimento das empresas locais, que encontram dificuldades em se expandir ou atrair investimentos.

A situação se agrava quando se observa que a maioria dos jovens que abandona o ensino médio tende a ingressar no mercado de trabalho de forma precoce e sem qualificação, ocupando postos informais ou subempregos. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³, a falta de formação adequada é um dos principais fatores que contribuem para a marginalização da juventude e para a precarização do trabalho. Em Santo Antônio do Jacinto-MG, esse quadro se reflete em elevadas taxas de informalidade, com baixos salários e escassas perspectivas de ascensão profissional entre aqueles que não concluem a educação básica.

Outro impacto negativo da evasão escolar é o aumento da violência e da criminalidade. A ausência da escola como espaço de socialização e aprendizado contribui para a ociosidade juvenil, favorecendo o envolvimento em atividades ilícitas, como tráfico de drogas, furtos e até crimes mais graves. Em comunidades onde a escolaridade é baixa, cresce o número de jovens sem perspectivas educacionais ou profissionais, criando terreno fértil para a atuação de organizações criminosas, que exploram a vulnerabilidade dessa população.

A escola, quando bem estruturada e integrada à comunidade, vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos: desempenha um papel essencial na formação do caráter e no fortalecimento de valores como respeito, cidadania e disciplina. A evasão escolar, neste sentido, implica não apenas em perda

³ O relatório *Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências 2023 (World Employment and Social Outlook -Trends 2023)*, publicado em março de 2023 pela OIT, analisou o impacto da desaceleração econômica no mercado de trabalho mundial. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@inst/documents/publication/wcms_865332.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

educacional, mas também em falhas no processo de socialização dos indivíduos, facilitando a marginalização social. Segundo Silva (2020), políticas públicas de inclusão escolar bem elaboradas podem reduzir a violência juvenil, ao garantirem a participação dos jovens em atividades educacionais, culturais e esportivas que os afastam da criminalidade e fortalecem o protagonismo na sociedade.

Além dos aspectos econômicos e de segurança, a evasão escolar gera um profundo impacto no desenvolvimento social da comunidade. A educação exerce papel central na formação da cidadania e na promoção da igualdade de oportunidades. Quando os jovens abandonam a escola, perdem a possibilidade de desenvolver plenamente seu potencial intelectual e social, o que contribui para o agravamento das desigualdades e perpetua ciclos de pobreza e marginalização, dificultando a ascensão social das futuras gerações.

Em comunidades de pequeno porte, como Santo Antônio do Jacinto, a educação constitui a principal ferramenta de transformação social. Nesse contexto, a evasão escolar compromete a capacidade da população de se engajar em iniciativas que promovam inclusão, como participação política, voluntariado e projetos comunitários. A não conclusão da educação básica impede muitos jovens de acessar informações fundamentais para a tomada de decisões conscientes sobre suas vidas, afetando negativamente seu envolvimento em questões sociais e comunitárias.

Esse fenômeno está interligado a uma série de fatores, como o aumento da desigualdade e da exclusão social, e tem sido apontado por estudiosos como um dos elementos que agravam a marginalização de determinadas populações. De acordo com Souza (2021), o abandono escolar não apenas limita o desenvolvimento individual, mas também compromete o avanço da comunidade como um todo, ao impedir a formação de uma base social sólida e engajada, capaz de promover mudanças estruturais positivas.

É possível mitigar os efeitos negativos da evasão escolar por meio de políticas públicas eficazes e de uma atuação coordenada entre escolas, famílias e a comunidade. Programas que incentivam a permanência escolar, como bolsas de estudo, transporte gratuito e acompanhamento psicológico para alunos em risco de evasão, têm demonstrado resultados positivos em diferentes regiões do Brasil. Em Santo Antônio do Jacinto-MG, por exemplo, iniciativas como a criação de espaços

culturais nas escolas e programas de apoio à educação básica podem ser determinantes para reduzir os índices de abandono.

Além disso, a articulação entre escola e demais entidades sociais pode resultar em uma rede de apoio mais eficaz para os jovens em situação de vulnerabilidade. A participação da família também é fundamental para evitar a evasão escolar, sendo necessário fortalecer os vínculos entre a escola e as famílias, de modo a proporcionar acompanhamento mais próximo e apoio efetivo às dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Como ressalta Santos (2020), a atuação escolar deve transcender o currículo formal, oferecendo um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual os alunos se sintam valorizados e motivados a prosseguir seus estudos.

Os impactos da evasão escolar em Santo Antônio do Jacinto-MG, assim como em outras comunidades com características semelhantes, são amplos e complexos. Eles incidem diretamente sobre o desenvolvimento social da região, perpetuando um ciclo de exclusão difícil de ser rompido sem uma intervenção consistente e planejada. Portanto, políticas públicas que incentivem a permanência escolar, fortaleçam o apoio às famílias e introduzam novas estratégias educacionais é fundamental para mitigar os efeitos da evasão e garantir um futuro mais promissor para a juventude local.

2.6 Iniciativas educacionais no município de Santo Antônio do Jacinto-MG

A evasão escolar constitui um dos principais desafios do sistema educacional brasileiro, especialmente em municípios de pequeno porte, caso de Santo Antônio do Jacinto-MG. Para enfrentar essa problemática, diversas iniciativas educacionais vêm sendo implementadas, tanto por meio de políticas públicas municipais quanto por parcerias com instituições estaduais e federais. Essas ações têm como objetivo reduzir os índices de abandono, melhorar a qualidade do ensino e garantir a permanência dos estudantes na escola.

Uma das principais estratégias adotadas no município é a implementação de programas de reforço escolar e de acompanhamento pedagógico individualizado, além da adoção do Programa Reunião de Rede Intersetorial⁴. Estudos apontam que

⁴ As Secretarias Municipais de Educação, Serviço e Promoção Social e Saúde, em conjunto com o

dificuldades de aprendizagem são fatores determinantes para a evasão, sobretudo no início do ensino médio, quando os alunos se deparam com desafios acadêmicos mais complexos (Silva; Santos, 2021). Nesse contexto, as escolas municipais e estaduais de Santo Antônio do Jacinto-MG têm investido na criação de grupos de tutoria, em que professores e monitores auxiliam os estudantes em disciplinas com maior índice de reprovação, como matemática e português. Segundo Oliveira (2022), a adoção de métodos de ensino mais interativos, como a gamificação e o uso de tecnologias educacionais, tem apresentado resultados positivos na motivação discente e na redução da evasão escolar.

Além das estratégias pedagógicas, o município tem promovido ações voltadas ao fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade. A participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos é considerada um fator essencial para a permanência dos estudantes (Melo; Reis, 2018). Em Santo Antônio do Jacinto, projetos como Família na Escola incentivam reuniões periódicas e palestras que abordam a importância da educação para o desenvolvimento social dos educandos e de seus familiares. Tais iniciativas buscam conscientizar os responsáveis e oferecer suporte diante de desafios como a vulnerabilidade socioeconômica, que muitas vezes influencia a decisão dos alunos de abandonar os estudos.

Outro aspecto fundamental das iniciativas educacionais no município é a ampliação do acesso a programas de assistência estudantil. De acordo com Ribeiro e Martins (2023), a oferta de transporte escolar gratuito, alimentação adequada e materiais didáticos é determinante para a permanência dos alunos. Santo Antônio do Jacinto tem buscado expandir esses serviços por meio de investimentos estaduais e federais, assegurando que estudantes da zona rural frequentem regularmente as aulas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵ e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)⁶ têm sido centrais nesse

Conselho Tutelar e as Escolas Estaduais e Municipais, reúnem-se mensalmente para avaliar ações que contemplem a vida escolar dos estudantes, bem como outros segmentos sociais.

⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem como objetivo a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

⁶ O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), criado pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, consiste em uma iniciativa suplementar de repasse de recursos para custear despesas com a manutenção de veículos ou com serviços terceirizados destinados ao transporte escolar nas redes públicas estadual e municipal.

processo, evitando que alunos em situação de vulnerabilidade abandonem os estudos por falta de condições básicas de acesso (Brasil, 2022).

Além das políticas públicas já mencionadas, o município tem incentivado a oferta de atividades extracurriculares que tornam o ambiente escolar mais atrativo. A evasão pode estar relacionada à falta de engajamento e identificação do estudante com a escola. Para enfrentar essa questão, têm sido promovidas oficinas culturais, esportivas e tecnológicas, que proporcionam experiências formativas para além do currículo tradicional. O Programa Escola Aberta (PEA)⁷, por exemplo, oferece cursos de música, teatro e informática, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades e interesses que contribuem para sua trajetória acadêmica e profissional.

Por fim, as iniciativas educacionais em Santo Antônio do Jacinto-MG revelam um esforço contínuo para enfrentar a evasão escolar, por meio de estratégias pedagógicas inovadoras, fortalecimento da relação escola-família, ampliação de programas de assistência estudantil e diversificação de atividades extracurriculares. Tais ações buscam garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e concluam sua trajetória escolar com êxito.

⁷ Criado em 2004, em parceria com a Unesco, o Programa Escola Aberta integra a política de educação integral do governo federal e fortalece a execução do Mais Educação, projeto voltado à ampliação da oferta de atividades nas escolas. A iniciativa abre as portas das instituições para a comunidade nos finais de semana e já se consolidou como referência entre alunos, pais e professores.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

De modo geral, política refere-se ao conjunto de processos, decisões e ações voltados à garantia dos interesses coletivos, à regulação das relações sociais e à efetivação dos direitos e deveres dos cidadãos em determinado território. Nesse sentido, compreender o conceito é essencial, sobretudo porque, por vezes, ele se mostra confuso, principalmente quando se trata de política pública. Conforme Secchi (2014, p. 1), “o conceito de política pública pode ser entendido como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, possuindo dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. O autor destaca que o estudo das políticas públicas pode ser dividido em duas abordagens principais: a estatista (*state centered policy-making*), que compreende as políticas públicas como controladas exclusivamente por atores estatais; e a multicêntrica, que considera como protagonistas não apenas os agentes governamentais, mas também organizações privadas, entidades não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas (*policy networks*).

Na tradição da ciência política, as políticas públicas são concebidas como resultado das dinâmicas de enfrentamento, disputas de poder e resolução de interesses entre diferentes atores (Secchi, 2014). Assim, o campo das políticas públicas busca tanto colocar o governo em ação e analisar essa ação (variável independente) quanto, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui o momento em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações concretas, voltados à produção de resultados e à promoção de mudanças no mundo real (Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Para aprofundar a compreensão, faz-se necessária a diferenciação epistemológica dos termos *politics* e *policy*. Ramacciotti e Bernardino (2020) explicam que, em português, a palavra “política” pode gerar ambiguidade, pois tanto pode se referir ao processo político mais amplo quanto às ações governamentais específicas. As autoras esclarecem essa distinção ao categorizar as atividades analíticas em duas vertentes: o estudo de política pública (*policy studies*) e a análise para política pública (*policy analysis*). O termo *politics* associa-se ao estudo de política pública, que busca compreender como as políticas são formuladas,

implementadas e avaliadas. Essa abordagem é predominantemente descritiva e explicativa, com foco acadêmico, visando construir teorias sobre o comportamento dos atores, o papel das instituições e as dinâmicas do processo decisório. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre o funcionamento das políticas públicas como fenômeno social e político, explorando causas, pressupostos, interesses e contextos que influenciam sua adoção.

Por outro lado, *policy* está relacionado à análise para política pública, voltada à prática e à prescrição. Nessa perspectiva, a análise busca oferecer soluções concretas para problemas públicos, com base em critérios como eficiência, equidade e eficácia (Ramacciotti; Bernardino, 2020). É uma disciplina aplicada, cujo foco é a produção de conhecimento útil ao processo decisório, por meio da avaliação de alternativas de ação, projeção de impactos e formulação de recomendações. Aqui, o conhecimento é mobilizado para intervir diretamente na construção de políticas, auxiliando gestores públicos e demais tomadores de decisão.

Cabe ainda mencionar que, segundo Secchi (2014), é possível identificar diferentes tipos de políticas, como políticas simbólicas, pseudopolíticas, políticas sem sentido e políticas públicas reais, cada uma com características específicas e implicações distintas para a gestão pública. Para o autor,

Políticas simbólicas; são aquelas que os policymakers até possuem condições de elaborá-la, mas intimamente não demonstram grande interesse em colocá-las em prática [...] As pseudopolíticas; são aquelas em que o policymaker até tem interesse e gostaria de ver sua política funcionando, mas não possui conhecimento para estrutura-la adequadamente [...] Política sem sentido; é aquela elaborada sem conhecimento específico sobre o problema ou sem alternativas de solução para o problema, além de ser vazia de intenções políticas genuínas [...] Política pública real; quando incorporam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo (Secchi, 2014, p. 2).

Posto isto, entende-se que, enquanto *Politics* se refere ao campo analítico que estuda o como e o porquê das políticas públicas, ou seja, o processo político que as envolve, *Policy* diz respeito ao conteúdo e aos efeitos das políticas propriamente ditas, com ênfase em sua formulação e aprimoramento. Ambos, contudo, são complementares e fundamentais para a compreensão e o aprimoramento da ação pública.

A análise das políticas públicas educacionais exige, portanto, uma abordagem teórica ampla e crítica, capaz de considerar os múltiplos atores envolvidos, os contextos políticos e institucionais, bem como as disputas que permeiam sua formulação e implementação. Nessa perspectiva, os estudos de João Barroso (2006), Jefferson Mainardes (2006), Celina Souza (2006) e Marta Arretche (1999) oferecem importantes contribuições, como veremos a seguir.

Partindo do exposto, destaca-se o pensamento de Barroso (2006), que problematiza o papel do Estado na regulação das políticas públicas, concebendo-o como um espaço de disputas e negociações entre diferentes interesses. Para o autor, o Estado não deve ser visto como uma entidade neutra ou monolítica, mas como um campo dinâmico, onde se confrontam projetos ideológicos, políticos e sociais. No caso das políticas educacionais, esse processo de regulação manifesta-se por meio da criação de normas, definição de metas e aplicação de mecanismos de controle e avaliação.

Barroso (2006) enfatiza que a regulação pode assumir formas centralizadas ou descentralizadas, refletindo modelos de gestão adotados em diferentes conjunturas. Assim, as reformas educacionais são interpretadas como expressões de mudanças nos modos de regulação, frequentemente influenciadas por organismos internacionais. Sua análise crítica ressalta que as políticas educacionais podem tanto promover a equidade quanto reproduzir desigualdades, dependendo das decisões tomadas pelos formuladores e das condições de implementação.

Nesse campo de debate, Mainardes (2006) introduz a abordagem do ciclo de políticas no contexto brasileiro, com base na proposta de Stephen Ball e Richard Bowe. Essa abordagem rompe com a visão linear e tecnocrática da formulação de políticas e reconhece que elas são construídas em diferentes fases interdependentes: o contexto de influência, o contexto da formulação, a produção do texto, a prática e os efeitos. Em diálogo com essa perspectiva, Secchi (2014) explica que a elaboração de políticas públicas é um processo (*policy-making process*) identificado como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), no qual aponta sete fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Seguindo com ideia de processo de formulação das políticas públicas, Mainardes (2006) destaca que ele é atravessado por múltiplos atores, como partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, organismos internacionais e

especialistas, que influenciam os conteúdos das políticas. A prática, por sua vez, revela-se como um espaço de reinterpretação, resistência e inovação por parte dos profissionais da educação. Isso significa que o que é prescrito nas políticas pode ser transformado no cotidiano escolar, gerando efeitos distintos dos previstos inicialmente pelos seus autores, a depender do modo como são interpretadas e apropriadas nos diferentes contextos.

A abordagem do ciclo de políticas, portanto, valoriza a complexidade e a contingência dos processos decisórios, permitindo compreender como a implementação está sujeita tanto às condições materiais e quanto às simbólicas dos contextos locais em que se insere (Mainardes, 2006; Secchi, 2014).

Já Souza (2006) contribui para o debate com uma revisão abrangente da literatura sobre políticas públicas, evidenciando três principais vertentes teóricas: a abordagem tradicional (centrada no Estado), os estudos de *policy-making* (focados no processo e nos atores envolvidos) e a análise política (que enfatiza os conflitos de interesse e o poder). Para a autora, compreender políticas públicas requer o reconhecimento de que elas não constituem apenas soluções de aspecto técnico para problemas sociais, mas expressam disputas, interesses e correlações de força dentro da sociedade.

Souza (2006) também chama atenção para a crescente influência de organismos internacionais na formulação de políticas nacionais, especialmente no setor educacional, como no caso das diretrizes estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial e Unesco. Essas interferências externas reforçam a necessidade de uma análise crítica e sistematizada das políticas públicas educacionais, de modo a considerar as especificidades da sociedade local e os impactos diferenciados sobre os diversos grupos sociais nela inseridos.

A análise das políticas públicas educacionais, especialmente no âmbito do Ensino Fundamental, exige uma abordagem teórica ampla e crítica, capaz de considerar os múltiplos atores envolvidos, os contextos políticos e institucionais, bem como as disputas que permeiam sua formulação e implementação. Segundo Arretche (1999), as fatias federais da oferta de ensino fundamental, particularmente os programas de reforço alimentar e de apoio à educação básica, eram diretamente formuladas, financiadas e implementadas por agências do governo federal.

Para compreender a descentralização nesse campo, a autora analisa as trajetórias do programa de merenda escolar e do processo de municipalização das matrículas no ensino fundamental. Esses programas são tomados por Arretche (1999) como representativos da descentralização da educação, pois evidenciam a transferência gradual de responsabilidades e recursos do governo federal para os municípios. Dessa forma, sua trajetória fornece um panorama relevante para a compreensão das dinâmicas políticas, institucionais e administrativas que influenciam a descentralização da educação básica no Brasil.

Frente ao que se mencionou, as contribuições teóricas de Barroso, Mainardes, Souza e Arretche evidenciam que as políticas públicas educacionais são processos históricos, sociais e políticos atravessados por disputas de poder, negociações e condicionamentos diversos. A atuação do Estado é central, mas não exclusiva, uma vez que há uma multiplicidade de vozes e interesses em jogo que se refletem na formulação, implementação e avaliação das políticas.

No campo da educação, a compreensão crítica desses processos é indispensável para que se possa intervir de forma qualitativa na construção de políticas mais justas, democráticas e inclusivas. A análise do ciclo de políticas, a problematização da regulação estatal e a revisão conceitual do campo revelam a complexidade e a importância do debate em torno das políticas públicas, sobretudo no contexto brasileiro. Nesse sentido, a educação pública deve ser concebida como um direito fundamental e uma ferramenta de transformação social, exigindo políticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem com qualidade, respeitando a diversidade e promovendo a cidadania plena e igualitária, deixando de lado interesses particulares em favor do bem comum e do crescimento sociointelectual da nação.

A evasão escolar configura-se como um problema persistente que compromete diretamente o desenvolvimento educacional e social de um país. No Brasil, esse fenômeno limita o direito à educação e perpetua o ciclo de desigualdade social, restringindo as oportunidades de crescimento e inclusão de muitas crianças e muitos adolescentes. A evasão escolar, em particular no Ensino Médio, tem recebido maior atenção nas políticas públicas em razão de sua relação direta com a reprodução das desigualdades socioeconômicas. Nesse contexto, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao combate da evasão escolar tem sido uma das principais estratégias adotadas para garantir a permanência dos

estudantes na escola e, conseqüentemente, a conclusão de sua educação básica. Tais políticas articulam ações que visam não só entender as causas da evasão, mas atuar de forma preventiva e corretiva em diversas frentes.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as políticas públicas de combate à evasão escolar no Brasil têm se estruturado em torno de diretrizes e programas que buscam ampliar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. O Programa Bolsa Família, por exemplo, foi criado para atender famílias em situação de vulnerabilidade social, condicionando o recebimento de benefícios à frequência escolar das crianças e adolescentes. Tal incentivo procura reduzir a necessidade do trabalho precoce, promovendo a permanência dos jovens na escola e combatendo a evasão provocada pela falta de recursos (Brasil, 2003).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) constitui outra ferramenta central no financiamento da educação pública, destinado a melhorar as condições de infraestrutura escolar e assegurar uma educação de qualidade para todos. A redistribuição de recursos busca reduzir as desigualdades regionais por meio da ampliação de vagas, da melhoria infraestrutura escolar e da valorização docente. Segundo Lima (2022), o aumento do financiamento para a educação, especialmente, por meio do Fundeb, tem mostrado avanços na redução da evasão escolar, pois possibilita melhores condições de funcionamento das escolas, refletindo diretamente na permanência dos alunos.

Outro aspecto importante das políticas de enfrentamento da evasão escolar é a ampliação de programas de apoio à permanência, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Pronatec oferta cursos técnicos gratuitos e bolsas de estudo, ampliando as possibilidades de formação profissional dos jovens e incentivando a continuidade dos estudos. De acordo com Martins (2020), iniciativas como essa têm contribuído para a redução da evasão escolar ao oferecer alternativas de qualificação que articulam o ensino básico ao ensino técnico, preparando os estudantes para o mundo do trabalho.

No âmbito da educação básica, também se destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada com o objetivo de estabelecer um conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes, alinhando sua formação às necessidades do século 21. Trata-se de uma diretriz que visa garantir uma educação de qualidade para todos, reduzir as disparidades regionais e promover a equidade.

Segundo Santos (2019), ao proporcionar uma proposta pedagógica mais conectada com às demandas do mundo do trabalho e às realidades locais, a BNCC procura combater a evasão escolar, tornando o currículo mais atraente e relevante para os jovens.

Outra política pública fundamental no enfrentamento da evasão escolar é a promoção da educação integral. A implementação de escolas de tempo integral tem se mostrado uma estratégia eficaz para ampliar a permanência dos alunos, uma vez que oferece uma formação mais abrangente, que vai além das disciplinas tradicionais e inclui atividades culturais, esportivas e de lazer. De acordo com Almeida e Vasconcelos (2021), a expansão desse modelo tem contribuído para a redução da evasão escolar, principalmente nas regiões mais carentes, ao proporcionar experiências mais ricas e envolventes, capazes de atender às múltiplas necessidades e interesses dos estudantes.

Também merece destaque a formação de professores e a adoção de metodologias inclusivas e ativas como políticas centrais no combate à evasão escolar. Quando os docentes têm acesso a uma formação continuada que os capacita lidar com a diversidade dos alunos e a aplicar práticas pedagógicas dinâmicas e inovadoras, contribui diretamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e para a permanência dos estudantes. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)⁸ e o Programa de Formação de Educadores para a Educação do Campo⁹ têm se mostrado eficazes ao oferecer aos docentes instrumentos que fortalecem a qualidade do ensino, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social (Souza, 2019).

Além disso, o enfrentamento da evasão escolar envolve a colaboração entre diferentes setores da sociedade, destacando-se a participação ativa das famílias, da comunidade e do poder público. Projetos que integram as famílias ao processo educativo, como o Programa de Acompanhamento Familiar e Escolar¹⁰, têm sido

⁸ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012, constitui um compromisso formal e solidário assumido pelos governos federal, distrital, estaduais e municipais, em consonância com a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

⁹ Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído em 20 de março de 2012, é voltado para ações específicas de apoio à educação do campo e à educação quilombola, considerando as reivindicações históricas dessas populações pela efetivação do direito à educação.

¹⁰ O Programa Educação e Família tem por finalidade fomentar e qualificar, no âmbito das escolas públicas de educação básica, a participação da família na vida escolar do estudante e na construção de seu projeto de vida. Instituído pela Portaria nº 177, de 30 de março de 2021, o

fundamentais para aumentar a conscientização sobre a importância da educação e incentivar a permanência dos estudantes. A cooperação entre escolas e famílias é um fator determinante para o sucesso escolar, uma vez que o apoio familiar é essencial para que o aluno consiga superar as dificuldades ao longo de sua trajetória

3.1 Políticas públicas no combate à evasão escolar

A evasão escolar é um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, especialmente no Ensino Médio, etapa em que as taxas de abandono tendem a ser mais elevadas. Para combater esse problema, diversas políticas públicas têm sido implementadas com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes na escola e criar condições favoráveis para a conclusão da educação básica. Entre essas políticas, destacam-se programas de assistência financeira, iniciativas pedagógicas inovadoras e ações de suporte psicossocial voltadas a alunos em situação de vulnerabilidade, como é o caso do Programa Brasil na Escola, criado pelo Ministério da Educação¹¹.

Um dos programas mais relevantes nesse contexto é o Programa Bolsa Família¹², que condiciona a transferência de renda à frequência escolar mínima de 75% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 85% para jovens de 16 e 17 anos. Esse programa tem sido fundamental para reduzir a evasão, pois auxilia famílias em situação de vulnerabilidade econômica a manterem seus filhos na escola, evitando o ingresso precoce no mercado de trabalho ou o abandono dos estudos por falta de recursos (Brasil, 2023).

programa busca induzir e fomentar estratégias e inovações capazes de assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar, com equidade e na idade adequada, dos estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental.

¹¹ Instituído pela Portaria nº 177, de 30 de março de 2021, o Programa Brasil na Escola tem por objetivo induzir e fomentar estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.

¹² O Programa Bolsa Família é uma política federal de transferência direta de renda voltada para famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social. Instituído no governo Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Seu objetivo central é combater a fome, a pobreza extrema e a desigualdade social, assegurando melhores condições de vida às famílias beneficiadas e contribuindo para a garantia de direitos básicos, como saúde, educação e alimentação. O Programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, instituído em 20 de outubro de 2021 durante o governo Jair Bolsonaro. Após tramitação no Legislativo, esse programa foi sancionado, com vetos, buscando substituir o Bolsa Família, mantendo a lógica de transferência de renda, mas com novas diretrizes e critérios de inclusão das famílias beneficiárias.

Outro programa de grande impacto é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹³, responsável pela distribuição gratuita de materiais didáticos e paradidáticos aos estudantes da educação básica. O acesso a materiais de qualidade é essencial para estimular a aprendizagem e evitar que dificuldades acadêmicas resultem no abandono escolar. A literatura aponta que a ausência de recursos pedagógicos adequados pode desmotivar os alunos e contribuir para a evasão (Bordinhão; Silva, 2021).

Além das iniciativas de assistência financeira e distribuição de materiais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁴ desempenha papel crucial na permanência estudantil, sobretudo em municípios de baixa renda como Santo Antônio do Jacinto/MG. Segundo o FNDE, para muitas crianças e adolescentes, a merenda escolar representa a principal refeição do dia. Assim, garantir a oferta de alimentação nutritiva nas escolas contribui para a permanência dos estudantes e reduz os índices de absenteísmo (Santos; Oliveira, 2022).

No âmbito estadual, Minas Gerais conta com o Projeto Trilhas de Futuro, que oferece cursos técnicos gratuitos para estudantes do Ensino Médio da rede pública. Essa iniciativa busca fortalecer a formação profissional dos jovens, tornando a escola mais atrativa e alinhada às demandas do mundo do trabalho. Conforme o INEP (2023), programas de educação profissional contribuem para a redução da evasão ao oferecerem perspectivas concretas de inserção no mercado.

Além das iniciativas governamentais, a atuação integrada entre escola, família e comunidade é essencial para garantir o sucesso dessas políticas. A literatura destaca que o envolvimento da família no acompanhamento escolar dos filhos é um dos principais fatores que influenciam a permanência estudantil (Carvalho, 2021). Nesse sentido, programas que fortalecem a relação escola-família, como o

¹³ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a mais antiga iniciativa voltada à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino no Brasil, tendo sido criado em 1937, ainda sob outra denominação. Ao longo de mais de oito décadas, o programa passou por diversas reformulações, mudanças de nomenclatura e aprimoramentos em sua execução. Atualmente, o PNLD atende a toda a educação básica, com exceção da educação infantil, garantindo o acesso gratuito a materiais didáticos essenciais para o processo de ensino-aprendizagem.

¹⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo FNDE e tem como objetivo transferir, em caráter suplementar, recursos financeiros da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Esses recursos são destinados a suprir, de forma parcial, as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)¹⁵, têm sido fundamentais para combater a evasão, promovendo a participação ativa dos pais e responsáveis na vida escolar.

Embora as políticas públicas desempenhem papel central na redução da evasão escolar, persistem desafios, como a necessidade de ampliar o acesso a tecnologias educacionais, aprimorar a formação docente e garantir infraestrutura adequada nas escolas. Diante desse cenário, torna-se fundamental que as ações governamentais sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, considerando as especificidades regionais e as demandas da comunidade escolar. Estudos indicam que programas bem estruturados, aliados a um acompanhamento sistemático, são determinantes para o sucesso da permanência estudantil (André; Carvalho, 2024).

Portanto, a implementação de políticas públicas voltadas à permanência escolar deve ser compreendida como uma estratégia prioritária para assegurar o direito à educação e reduzir as desigualdades sociais. Em municípios como Santo Antônio do Jacinto-MG, onde os desafios socioeconômicos são expressivos, tais iniciativas assumem papel ainda mais relevante na garantia do acesso, da permanência e da conclusão do Ensino Médio.

3.2 Dados estatísticos e tendências nacionais

A evasão escolar no Brasil representa um dos maiores desafios para o sistema educacional do país. O abandono escolar é um fenômeno que afeta a educação básica e, em particular, o Ensino Médio, etapa crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. A realidade da evasão escolar no Brasil é complexa e multifacetada, influenciada por uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais, que variam de acordo com a região e o contexto de cada município. Dados do INEP (2023), com base no Censo Escolar, mostram que as taxas de evasão escolar no país permanecem elevadas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, onde a desigualdade social é mais pronunciada.

Todavia, observa-se uma trajetória de redução das taxas consolidadas de evasão nos últimos anos, conforme divulgado no Censo Escolar 2023 (Brasil, 2024).

¹⁵ O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, configura-se como uma estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio. Seu objetivo central é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas, buscando assegurar uma formação integral dos estudantes. Para isso, promove a inserção de atividades que tornam o currículo mais dinâmico, alinhado às expectativas juvenis e às demandas da sociedade contemporânea.

Posto isto, torna-se pertinente apresentar, de forma integrada, o panorama da reprovação, do abandono e da taxa de aprovação.

Quadro 6 – Taxa de Rendimento por etapa escolar em 2023

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	2,5% sem dados	0,3% sem dados	97,2% sem dados
Anos finais	4,8% sem dados	1,2% sem dados	94% sem dados
Ensino médio	5,3% sem dados	3,4% sem dados	91,3% sem dados

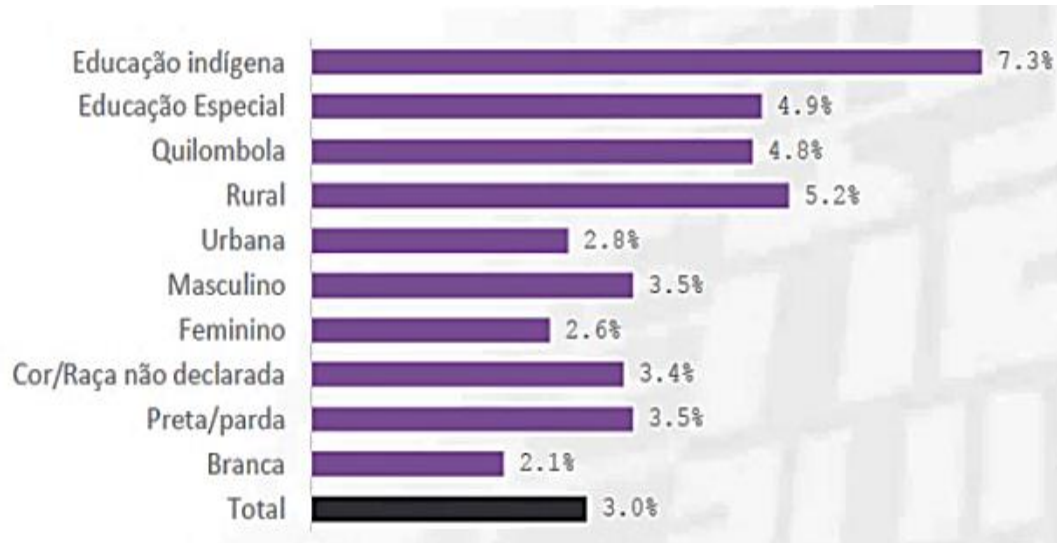
[? Legenda](#)
Fonte: Taxas de Rendimento 2023, Inep

Fonte: INEP (2023).

A partir dos dados apresentados no Quadro 6, pode-se observar que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os indicadores revelam uma alta taxa de aprovação (97,2%) e baixas taxas de reprovação (2,5%) e abandono (0,3%). Esse cenário indica que a grande maioria dos alunos consegue acompanhar o currículo nessa etapa. Nos anos finais, entretanto, percebe-se uma leve piora nos indicadores: a taxa de aprovação diminui para 94%, enquanto as taxas de reprovação e o de abandono aumentam para 4,8% e 1,2%, respectivamente.

No que tange ao Ensino Médio, evidencia-se o quadro mais crítico, marcado por maior taxa de reprovação (5,3%) e abandono mais elevado (3,4%), enquanto a aprovação cai para 91,3%. Essa tendência indica que, à medida que os alunos avançam na educação básica, enfrentam mais dificuldades, o que contribui para a redução da permanência escolar e o aumento da evasão.

Para ilustrar esse panorama, apresentam-se os Gráficos 16 e 17 a seguir.

Gráfico 16 – Evasão no Ensino Fundamental

Fonte: INEP; Censo Escolar (2023).

O Gráfico 16 evidencia que a evasão escolar no Ensino Fundamental no país não ocorre de forma homogênea, mas é profundamente marcada por desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero. As taxas significativamente superiores à média nacional entre grupos historicamente vulnerabilizados revelam que as políticas públicas ainda se mostram insuficientes para assegurar equidade educacional. Esse cenário reforça a urgência de estratégias focalizadas, capazes de considerar as especificidades culturais, socioeconômicas e territoriais de cada grupo, de modo a promover uma efetiva igualdade de oportunidades.

Gráfico 17 – Evasão no Ensino Médio

Fonte: INEP; Censo Escolar (2023).

Quanto ao Gráfico 17, observa-se que, ao analisar a evasão por modalidade de educação, a educação especial apresenta a maior taxa (6,2%), seguida pela educação rural e urbana (ambas 5,9%), enquanto educação quilombola registra a menor (4,6%). Também se evidenciam desigualdades significativas entre diferentes grupos, com maior incidência entre estudantes do sexo masculino (7,3%) e entre pessoas pretas/pardas (6,3%), em contraste com menores índices entre as mulheres (4,5%) e na educação quilombola, já mencionada. Esses resultados sugerem que fatores de gênero e raça influenciam de maneira expressiva o indicador apresentado.

A partir do que foi demonstrado nos gráficos 16 e 17, pode-se argumentar que, em conformidade com os registros do Censo Escolar 2023, um dos principais motivos do abandono escolar é a necessidade de muitos jovens ingressarem precocemente no mundo do trabalho para contribuir com o sustento familiar. Esse fator está diretamente associado à pobreza e à falta de oportunidades, levando-os a optarem pelo trabalho em detrimento da continuidade dos estudos.

Outro aspecto relevante é a desmotivação dos alunos, que, em sua maioria, não percebem a escola como um meio de transformação social ou de acesso a melhores condições de vida. A ausência de uma visão clara sobre o valor da educação e os benefícios de concluir o Ensino Médio contribui para que muitos jovens desistam de seus estudos precocemente. A repetência escolar agrava esse quadro: estudantes que enfrentam dificuldades de aprendizagem e não conseguem acompanhar o ritmo da turma, muitas vezes, acabam desmotivados, com o sentimento de que não conseguem aprender e, portanto, não vale a pena continuar tentando. Esse ciclo de repetência e desistência gera um impacto negativo na autoestima do aluno, reforçando o ciclo de reprovação e evasão.

Em relação ao perfil dos estudantes que mais abandonam a escola, evidencia-se entre jovens de famílias de baixa renda, residentes em áreas periféricas ou rurais, onde há menos acesso a políticas públicas educacionais, como transporte escolar, alimentação de qualidade e materiais didáticos. A precariedade do transporte escolar é uma realidade em muitos municípios e representa um grande desafio, já que obriga muitos estudantes a percorrer longas distâncias em condições adversas para frequentar a escola.

A violência também exerce impacto direto na evasão escolar. Em diversas regiões do Brasil, sobretudo nas grandes cidades e periferias, a violência urbana e a

insegurança no interior das escolas contribuem significativamente para o abandono. A falta de segurança tanto no entorno quanto dentro das instituições faz com que os estudantes se sintam inseguros e desmotivados a frequentar o ambiente escolar. Além disso, o *bullying*, praticado dentro e fora da escola, agrava esse cenário ao criar um ambiente hostil, que intensifica o afastamento dos alunos e reforça a vulnerabilidade do processo educativo.

Se por um lado a evasão escolar no Brasil é um problema estrutural de difícil solução, por outro, observa-se a existência de políticas públicas relevantes que vêm sendo implementadas no enfrentamento desse fenômeno. O Programa Bolsa Família, por exemplo, tem se mostrado importante ao condicionar a transferência de renda à frequência escolar, contribuindo para a permanência dos alunos. Além dele, iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹⁶ e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)¹⁷ também desempenham papel central, ao buscar melhorar a infraestrutura das escolas públicas e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. No entanto, apesar desses esforços, os índices de evasão escolar permanecem preocupantes, o que reforça a necessidade de contínuos investimentos dos governos em políticas públicas voltadas à inclusão educacional e à garantia de igualdade de acesso e permanência para todos os jovens do país.

Em Minas Gerais, as taxas de evasão escolar não são diferentes das observadas no restante do país. Segundo Queiroz e Riani (2024, p. 3), o estado

segue trajetória e estrutura semelhante à brasileira em relação à taxa de abandono, ou seja, embora tenha ocorrido queda nas taxas de abandono nos níveis de ensino fundamental e médio, neste último, o abandono ainda é alto, principalmente no 1º ano.

Fazendo-se um comparativo, as autoras anteriormente mencionadas apontam que, em 2019, no estado de Minas Gerais, 0,6% dos estudantes abandonaram o Ensino Fundamental e 4,6%, o Ensino Médio. Queiroz e Riani (2024) destacam que,

¹⁶ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal em 2011, é composto por cinco iniciativas principais: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado.

¹⁷ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado no Congresso Nacional em agosto de 2020, constitui-se como um conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal), funcionando como mecanismo de redistribuição de recursos destinados à educação básica.

em 2020, as taxas de abandono no estado aumentaram: no Ensino Fundamental, o índice foi de 1,9%, enquanto no Ensino Médio chegou a 7,3%. Ressaltam, ainda, que 1º ano do Ensino Médio apresentou o maior percentual (9,8%), em comparação com o 2º ano (6,6%) e o 3º ano (4,3%).

Esses dados evidenciam que Minas Gerais, apesar de sua diversidade socioeconômica enfrenta índices elevados de abandono escolar, sobretudo em regiões mais afastadas da capital, Belo Horizonte, onde as dificuldades socioeconômicas e precariedade de infraestrutura educacional são mais acentuadas. Em áreas rurais e municípios de pequeno porte, a evasão escolar revela-se particularmente grave, em virtude do transporte escolar inadequado, da carência de professores e das limitações para a oferta de um ensino de qualidade.

Apesar dos esforços do governo estadual em implementar programas de enfrentamento, como o Programa de Inclusão Digital e a distribuição de materiais pedagógicos para alunos em situação de vulnerabilidade, observa-se que muitos jovens continuam deixando a escola antes de concluir o Ensino Médio. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que assegurem o acesso e a permanência em uma educação de qualidade, independentemente da localização geográfica ou condição socioeconômica dos estudantes.

A evasão escolar em Minas Gerais, assim como no restante do país, é um problema que exige uma resposta urgente e articulada entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e as instituições de ensino. Só assim será possível garantir que todos os jovens tenham condições de concluir a educação básica e de alcançar melhores perspectivas de inserção no mundo do trabalho e de exercício pleno da cidadania.

Tabela 1 – Dados sobre o rendimento do Ensino Médio 2024

REGIÃO	TOTAL GERAL DE ALUNOS	APROVAÇÃO	TOTAL DE ALUNOS APROVADOS	REPROVAÇÃO	TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS	ABANDONO	TOTAL DE ALUNOS QUE ABANDONARAM
BRASIL	7.465.891	91,7%	6.846.222	5,1%	380.760	3,2%	238.909
NORTE	781.394	93,2%	728.259	3,8%	29.693	3%	23.442
NORDESTE	2.112.466	92,1%	1.945.581	4,4%	92.948	3,5%	73.936
SUDESTE	2.992.471	91,6%	2.741.103	4,2%	125.684	4,1%	122.691
SUL	986.056	88,9%	876.604	8%	78.884	3,1%	30.568
CENTRO - OESTE	593.504	93,9%	557.300	4,1%	24.334	2,9%	11.870
MINAS GERAIS	751.103	88,2%	662.473	6,6%	49.573	5,2%	39.057
CIDADES DO BAIXO JEQUITINHONHA	Nº TOTAL DE ALUNOS	PERCENTUAL APROVADOS	TOTAL DE ALUNOS APROVADOS	PERCENTUAL REPROVADOS	TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS	PERCENTUAL ABANDONO	TOTAL DE ALUNOS ABANDONO
ALMENARA	1.645	90,3%	1.485	3,3%	54	6,4%	105
BANDEIRA	191	97,5%	186	0,6%	1	1,9%	4
DIVISÓPOLIS	393	89,5%	352	3,5%	14	7%	28
FELISBURGO	243	79%	192	9,1%	22	11,9%	29
JACINTO	483	87,2%	421	6,3%	30	6,5%	31
JEQUITINHONHA	985	88,8%	875	5,9%	58	5,3%	52
JOAIMA	521	85,7%	446	6,8%	35	7,5%	40
JORDÂNIA	460	82,6%	380	3,9%	18	13,5%	62
MATA VERDE	466	91%	424	2,6%	12	6,4%	30
MONTE FORMOSO	365	91,7%	334	3,7%	14	4,6%	17
PALMOPÓLIS	277	94,5%	262	1,8%	5	3,7%	10
RIO DO PRADO	196	90,2%	177	7,7%	15	2,1%	4
RUBIM	352	90,4%	318	1,6%	6	8%	28
SALTO DA DIVISA	281	72,8%	205	16,7%	47	10,5%	30
SANTA MARIA DO SALTO	261	86,8%	227	8,8%	23	4,4%	11
SANTO ANTONIO DO JACINTO - MG	431	89,8%	387	2,9%	12	7,3%	31
TOTAL GERAL DO BAIXO JEQUITINHONHA	7.550	88,36%	6.671	4,85%	366	6,78%	512

Fonte: Adaptado de INEP (2024).

A evasão e o abandono escolar figuram entre os principais desafios da educação brasileira, impactando diretamente o desenvolvimento social e econômico do país. Milhares de estudantes abandonam a escola antes de concluir a educação básica, influenciados por fatores como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de aprendizagem, trabalho infantil e falta de perspectivas educacionais.

Adicionalmente, Batista, Souza e Oliveira (2011) ressaltam que a evasão escolar possui causas múltiplas e diversificadas; entretanto, em sua pesquisa, os participantes atribuíram maior peso às condições socioeconômicas como fator decisivo para o abandono dos estudos. De acordo com Ferreira (2022), os motivos

que conduzem à evasão podem ser intra e/ou extraescolares. Os fatores extraescolares englobam condições socioeconômicas, acesso à alimentação, moradia, saneamento e transporte, refletindo desigualdades estruturais. Já os intraescolares relacionam-se à organização, metodologia, equipe e às relações estabelecidas no ambiente escolar.

Na mesma linha, Ferreira (2024) classifica as causas da evasão como intrínsecas (internas à escola) e extrínsecas (externas à escola). Entre os fatores externos, a condição socioeconômica e cultural do estudante e de sua família exerce a maior influência sobre o abandono. No âmbito interno, o desinteresse gerado pelas metodologias de ensino é apontado como um dos principais elementos que levam os alunos a desistirem dos estudos. Nota-se, portanto, convergência entre as observações dos autores: a solução central deve partir da escola, em articulação com a família e a comunidade, no sentido de construir estratégias capazes de manter os estudantes motivados e conscientes da importância do conhecimento.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a evasão escolar é um “processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo” (Brasil, 2018, p. 31). De forma complementar, Tavares Júnior, Santos e Maciel (2016) definem a evasão como a desistência ao longo do ano letivo sem alcançar o mínimo necessário para aprovação, frequentemente interpretada como abandono, ou ainda a não realização da matrícula no ano subsequente, caracterizando evasão do sistema. Nessa mesma direção, Ratusniak (2024, p. 2) argumenta que “a evasão e o abandono escolar são caracterizados quando os alunos e as alunas deixam de ir para a escola sem motivos justificáveis pela legislação”. A autora ainda acrescenta que:

Mesmo com o direito à educação garantido por lei e a existência de uma Rede de Atenção Psicossocial que fiscaliza a frequência, as estatísticas denunciam o desaparecimento de grande parcela da população dos bancos escolares, ano após ano, e mostram que a evasão atinge em número muito maior quem é negra, negro, pobre, mãe ou está no trabalho informal, não remunerado ou mal remunerado (Ratusniak, 2024, p. 2).

Pelo exposto por Ratusniak (2024) fica evidente a contradição entre a garantia legal do direito à educação e a persistência da evasão escolar, especialmente entre grupos historicamente vulnerabilizados. Compreende-se, assim,

que fatores socioeconômicos, de raça, gênero e condição laboral ampliam as desigualdades no acesso e na permanência na escola, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes para enfrentar essa realidade.

Além dessa forma tradicional de evasão, os autores identificam um tipo de abandono menos visível, no qual o estudante permanece matriculado e frequenta a escola, mas envolvimento efetivo no processo de ensino-aprendizagem. Silva Filho e Araújo (2017) destacam que a variedade de definições para evasão e abandono dificulta a quantificação dos dados e, conseqüentemente, a produção de estudos precisos. Para esses autores, o abandono ocorre quando o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto a evasão se caracteriza pela saída definitiva do sistema escolar (Silva Filho; Araújo, 2017).

Como asseveram Branco e colaboradores (2020), as discussões atuais vão além da análise dos fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais que influenciam a evasão escolar e passam a considerar a juventude em sua complexidade, inserida em uma sociedade em constante transformação. Nesse aspecto, o conceito de “jovem” tornou-se a síntese de múltiplos fatores, muitas vezes divergentes e contraditórios. No entanto, a permanência escolar não depende apenas de professores dinâmicos, responsáveis e criativos, mas também, e em certos casos exclusivamente, da disposição dos próprios estudantes em permanecer na escola, buscar conhecimento e almejar mudanças em sua realidade (Cabral, 2016).

Ainda segundo Branco e colaboradores (2020), a evasão escolar não é responsabilidade exclusiva da escola, envolve também a família, as políticas governamentais e os próprios estudantes. Esse fenômeno está associado a fatores como a entrada do jovem na criminalidade, conflitos familiares, baixa qualidade do ensino e a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar ou garantir a própria subsistência.

Dessa forma, a evasão escolar ultrapassa os limites da sala de aula e tem causas predominantemente sociais e econômicas, incluindo a necessidade de trabalho, a violência no ambiente escolar, a ausência de professores, a escassez de materiais didáticos e a inadequação da formação oferecida pela escola. Nesse viés, este trabalho compreende a evasão escolar também como exclusão. Nesse sentido, conforme Ratusniak e Silva (2023, p. 2), “a evasão escolar esconde um lento processo de exclusão”.

Portanto, segundo Oliveira (2016), para alcançar os objetivos e as metas estabelecidos, é fundamental monitorar continuamente as ações já implementadas no combate à evasão escolar, além de definir e desenvolver novas estratégias de intervenção. Essas ações devem garantir a participação ativa de todos os envolvidos, de modo a fortalecer a efetividade das medidas adotadas.

3.3 Principais fatores que contribuem para a evasão

A evasão escolar no Brasil tem sido um dos maiores desafios do sistema educacional, principalmente no Ensino Médio, etapa em que os alunos enfrentam muitas dificuldades que os levam a abandonar os estudos. A situação é mais preocupante em municípios com baixos índices socioeconômicos, como é o caso de Santo Antônio do Jacinto-MG. Nesse contexto, a evasão escolar configura-se como um fenômeno multifacetado resultante de fatores sociais, econômicos, psicológicos e estruturais. A seguir, são apresentados os principais fatores que contribuem para a evasão escolar, com ênfase na realidade do município em questão.

A condição socioeconômica das famílias é um dos principais determinantes da evasão escolar, em especial, entre alunos de 1º ano do Ensino Médio. Em muitos casos, os jovens se veem obrigados a abandonar a escola para contribuir financeiramente com a família, seja por meio de trabalho remunerado ou de outras atividades que exigem sua presença. De acordo com o IBGE (2020), a pobreza e a falta de condições adequadas de infraestrutura familiar têm impacto direto na permanência dos jovens na escola. Em municípios de menor desenvolvimento, como Santo Antônio do Jacinto-MG, a realidade de famílias que enfrentam a falta de recursos pode ser um fator determinante para que os jovens interrompam seus estudos.

Além disso, a distância entre a residência dos alunos e as escolas também constitui um obstáculo. Muitos estudantes de áreas rurais precisam percorrer longos trajetos para frequentar a escola, o que se torna um fator desmotivador, sobretudo na ausência de transporte escolar adequado. A dificuldade de acesso à educação, nesse sentido, funciona como mecanismo de exclusão, agravando o quadro de evasão escolar.

Outro fator que contribui para a evasão escolar no 1º ano do Ensino Médio é a falta de motivação dos estudantes, que, muitas vezes, não percebem a escola como

caminho para melhorar suas condições de vida. A desmotivação reflete a ausência de perspectivas futuras e de um ambiente educacional pouco conectado às suas necessidades. A percepção de que a educação formal não oferece benefícios concretos, especialmente em comunidades carentes, reforça o aumento da evasão (Tavares Júnior; Santos; Maciel, 2016).

Também o currículo é um fator relevante nesta análise. Os alunos ingressantes no Ensino Médio frequentemente encontram um currículo rígido e distante da realidade que vivem. A falta de projetos pedagógicos que contemplem sua realidade e a desconexão entre a teoria e a prática podem gerar um desinteresse, principalmente em alunos com dificuldades de aprendizado. Esses jovens se sentem distantes da escola, considerando-a irrelevante para seu cotidiano e para o seu futuro, o que reforça o desejo de abandonar os estudos em busca de outras atividades mais imediatas, como o trabalho.

O contexto familiar também exerce forte influência sobre a permanência escolar. Ambientes desestruturados, marcados pela ausência de apoio emocional e financeiro, favorecem a evasão. A falta de incentivo dos pais, a desorganização familiar e até a violência doméstica estão entre os fatores que levam os alunos a não se sentirem motivados ou seguros para continuar na escola.

A presença da violência nas comunidades e os impactos psicológicos por ela provocados também se mostra um fator determinante para a evasão. Em áreas onde há altos índices de criminalidade e tráfico de drogas, os estudantes não se sentem seguros para irem à escola. Essa insegurança pode ser um motivo decisivo para o abandono, seja pelo afastamento voluntário, seja pelo envolvimento em atividades ilícitas.

A precariedade da infraestrutura escolar é outro fator que impacta diretamente a permanência dos alunos na escola. Em muitas escolas públicas, principalmente nas localizadas em municípios pequenos, as condições de ensino são precárias. A falta de materiais didáticos, bibliotecas, laboratórios e até mesmo de salas de aula adequadas dificultam o processo de aprendizagem, tornando o ambiente escolar pouco atrativo para os alunos. O reflexo disso é o aumento da evasão escolar, visto que muitos estudantes preferem não frequentar a escola a conviver com as dificuldades estruturais que encontram.

Além da infraestrutura física, a falta de apoio pedagógico também impacta diretamente na permanência do estudante na escola. A carência de professores

qualificados, a ausência de acompanhamento individualizado para alunos com dificuldades de aprendizagem e a falta de programas de reforço escolar contribuem para o desinteresse e desmotivação, culminando na evasão. Quando o aluno percebe que suas dificuldades não estão sendo adequadamente atendidas, ele tende a abandonar os estudos.

Questões relacionadas à saúde mental também estão entre os fatores determinantes da evasão escolar. Muitos jovens enfrentam problemas emocionais, como depressão, ansiedade e baixa autoestima, que comprometem sua motivação para estudar e frequentar a escola. Pressão por resultados, problemas de adaptação social, *bullying* e sentimento de inadequação podem levar à desistência como forma de evitar o sofrimento emocional.

A falta de acompanhamento psicológico nas escolas é uma lacuna que precisa ser preenchida para que os alunos possam encontrar apoio para enfrentar as dificuldades emocionais e psicológicas que os impedem de continuar seus estudos. Ainda que se evidencie a presença de alunos com transtornos emocionais, esses problemas geralmente não são devidamente tratados, seja por falta de acompanhamento adequado ou por negligência institucional.

A falta de acompanhamento psicológico nas unidades escolares agrava esse quadro. Ainda que seja evidente a presença de estudantes com transtornos emocionais, esses problemas frequentemente não recebem a atenção necessária, seja pela ausência de profissionais, seja por negligência institucional.

Embora o governo federal tenha implementado políticas públicas para combater ou reduzir a evasão escolar, a aplicação dessas políticas muitas vezes não é eficaz, principalmente em municípios de pequeno porte. A ausência de uma coordenação eficiente entre as esferas federal, estadual e municipal, somada à falta de planejamento e de recursos são alguns dos desafios enfrentados pelas escolas de Santo Antônio do Jacinto-MG. É necessário que tais políticas de educação sejam mais bem adaptadas à realidade local para que possam surtir os objetivos visados.

De acordo com Souza (2021), a redução da evasão requer a criação de programas de acompanhamento contínuo, o fortalecimento das redes de apoio social e educacional, além de investimentos em políticas de valorização do profissional da educação. A participação da comunidade escolar como um todo é essencial para enfrentar a evasão e promover condições adequadas para a permanência estudantil.

3.4 Dificuldades na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio perfaz um momento crítico na trajetória educacional dos estudantes, marcando um ponto de inflexão importante para muitos jovens. Esse período de mudança se configura como uma das maiores dificuldades enfrentadas por alunos, podendo impactar diretamente na sua permanência na escola e contribuindo para o aumento da evasão escolar. As particularidades dessa fase são fundamentais para a compreensão dos motivos que levam os estudantes a abandonar os estudos logo no início do Ensino Médio, especialmente no 1º ano, quando os desafios parecem ser mais intensos (Lebourg; Coutrim; Silva, 2021).

Enquanto o Ensino Fundamental é caracterizado por uma abordagem mais global e integradora, o Ensino Médio adota uma estrutura curricular mais disciplinar, com o objetivo de preparar os estudantes para a vida adulta e para os desafios do mundo do trabalho. Para muitos alunos, essa mudança culmina na dificuldade de adaptação, haja vista que a maior exigência nas áreas de conhecimento e a cobrança por uma aprendizagem mais autônoma podem causar desconforto e desajuste (Oliveira, 2016).

Alunos que, ao longo do Ensino Fundamental, desenvolveram um padrão de aprendizagem mais passivo e dependente deparam-se, por vezes, com um ritmo mais intenso e uma cobrança maior, que exigem mais independência, responsabilidade e autonomia. A adaptação a um estilo que exige mais do aluno em termos de organização e gestão do tempo, pode ser um processo doloroso, especialmente para aqueles que não contam com o apoio familiar ou institucional adequado para lidar com a mudança (Reis *et al.*, 2020).

Além das dificuldades acadêmicas, a transição também envolve fatores emocionais e psicológicos. O ingresso no Ensino Médio, especialmente no 1º ano, é marcado por um aumento de pressão social e acadêmica. Os estudantes, muitas vezes, se sentem sobrecarregados pela expectativa de ter que definir um caminho para o futuro, enquanto ainda estão em processo de autoconhecimento e de amadurecimento emocional. As incertezas quanto à escolha de uma profissão, o medo de não corresponder às expectativas familiares e a própria insegurança adolescente contribuem para o estresse psicológico e podem ser um fator desencadeador da evasão escolar.

A falta de uma rede de apoio emocional eficaz, seja no ambiente escolar ou familiar, agrava o risco de desmotivação. Em muitos casos, os jovens não encontram suporte para enfrentar esses desafios emocionais, o que acaba comprometendo o seu desempenho escolar e favorecendo o abandono das aulas (Santos; Santana, 2024). Esse fenômeno é particularmente visível em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, nos quais pressões externas, como a necessidade de contribuir para a renda familiar ou lidar com conflitos domésticos, afastam os estudantes da escola por falta de motivação para persistir.

Além dos aspectos psicossociais e acadêmicos, as dificuldades estruturais e logísticas também desempenham um papel fundamental na evasão escolar. A precariedade da infraestrutura das escolas, especialmente nas localizadas nas regiões mais carentes, compromete o suporte ao aluno. A falta de materiais didáticos, turmas superlotadas, problemas de transporte escolar e a falta de uma metodologia de ensino que contemple a realidade dos alunos contribuem para a desmotivação e o afastamento da escola pelo aluno.

Além disso, no interior do país, a situação é agravada pelas longas distâncias entre as residências dos alunos e as escolas. A insegurança no trajeto, a escassez de transporte público e os custos do transporte privado tornam-se barreiras adicionais, levando muitos estudantes a optar pelo abandono em favor de alternativas mais acessíveis, como o ingresso precoce no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante diz respeito à percepção de parte dos estudantes sobre a relevância do Ensino Médio para sua formação. Em contextos nos quais o acesso ao ensino superior é limitado e/ou a inserção no mundo do trabalho não exige qualificação formal, essa etapa educacional é vista como dispensável. Essa desvalorização é influenciada por fatores socioculturais, como a desinformação sobre as possibilidades que o Ensino Médio oferece, seja para a continuidade da formação acadêmica, seja para o desenvolvimento de competências profissionais. A falta de compreensão sobre os benefícios de concluir essa etapa torna-se, assim, um fator determinante para a evasão.

Em síntese, a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma fase marcada por múltiplos desafios. O desajuste acadêmico, os fatores emocionais, as limitações estruturais e a percepção depreciada do Ensino Médio são apenas algumas das questões que contribuem para o aumento da evasão escolar no 1º ano dessa fase. Para combater esse problema, é fundamental que se adotem estratégias

que contemplem não apenas o suporte pedagógico, mas também o apoio emocional e estrutural aos alunos, oferecendo-lhes e garantindo-lhes condições de enfrentar esse momento de forma mais segura e motivada.

3.5 Condições socioeconômicas e vulnerabilidade social

As condições socioeconômicas e a vulnerabilidade social são determinantes fundamentais na análise do fenômeno da evasão escolar, especialmente no contexto do Ensino Médio, em que a transição entre os ciclos educacionais se mostra mais desafiadora para os alunos. A literatura educacional tem evidenciado que esses fatores estão frequentemente interligados e que o impacto negativo sobre a permanência dos alunos na escola é notório, afetando diretamente o processo de aprendizagem e o futuro de muitas crianças e adolescentes. Para compreender as implicações desse cenário, torna-se necessário examinar de forma crítica as múltiplas dimensões que envolvem a vulnerabilidade social e as condições socioeconômicas, sobretudo em localidades marcadas por grandes desigualdades, como ocorre em muitos municípios brasileiros, incluindo Santo Antônio do Jacinto-MG.

A pobreza e a desigualdade social desempenham papel central na determinação das condições de acesso e permanência no sistema educacional. Estudos apontam que a situação financeira das famílias é um dos fatores mais determinantes para a evasão escolar, visto que muitos estudantes enfrentam dificuldades até mesmo para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário e materiais escolares. Em contextos de vulnerabilidade social, a educação deixa de ser prioridade imediata, sendo muitas vezes preterida em favor da sobrevivência e da garantia de recursos essenciais para o cotidiano.

Em diversas regiões do Brasil, sobretudo em áreas rurais e periferias urbanas, a escola torna-se secundária diante dos desafios econômicos enfrentados pelas famílias. Além disso, jovens em situação de vulnerabilidade são frequentemente obrigados a ingressar precocemente no mundo do trabalho, a fim de contribuir para o sustento da casa. Esse processo implica a interrupção do percurso escolar, acelerando a exclusão social e reduzindo as perspectivas de melhores oportunidades de vida.

De acordo com o IBGE (2023), a pobreza no Brasil atinge parcela significativa da população, com elevadas taxas de desigualdade entre regiões. Em localidades como Santo Antônio do Jacinto-MG, a dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, intensifica a marginalização dos jovens, tornando a evasão escolar uma consequência previsível da precariedade socioeconômica.

A vulnerabilidade social, entretanto, não se restringe à questão econômica, abrangendo também fatores como violência, desestruturação familiar, acesso limitado à informação e à cultura, além das condições precárias de moradia e infraestrutura básica. O jovem em situação de vulnerabilidade, frequentemente, enfrenta desafios que extrapolam as questões financeiras, lidando ainda com problemas psicológicos e emocionais que dificultam sua adaptação ao ambiente escolar.

A violência doméstica, o abuso de substâncias psicoativas e a exclusão social impactam diretamente a vida do aluno, tornando-o mais suscetível ao abandono escolar. Famílias desestruturadas, nas quais os pais ou responsáveis, em muitos casos, possuem baixa escolaridade ou estão ausentes, não oferecem o apoio emocional e educacional necessário para que os filhos se sintam motivados a permanecer na escola. A ausência de uma rede de suporte familiar e comunitário agrava ainda mais o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes em risco.

A escola, por sua vez, muitas vezes carece de recursos e estratégias para lidar com essas demandas específicas, o que contribui para o aumento das taxas de evasão. Em diversas instituições públicas, inexistem programas de apoio psicossocial voltados a atender os alunos em situação de vulnerabilidade. A falta de infraestrutura adequada e de profissionais qualificados para lidar com essas questões resulta em insatisfação e desinteresse, gerando um ciclo que culmina na evasão.

A motivação para os estudos também é diretamente afetada pelo contexto de vulnerabilidade social. Inserido em ambientes marcados pela insegurança e pelas dificuldades, o jovem tende a perder de vista a educação como caminho de ascensão social. Nesse contexto, o fracasso escolar é frequentemente interpretado como inevitável, e a evasão torna-se reflexo de um sistema educacional incapaz de atender às necessidades daqueles que mais necessitam de apoio.

Além disso, as desigualdades de acesso a recursos educacionais entre diferentes classes sociais ampliam ainda mais a disparidade de oportunidades. Enquanto jovens de famílias favorecidas economicamente contam com escolas estruturadas, materiais adequados e apoio familiar, aqueles em situação de vulnerabilidade dificilmente têm acesso a atividades extracurriculares ou reforço especializado. Como consequência, o desempenho escolar é comprometido, transformando a escola em um espaço desestimulante e reforçando, nesse jovem, a percepção de que a educação não é prioridade.

Ademais, a falta de perspectivas profissionais e de integração social acentua a perda de interesse pela educação formal. Muitos estudantes não percebem vínculo entre o Ensino Médio e seu futuro pessoal e profissional, levando-os a abandonar os estudos antes de concluir essa etapa. Assim, mitigar os impactos da vulnerabilidade social sobre a evasão exige uma abordagem integrada, que contemple tanto os aspectos educacionais quanto os sociais e econômicos que atingem famílias em situação de risco. A implementação de políticas públicas eficazes, voltadas à realidade local e orientadas por uma perspectiva holística, é fundamental para a redução da evasão escolar.

Conforme mencionado nesta dissertação, o governo brasileiro tem desenvolvido estratégias nesse sentido, como o programa Bolsa Família, que condiciona a transferência de renda à frequência escolar, e o Programa Mais Educação, que busca ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola. Contudo, tais iniciativas ainda se mostram insuficientes diante da complexidade do problema, sendo necessário intensificar o suporte psicológico, fortalecer a participação das famílias e qualificar a educação, sobretudo nas regiões mais carentes.

Logo, para que a evasão escolar seja efetivamente combatida, é imprescindível que governos, escolas e comunidades assumam um compromisso conjunto de enfrentamento das condições socioeconômicas e da vulnerabilidade social que afetam os estudantes brasileiros. Criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que reconheça as realidades vividas pelos alunos, é condição essencial para assegurar que esses jovens tenham acesso às oportunidades que a educação pode proporcionar.

3.6 Desmotivação e relação professor-aluno

A desmotivação escolar é um fenômeno que afeta, de maneira significativa, a vida de muitos estudantes, e no contexto do 1º ano do Ensino Médio, tende a ser ainda mais presente em razão das diversas transições que o aluno enfrenta, como a mudança de ciclo escolar e o aumento da carga de conteúdo. Entre os fatores que contribuem para a desmotivação, destaca-se a relação estabelecida entre o professor e o aluno. Essa relação, que deveria se fundamentar na confiança, no respeito e no estímulo ao aprendizado, muitas vezes se torna um ponto de tensão, podendo culminar na evasão escolar e na queda do rendimento acadêmico.

A relação professor-aluno exerce papel central no desenvolvimento da motivação escolar. Acredita-se que uma das principais razões que levam os alunos à desmotivação é justamente a ausência de uma conexão significativa com os professores. O processo de ensino não deve se limitar à transmissão de conteúdo, mas envolver um diálogo constante, em que o aluno se perceba como parte do processo de aprendizagem. Quando essa relação não é construída de maneira sólida, ele pode sentir-se desvalorizado, o que aumenta sua propensão a desistir de estudar.

Em muitos casos, a desmotivação está diretamente relacionada a fatores emocionais, familiares e sociais. Contudo, a figura do professor é decisiva, pois, frequentemente, é ele o primeiro a quem o aluno recorre diante das dificuldades. Se a abordagem docente for rígida, impessoal ou desinteressada, o estudante tende a sentir-se ainda mais afastado do ambiente escolar. Assim, a prática pedagógica deve ser inclusiva e empática, oferecendo apoio especialmente nos momentos de dificuldade e promovendo uma atmosfera em que o erro seja compreendido como parte do processo de aprendizagem, e não como fracasso.

A desmotivação é uma resposta direta a um ambiente de aprendizagem pouco acolhedor e que desconsidera as necessidades reais dos estudantes. A ausência de *feedback* construtivo, a impessoalidade nas interações e a rigidez metodológica contribuem para que muitos se sintam invisíveis na escola. Essa sensação de invisibilidade pode gerar um ciclo de desinteresse, uma vez que, sem apoio emocional e pedagógico, o aluno perde a confiança em sua capacidade de aprender e se distancia, gradativamente, da vida escolar.

Além disso, a desmotivação também está associada a uma comunicação deficiente entre professores e alunos. Quando o professor não consegue ouvir ou compreender as dificuldades dos alunos, sejam elas de ordem emocional, social ou acadêmica, eles tendem a sentir-se isolados e incapazes de expressar suas necessidades. O distanciamento da figura do professor pode gerar no aluno sensação de desamparo e, conseqüentemente, a perda do interesse pela escola. A construção de uma relação de confiança, na qual o aluno perceba disposição do professor em ouvi-lo e ajudá-lo, é fundamental para combater a desmotivação.

No contexto da educação inclusiva, essa relação ganha ainda mais relevância. A inclusão de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem em salas regulares demanda não apenas recursos pedagógicos especializados, mas, sobretudo, uma postura acolhedora do professor. A abordagem de ensino precisa ser flexível e adaptada às especificidades de cada estudante, cabendo ao professor atuar como facilitador da aprendizagem. A empatia, a escuta ativa e a valorização do aluno como sujeito são elementos fundamentais para motivá-lo a aprender.

A desmotivação também pode decorrer de expectativas irreais ou de pressões por resultados acadêmicos. Quando o aluno percebe que a escola visa apenas ao acúmulo de conhecimento, sem considerar suas dificuldades ou o ritmo de aprendizagem, ele pode sentir-se pressionado a alcançar padrões inatingíveis. Nesse sentido, a relação com o professor deve ser mediadora, ajudando-o a compreender que a aprendizagem é gradual e que o erro constitui parte do percurso. A ausência dessa compreensão, transmitida de forma clara e acolhedora, leva à sensação de incapacidade, à perda de confiança e, eventualmente, ao abandono dos estudos pelo aluno.

Portanto, a desmotivação escolar no Ensino Médio está profundamente associada à forma como os alunos se sentem acolhidos pela instituição. A relação com a escola, quando marcada por empatia, diálogo e apoio constante, pode ser decisiva para prevenir a evasão e incentivar a permanência. Professores que adotam uma postura compreensiva e engajada, oferecendo suporte emocional e pedagógico aos alunos, contribuem para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, favorecendo a aprendizagem e combatendo a desmotivação que leva ao abandono.

3.7. Consequências da evasão escolar

3.7.1 Impacto no mundo do trabalho e na economia local

A evasão escolar, especialmente no Ensino Médio, representa um grande desafio para a formação de uma força de trabalho qualificada e tem efeitos diretos na economia local. A educação de qualidade é um dos principais determinantes para a inserção e o êxito no mundo do trabalho. Segundo Souza (2021), a conclusão dessa etapa educacional é requisito fundamental para que os jovens possam ingressar no mundo do trabalho, uma vez que a escolaridade está diretamente relacionada à qualificação exigida nos postos de trabalho disponíveis. Quando os alunos são forçados a abandonar a escola antes de concluírem essa etapa, suas perspectivas de emprego são drasticamente reduzidas, acarretando não apenas limitações individuais, mas também o enfraquecimento da economia local e nacional.

O mercado de trabalho exige, cada vez mais, pessoas com habilidades específicas e educação formal. Com o avanço da tecnologia e a complexificação das atividades laborais, os empregos que não demandam qualificação estão em declínio, enquanto as oportunidades para aqueles com Ensino Médio completo ou nível superior vêm crescendo. Oliveira (2020) destaca que jovens que não concluem o Ensino Médio enfrentam grandes dificuldades para conseguir um emprego formal, ficando restritos ao trabalho informal, com baixos salários e poucas perspectivas de crescimento. Essas condições geram uma série de consequências negativas, tanto para eles quanto para a sociedade.

Em uma perspectiva local, a evasão escolar compromete a qualificação e a formação profissional, dificultando que repartições públicas e setores produtivos encontrem profissionais capacitados, o que prejudica o desenvolvimento social, cultural e econômico regional. De acordo com Silva (2018), a falta de formação educacional impede que a população atenda às demandas do mundo do trabalho, podendo resultar em estagnação econômica e redução de investimentos externos. A escassez de trabalhadores qualificados limita a inovação e a expansão das empresas locais, além de diminuir a atratividade do município para novos investimentos. Consequentemente, a economia local vê-se restrita, sem condições de aproveitar o potencial de seus cidadãos, privados de uma formação que lhes possibilite atender às exigências profissionais contemporâneas.

Além disso, o impacto econômico da evasão escolar também se expressa no aumento no aumento das taxas de desemprego e subemprego. Jovens que não completam os seus estudos enfrentam grandes dificuldades para conseguir empregos estáveis, o que os leva a aceitar trabalhar em atividades precárias e de baixa remuneração. Mendes e Rocha (2019) destacam que esse fenômeno perpetua o ciclo de pobreza, pois os jovens se veem incapazes de melhorar sua condição financeira sem a qualificação necessária para acessar melhores oportunidades de trabalho. Esse ciclo de exclusão social e econômica não só afeta os indivíduos, mas também compromete o desenvolvimento da comunidade como um todo.

A baixa escolaridade também está relacionada a uma maior vulnerabilidade ao trabalho informal e às atividades ilícitas, agravando os problemas sociais e econômicos locais. O aumento da informalidade e do desemprego entre jovens sem escolaridade contribui para a marginalização e a exclusão, podendo intensificar índices de criminalidade e afetar a segurança e o bem-estar coletivo. Nesse sentido, Andrade (2020) afirma que regiões com altas taxas de evasão escolar tendem a apresentar maiores índices de violência, uma vez que a falta de oportunidades educacionais e profissionais leva os jovens a buscar alternativas de sobrevivência fora da legalidade.

A falta de acesso à educação de qualidade reduz as chances de inserção profissional e amplia as desigualdades sociais, perpetuando ciclos de pobreza entre gerações. Para Lima (2022), o abandono escolar no Ensino Médio não representa apenas a privação individual de oportunidades, mas tem implicações diretas na capacidade de desenvolvimento sustentável das regiões, já que a ausência de qualificação impacta a atração de investimentos e a geração de empregos.

A evasão escolar, portanto, não deve ser vista apenas unicamente como problema educacional, mas como fator determinante para a sustentabilidade econômica das comunidades, principalmente as mais pobres. O município de Santo Antônio do Jacinto-MG, assim como tantos outros, necessita de políticas públicas urgentes voltadas à retenção escolar, a fim de garantir que seus jovens não sejam privados da formação necessária para construir um futuro profissional mais promissor. Investir em educação é investir no futuro econômico e social da comunidade, pois uma população bem-educada tem maiores chances de prosperar, gerando benefícios coletivos (Costa, 2021).

Em conclusão, as consequências da evasão escolar para o mundo do trabalho e para a economia local são amplamente negativas, afetando tanto os indivíduos quanto a comunidade. O abandono escolar limita as perspectivas de emprego, reduz a competitividade econômica e perpetua a pobreza e a marginalização social. Para reverter esse quadro, é essencial a implementação de políticas públicas eficazes que reduzam as taxas de evasão e assegurem aos jovens de Santo Antônio do Jacinto-MG, e de outras localidades, acesso a uma educação de qualidade, ampliando suas oportunidades de trabalho e garantindo uma vida mais digna.

3.7.2 Repercussões na autoestima e no futuro dos jovens

No Brasil, ainda se registram altos índices de repetência e evasão escolar, figurando entre os mais elevados do mundo. Estudos na área da educação destacam que a dificuldade de acesso à escola, a repetência e a evasão representam desafios significativos para os sistemas educacionais atuais. Esses problemas afetam, sobretudo, os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, com maior incidência em países em desenvolvimento e nas regiões rurais (Gonçalves; Rios-Neto; César, 2008).

As causas da evasão escolar podem ser compreendidas em três esferas principais: o aluno e sua família, a comunidade e a escola. No âmbito familiar, sobressaem-se os fatores socioeconômicos como determinantes do abandono escolar. Famílias numerosas, em situação de vulnerabilidade social e estruturalmente desorganizadas, enfrentam dificuldades para garantir condições mínimas de sustento e, muitas vezes, recorrem ao trabalho infantil, seja no ambiente doméstico, seja em atividades informais, como estratégia de sobrevivência. Esse quadro, conforme ressaltam Rocha Neto *et al.* (2025) compromete a permanência dos filhos na escola.

Observa-se que a maioria dos estudantes que abandonam a escola provém de lares cujos pais possuem baixa escolarização, frequentemente não ultrapassando oito anos de estudo. Segundo os autores mencionados, esses jovens, embora aspirem concluir a educação básica e conquistar melhores oportunidades de vida, tendem a reproduzir trajetórias familiares marcadas pelo ingresso precoce no mercado de trabalho informal e pela exclusão educacional. A influência dos irmãos,

sobretudo os mais velhos, é também significativa: em famílias nas quais houve evasão escolar anterior, a probabilidade de o mesmo ocorrer com os mais jovens é maior.

Ainda segundo Rocha Neto *et al.* (2025), fatores associados à marginalização social, como envolvimento em atividades ilícitas, prostituição, participação em gangues ou redes de mendicância, afastam crianças e adolescentes da escola, sobretudo nas fases de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. A necessidade de geração de renda por meio de trabalhos não qualificados, como, por exemplo, vendas informais, prestação de serviços ou ocupações em estabelecimentos durante o período escolar, também contribui para o abandono precoce do percurso educacional.

Outro aspecto relevante está na percepção negativa que alguns estudantes desenvolvem em relação ao ambiente escolar, frequentemente visto como desmotivador ou irrelevante. O vínculo psicológico com a escola e o engajamento com a aprendizagem são elementos fundamentais para o sucesso acadêmico e a permanência dos alunos na escola. Nesse contexto, a atuação motivadora de professores e familiares exerce papel essencial na construção de vínculos positivos e na valorização da educação.

A motivação, portanto, constitui um dos maiores desafios da prática docente. Estudantes desmotivados, sobretudo aqueles inseridos em contextos de exclusão e vulnerabilidade, apresentam maior risco de evasão. As causas da desmotivação são diversas: falta de interesse pelo conteúdo, inadequação metodológica ou, em muitos casos, dificuldades de aprendizagem não diagnosticadas, que demandam intervenções pedagógicas individualizadas. Tais evidências reforçam a centralidade da motivação no processo educativo e na permanência escolar.

Dados do IBGE (2020) mostram que pessoas com ensino médio completo apresentam, em média, rendimentos significativamente mais elevados do que aquelas que não concluíram essa etapa educacional. A falta de qualificação formal limita as opções de emprego e reduz as chances de inserção em ocupações de maior prestígio e remuneração.

A evasão escolar também a evasão escolar está associada a um ciclo de pobreza que se perpetua entre gerações. Jovens que abandonam a escola tendem a repetir padrões de comportamento observados em suas famílias, nas quais a educação não é priorizada. Ao não concluir o ensino médio, esses jovens trilham um

caminho de menores oportunidades de ascensão social e econômica, perpetuando situações de exclusão. A saída precoce da escola também reduz as possibilidades de desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas, fundamentais para o trabalho e para a vida cotidiana.

Outro ponto importante é que a evasão escolar também está frequentemente associada ao aumento de comportamentos de risco, como envolvimento com atividades ilícitas, consumo de substâncias psicoativas e outros comportamentos desviantes. A falta de uma ocupação construtiva, da convivência escolar e de uma rede de apoio dentro da escola abrem margem para que jovens busquem em grupos ou em atividades negativas uma falsa sensação de pertencimento e autoestima (Sassaki, 2019). Ao abandonar a escola, o aluno perde chance de construir uma rede de apoio saudável e protetiva, ficando mais vulnerável a pressões externas e a comportamentos de risco que podem marcar sua vida por muitos anos.

Quanto ao futuro emocional desses jovens, destaca-se que a evasão escolar precoce pode desencadear consequências psicológicas duradouras, como quadros de ansiedade e depressão. A experiência de fracasso acadêmico, somada à dificuldade de projetar um futuro promissor, pode gerar perda de perspectiva de vida, situação especialmente grave na adolescência, período marcado pela construção da identidade e pelo enfrentamento de conflitos internos e externos. Conforme observam Oliveira e Nobrega (2021), o jovem que abandona a escola tende a vivenciar sentimentos de impotência em relação ao futuro, o que amplia a vulnerabilidade a transtornos emocionais. Privados da escola como espaço de crescimento pessoal e desenvolvimento de competências, muitos acabam desorientados e sem condições de definir um caminho claro para suas vidas, o que intensifica sua fragilidade emocional.

Assim, as repercussões da evasão escolar na autoestima e no futuro dos jovens são profundas e multifacetadas. A perda de confiança, a exclusão social, a precarização do trabalho e a perpetuação da marginalização figuram entre os efeitos mais recorrentes. A educação formal, longe de se limitar à transmissão de conhecimentos, desempenha papel central na formação identitária, emocional e social dos indivíduos. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas que combatam a evasão escolar e garantam suporte contínuo aos estudantes mostra-se imprescindível para que eles tenham acesso às ferramentas necessárias à

construção de uma vida profissional, social e emocionalmente equilibrada. Contudo, a persistência de altos índices de abandono revela que tais políticas, muitas vezes, permanecem fragmentadas e desarticuladas, falhando em enfrentar de forma estruturante as raízes sociais e econômicas do problema.

3.8 Estratégias para redução da evasão escolar

3.8.1 Projetos e programas educacionais eficazes

A evasão escolar é um problema complexo que atinge muitos alunos, sendo um desafio constante para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. No Brasil, é possível observar que uma parcela considerável de crianças em idade escolar não frequenta a educação primária. Um fator agravante é a alta incidência de repetência: mais de um terço dos estudantes repetem pelo menos um ano durante o ensino fundamental ou médio, especialmente entre aqueles provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Esse baixo rendimento escolar está fortemente relacionado à elevada taxa de evasão. Estima-se que apenas 88,7% dos alunos concluem o ensino fundamental e mais de 600 mil crianças em idade apropriada para o ensino primário encontram-se fora da escola (UNICEF, 2016).

Assim, a redução da evasão escolar requer uma análise aprofundada das causas do abandono e a implementação de estratégias eficazes, com destaque para projetos e programas educacionais que visem à permanência do aluno na escola. Para tanto, é necessário adotar práticas pedagógicas inovadoras, que se alinhem às necessidades dos estudantes e de toda a comunidade, além de contar com a colaboração entre escolas, famílias e organizações sociais.

No Brasil, diversas iniciativas têm se mostrado eficazes na redução da evasão escolar, oferecendo alternativas para o engajamento dos alunos e a melhoria do ambiente escolar. A implementação de programas que garantem apoio contínuo aos estudantes tem sido uma das principais formas de reduzir as taxas de evasão escolar no país, como exemplo cita-se o Programa de Apoio à Permanência Escolar (PAPE)¹⁸, que visa proporcionar suporte financeiro, psicológico e pedagógico aos

¹⁸ Criado em maio de 2013 como complementação da Lei de Cotas, o Programa Nacional de Bolsa Permanência tem como objetivo viabilizar a permanência de estudantes de baixa renda em

alunos de escolas públicas que estão em situação de risco de abandono. Programas como o PAPE têm mostrado resultados positivos, especialmente nas áreas rurais e em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde a falta de recursos é um dos principais fatores de evasão. O PAPE e outros programas citados anteriormente ajudam a minimizar as barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, permitindo que eles se concentrem no aprendizado e não em questões financeiras ou emocionais.

Também a inclusão de metodologias de ensino mais atrativas e adequadas ao perfil dos alunos tem sido uma das abordagens mais eficazes. Programas que implementam o ensino integral, por exemplo, buscam envolver os estudantes de maneira mais ativa no processo de aprendizagem. De acordo com Carvalho (2019), escolas que adotam o modelo de tempo integral têm observado uma redução significativa nas taxas de evasão, pois oferecem um ambiente mais estruturado, que atende tanto às necessidades educacionais quanto ao desenvolvimento pessoal dos alunos. Esses programas de ensino integral possibilitam que os alunos tenham acesso a atividades complementares, como esportes, artes e apoio psicopedagógico, o que contribui para seu desenvolvimento integral e fortalecimento do vínculo com a escola.

O uso da tecnologia também tem se mostrado uma ferramenta poderosa na redução da evasão escolar. A implementação de tecnologias educacionais, como plataformas digitais e recursos multimodais, tem potencializado o aprendizado e engajado os alunos de forma mais dinâmica e interativa. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)¹⁹ é um exemplo de iniciativa utilizada em muitas escolas públicas do país. Esse programa oferece aos alunos e professores acesso a tecnologias como lousas digitais, *tablets* e computadores, além de proporcionar treinamentos para o uso dessas ferramentas de forma pedagógica. O uso dessas tecnologias tem se revelado um recurso valioso para aumentar o interesse dos alunos, melhorar os resultados acadêmicos e, conseqüentemente, reduzir a evasão escolar, uma vez que promove um ambiente de aprendizagem mais envolvente e atualizado.

instituições federais de ensino superior.

¹⁹ O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) foi criado pelo Ministério da Educação, em 1997, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 12 de dezembro de 2007, com a publicação do Decreto nº 6.300, foi reestruturado e passou a ter como objetivo central o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Outro aspecto importante no combate à evasão escolar é a oferta de apoio psicológico aos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades emocionais, familiares ou sociais. Programas de apoio psicossocial, como o Programa Saúde na Escola (PSE), têm se mostrado eficazes na manutenção da saúde mental dos estudantes e no fortalecimento de sua permanência na escola. Esses programas fornecem suporte psicológico, trabalhando com a prevenção de distúrbios emocionais e com o acompanhamento de alunos em situações de risco. A implementação de políticas de saúde mental nas escolas tem contribuído significativamente para a diminuição da evasão, pois os alunos que recebem esse tipo de apoio tendem a se sentir mais acolhidos e motivados a continuar seus estudos (Costa *et al.*, 2025). Além disso, esse apoio contribui para a redução de comportamentos problemáticos, como a violência que muitas vezes está relacionada ao abandono escolar.

A criação de parcerias entre escolas e comunidades também tem se mostrado uma estratégia eficiente. O envolvimento da família e da comunidade local é essencial para o sucesso de qualquer projeto de redução da evasão escolar. Políticas públicas como o Programa Escola Aberta, por exemplo, têm se mostrado eficazes em muitas localidades. Esse programa promove atividades extracurriculares, como feiras culturais, oficinas de capacitação e eventos de integração entre escola e comunidade, estreitando os laços e aumentando o engajamento dos alunos (Silva, 2021). A participação ativa da comunidade no ambiente escolar cria um vínculo de pertencimento, o que aumenta a motivação dos alunos e a percepção de que a educação é fundamental para seu futuro.

Outra medida importante é o investimento na formação de professores, com capacitações específicas para lidar com as diversidades presentes nas salas de aula, especialmente em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras necessidades educacionais especiais. Programas de capacitação docente, como o Programa Formação pela Escola, têm proporcionado aos professores as ferramentas necessárias para trabalhar de maneira inclusiva e personalizada, promovendo o êxito escolar de estudantes (Santos, 2020). Quando os professores se sentem preparados para atender às diferentes necessidades dos alunos, as taxas de evasão escolar tendem a diminuir, pois esses alunos se sentem mais acolhidos e estimulados a continuar seus estudos.

Além dos programas mencionados nesta seção, é importante destacar que o fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade, como o Fundeb, é fundamental para a redução da evasão escolar. Esse fundo é destinado a financiar a educação básica em todo o país, oferecendo recursos para a melhoria da infraestrutura das escolas, aquisição de materiais pedagógicos e valorização dos profissionais da educação (Brasil, 2021). Com mais recursos, as escolas conseguem implementar novos projetos educacionais, além de oferecer melhores condições para que os alunos permaneçam na escola.

A redução da evasão escolar é um processo contínuo que exige esforço coletivo e o comprometimento de todos os envolvidos no ambiente educacional. Projetos e programas educacionais com efetivo desempenho ajudam a criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, acessível e motivador para os alunos. Ao adotar essas estratégias, é possível combater as causas da evasão escolar e garantir que mais jovens permaneçam na escola, concluindo sua educação básica e ampliando suas oportunidades de futuro. Entretanto, a permanência do problema em índices elevados revela que, apesar das iniciativas já existentes, muitas políticas ainda carecem de continuidade, avaliação rigorosa e integração entre as diferentes esferas de governo. Sem esse alinhamento estrutural, os avanços obtidos tendem a ser pontuais e insuficientes para enfrentar a complexidade da evasão escolar no Brasil.

3.8.2 A importância da família e da comunidade na permanência escolar

A importância da família e da comunidade na permanência escolar é um tema central quando se busca entender os fatores que contribuem para o sucesso educacional dos alunos. A parceria entre escola, família e comunidade auxilia no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes, em um cenário em que a evasão escolar é um problema crescente. Nesse contexto, ela desempenha um papel essencial como responsável pela educação inicial e pelo apoio emocional, atuando como mediadora do envolvimento do aluno com a escola. A comunidade, por sua vez, é capaz de criar um ambiente favorável ao aprendizado, oferecendo apoio, recursos e motivação para a continuidade dos estudos.

A família influencia significativamente no comportamento e nas atitudes do aluno em relação à escola. Ela atua como um dos primeiros espaços de socialização

e educação, sendo, portanto, essencial para o desenvolvimento da motivação e do interesse pela aprendizagem. Quando a família valoriza a educação e se envolve no processo escolar, os estudantes têm maior probabilidade de alcançar sucesso acadêmico. O apoio familiar é considerado um dos fatores mais importantes na prevenção da evasão escolar, pois os pais ou responsáveis podem identificar precocemente dificuldades de aprendizagem ou problemas emocionais enfrentados pelo aluno. Isso possibilita a adoção de providências necessárias para manter o estudante matriculado e engajado. Segundo Cardoso e colaboradores (2025), a presença ativa dos pais nas atividades escolares cria uma rede de suporte que reduz o impacto de fatores externos negativos, como a pobreza e a violência.

Além do apoio emocional e financeiro, a participação da família nas decisões educacionais do estudante é outro aspecto relevante. A ausência de envolvimento dos pais nas questões escolares, como reuniões ou acompanhamento das atividades pedagógicas, pode resultar em desinteresse e distanciamento do aluno em relação à escola. Reis e colaboradores (2020) enfatizam que, quando os pais se ausentam da vida escolar dos filhos, o estudante sente-se menos motivado e frequentemente perde a percepção de pertencimento à instituição. Nesse sentido, as escolas precisam promover uma comunicação efetiva e contínua com as famílias, criando canais de participação que permitam aos pais se envolverem ativamente, mesmo que suas condições socioeconômicas ou de tempo sejam limitadas.

Entretanto, a família sozinha não é capaz de garantir a permanência escolar, por isso a comunidade tem um papel complementar no apoio à educação dos jovens. A colaboração entre escolas e a comunidade amplia as oportunidades de aprendizagem, oferecendo aos alunos recursos que a escola muitas vezes não possui (Rocha Neto *et al.*, 2025). A comunidade pode contribuir com a infraestrutura escolar, organizar atividades culturais e educacionais complementares, além de proporcionar modelos de sucesso e oportunidades de estágio e trabalho. Também funciona como espaço para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para o crescimento pessoal e profissional dos estudantes, ou seja, a comunidade pode trabalhar em conjunto para melhorar os índices de evasão escolar (Neto *et al.*, 2025).

Em áreas de maior vulnerabilidade social, a comunidade representa, muitas vezes, o último recurso para garantir a permanência dos estudantes. Quando a escola e a família não conseguem atender a todas as necessidades, a comunidade

pode preencher essas lacunas, oferecendo suporte psicológico, aconselhamento ou programas de transporte e alimentação. A colaboração entre instituições escolares e comunitárias pode assegurar o acesso a condições mínimas para uma educação de qualidade. Para Santos e Oliveira (2021) a integração da escola com a comunidade melhora significativamente o desempenho acadêmico e reduz as taxas de evasão, justamente por fortalecer a rede de apoio que envolve o estudante em diferentes dimensões da vida.

Projetos educacionais voltados para a formação de lideranças juvenis e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais também se destacam como fatores de motivação. Frequentemente promovidos por organizações não governamentais ou parcerias público-privadas, esses projetos oferecem aos jovens a oportunidade de se engajar em atividades extracurriculares que estimulam a permanência escolar. De acordo com Pinto e colaboradores (2024), iniciativas comunitárias que envolvem os alunos em atividades culturais, esportivas e de voluntariado são eficazes para fortalecer o vínculo entre os jovens e a escola, contribuindo diretamente para a redução da evasão.

A escola, como espaço formal de ensino, deve ser compreendida como parte de um ecossistema mais amplo, no qual família e comunidade atuam como parceiros fundamentais. Essa visão ampliada é crucial para que as estratégias de permanência escolar sejam eficazes. Quando esses três atores atuam de maneira integrada, criam um ciclo positivo de incentivo e apoio, em que o estudante se sente acolhido, valorizado e motivado a continuar sua trajetória educacional. Conforme Mantoan (2019), esse engajamento coletivo é capaz de superar barreiras estruturais e sociais que frequentemente levam à evasão escolar.

Desse modo, as políticas públicas de educação podem e devem incentivar a participação ativa da família e da comunidade na vida escolar. As escolas precisam ser orientadas a promover programas que incluam a família no processo educacional e buscar parcerias comunitárias que fortaleçam a rede de apoio aos estudantes. Contudo, ainda que essas iniciativas venham mostrando resultados positivos, muitas vezes permanecem limitadas a experiências isoladas, sem articulação nacional e sem continuidade política. Essa fragmentação evidencia a necessidade de políticas públicas consistentes, de longo prazo e devidamente financiadas, para que o envolvimento da família e da comunidade deixe de ser uma prática pontual e se torne parte estruturante do enfrentamento à evasão escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação demonstra que a exclusão escolar no Baixo Jequitinhonha-MG é um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado por fatores socioeconômicos, culturais e educacionais. A análise revela que a vulnerabilidade social e a necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho são determinantes centrais para a evasão escolar na região.

O estudo evidencia a influência do trabalho nas trajetórias educacionais dos jovens do Baixo Jequitinhonha/MG, enfatizando que a pressão para contribuir com a renda familiar, a escassez de oportunidades de emprego qualificado e a desvalorização da educação formal colaboram para o abandono escolar.

Como discutido na Seção 2, a exclusão e a evasão escolar em Santo Antônio do Jacinto-MG resultam da combinação entre vulnerabilidade socioeconômica, êxodo populacional e fragilidades na infraestrutura educacional. Apesar de avanços na redução da distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, persistem desafios significativos nos anos finais desta modalidade e no Ensino Médio, especialmente entre estudantes do sexo masculino, mais afetados pela reprovação e pelo abandono. A pobreza, a inserção precoce no mercado de trabalho informal, a desmotivação e a ausência de suporte adequado foram identificados como fatores centrais para o afastamento dos jovens da escola, com consequências que ultrapassam o plano individual e repercutem sobre a comunidade, perpetuando ciclos de baixa escolaridade, pobreza e exclusão social.

Ainda na Seção 2, mais especificamente no item 2.2, a análise dos dados educacionais de Santo Antônio do Jacinto-MG evidencia avanços e desafios. Embora a taxa de escolarização da faixa etária de 6 a 14 anos fosse de 96,4% em 2010, o município registrou queda no número total de matrículas entre 2014 e 2024, possivelmente associada a fatores demográficos e migratórios. Observou-se que a maior parte das matrículas (87%) se concentra na área urbana, evidenciando a centralização da oferta educacional. Em relação à distorção idade-série, indicador de atraso escolar, foram identificados avanços nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cuja média caiu para 2,3% em 2024, todas as séries dentro da faixa considerada aceitável (até 5%). Contudo, nos anos finais e, sobretudo, no Ensino Médio, os índices, embora em queda desde 2013, ainda permanecem desafiadores, alcançando 13% e 21,7% em 2024, respectivamente.

Na seção 3, os dados relativos às políticas públicas ressaltam que programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Projeto Trilhas de Futuro são relevantes para mitigar a exclusão escolar e promover a permanência. Entretanto, a pesquisa também evidencia a necessidade de aprimorar tais políticas, adaptando-as às especificidades locais para que alcancem maior efetividade.

Diante do exposto, constata-se que a evasão escolar no Brasil, e em particular em Minas Gerais, reflete uma problemática multidimensional, enraizada em fatores sociais, econômicos, culturais, familiares e institucionais. As políticas públicas, embora fundamentais, ainda carecem de maior integração, efetividade e adequação às realidades regionais e locais. A trajetória histórica das reformas educacionais mostra que o enfrentamento da evasão não pode se restringir a soluções pontuais, mas exige estratégias abrangentes que articulem Estado, escola, família e comunidade.

As consequências da evasão, tanto individuais quanto coletivas, reiteram a urgência de políticas consistentes e práticas pedagógicas inovadoras que tornem a escola um espaço atrativo, inclusivo e capaz de promover oportunidades reais de transformação social. Programas de transferência de renda, de alimentação, transporte e materiais escolares têm relevância comprovada, mas necessitam ser complementados por medidas que fortaleçam a dimensão subjetiva da educação, como o apoio psicossocial, a escuta ativa e a valorização das experiências dos estudantes.

Destaca-se ainda a importância do envolvimento conjunto da escola, da família e da comunidade para assegurar a permanência dos estudantes. A criação de um ambiente acolhedor, o fortalecimento dos vínculos escola-família e a oferta de atividades extracurriculares aparecem como estratégias promissoras. Do mesmo modo, a adoção de metodologias ativas, do uso de tecnologias educacionais e de projetos interdisciplinares é apontada como caminho eficaz para reverter a desmotivação e o desinteresse dos alunos.

Com base nos achados, este estudo recomenda intervenções educacionais adaptadas às necessidades dos jovens do Baixo Jequitinhonha-MG, como: a implementação de programas de apoio socioeconômico para famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de reduzir a inserção precoce no trabalho; o fortalecimento da articulação entre escola e sociedade, com cursos profissionalizantes que

dialoguem com o mercado local e regional; a promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da educação para o desenvolvimento individual e coletivo; o incentivo à participação dos estudantes em atividades extracurriculares que favoreçam seus interesses e talentos; e o aprimoramento da formação continuada de professores, com ferramentas que lhes permitam lidar com as dificuldades de aprendizagem e promover a inclusão.

No campo das contribuições, esta dissertação se propõe a fomentar o debate sobre educação e trabalho em regiões vulneráveis, oferecendo subsídios para políticas públicas mais eficazes e contextualizadas. O produto educacional elaborado, intitulado “Rodas de Conversas com a Comunidade sobre Exclusão e Evasão Escolar em Escolas Estaduais de Santo Antônio do Jacinto/MG”, tem como objetivo sensibilizar e aproximar a comunidade escolar do tema, dando voz a seus sujeitos, informando sobre ações governamentais e políticas públicas, apresentando dados locais e propondo estratégias de enfrentamento. Busca-se, assim, fomentar a participação coletiva de educadores, estudantes, famílias, gestores, líderes comunitários e demais atores sociais.

Embora a exclusão escolar seja amplamente debatida, a proposta das rodas de conversa surge como estratégia concreta de engajamento e mobilização social, sobretudo em um território marcado por carências históricas. A iniciativa pretende alcançar diferentes segmentos sociais por meio de parcerias com escolas, gestores locais e divulgação digital, fortalecendo redes de apoio regionais e inspirando outras localidades a replicarem práticas exitosas.

Conclui-se, portanto, que a superação da evasão escolar exige compromisso contínuo com uma educação pública democrática, equitativa e emancipatória, que reconheça a diversidade de contextos e a pluralidade de sujeitos. Mais do que identificar causas e apontar soluções, este estudo defende que é preciso romper com a lógica de políticas fragmentadas e de caráter emergencial, substituindo-as por estratégias estruturais e permanentes. Somente assim será possível enfrentar, de modo consistente, os mecanismos de exclusão escolar que ainda persistem no Baixo Jequitinhonha e em tantas outras regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 2, jul./dez. 2015. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- ALMEIDA, A. F. P; VASCONCELOS, F. H. L. Políticas públicas educacionais e o impacto na formação dos profissionais da educação básica: o Plano Nacional de Educação e as políticas de ações articuladas no período de 2008 a 2020. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 15, p. 1-12, e021024, 2021. DOI: DOI:10.21439/conexoes.v15i0.2108. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2108>. Acesso em: 12 maio 2025.
- ALONSO, C. de A. R. *et al.* Autismo: desafios e possibilidades na educação de estudantes com autismo: caminhos para uma inclusão efetiva. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 145, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ni10202504142050. Disponível em: <https://revistaft.com.br/autismo-desafios-e-possibilidades-na-educacao-de-estudantes-com-autismo-caminhos-para-uma-inclusao-efetiva/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- ANDRADE, F. P. **Evasão escolar e suas consequências sociais**: uma análise comparativa. Belo Horizonte: Editora Minas, 2020.
- ANDRÉ, A. N. S.; CARVALHO, A. M. O. C. O campo da avaliação de políticas públicas na educação: perspectivas e desafios. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CONEDU, 10. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109148>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- ARAÚJO, J. E. N. R; CARVALHO, J. A.; AGUIAR-ALVES, F. Avaliação escolar x repetência e a evasão escolar precoce. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 3, n. 1 esp, p. 28, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/2746>. Acesso em: 15 maio 2025.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999. DOI: 10.1590/S0102-69091999000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9pWSrq88KpMy7N6mY8PpBhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- BARROSO, J. O Estado e a educação: a regulação internacional, a regulação nacional e a regulação local. *In*: BARROSO, J. (org.). **A regulação das políticas públicas de educação**: espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: EDUCA; Unidade de I&D em Ciências da Educação, 2006. p. 41-70.
- BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. da S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Profissão Docente**, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 70-94, 2011.

DOI: 10.31496/rpd.v9i19.229. Disponível em:
<https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BÍBLIA. 2 Pedro. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro-RJ: CPAD, 2009.

BORDINHÃO, J. P.; SILVA, E. do N. Uso dos materiais didáticos como instrumentos estratégicos ao ensino-aprendizagem. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n. 000073, 2015. Disponível em:
https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/o_uso_dos_materiais_didaticos_como_instrumentos_estrategicos_ao_ensino-aprendizagem.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

BRANCO, E. P. *et al.* Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **RCE**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 33, maio/ago. 2020. DOI: 10.20500/rce.v15i34.34781. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/34781>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Auxílio Brasil**: Relatório de Impacto. Ministério da Cidadania. Brasília: 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2020**. Brasília: INEP, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – 12/01/2004, Página 1. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2004/l10.836.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: diretrizes e implementação. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Correção de Fluxo Escolar**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. **Resumo técnico**: Censo Escolar da Educação Básica 2023: Versão preliminar., Brasília-DF: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileira**. Brasília: SNJ, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/259>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CABRAL, C. G. L. **Evasão escolar**: o que a escola tem a ver com isso? Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARVALHO, J. S. F. de. A meaning for school experience in pandemic times. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. DOI: 10.1590/2175-6236109144. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Zbk8kmDw88D3SvTJhh64Q3k/?lang=en>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARVALHO, M. L. A. **Evasão escolar e o mercado de trabalho**: um estudo sobre as regiões rurais do Brasil. São Paulo: Nova Era, 2021.

CARVALHO, T. **A evasão escolar no Brasil e suas causas**. São Paulo: Editora Universitária, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **(A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

COSTA, A. P. da. et al. Gestão escolar e projetos educacionais: enfrentando os desafios da saúde mental na comunidade escolar. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 146, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/cs10202505262055. Disponível em: <https://revistaft.com.br/gestao-escolar-e-projetos-educacionais-enfrentando-os-desafios-da-saude-mental-na-comunidade-escolar/>. Acesso em: 16 maio 2025.

COSTA, T. F. **O impacto da educação na economia local**: desafios e soluções. Rio de Janeiro: Cultura, 2021.

DISNEY, W. E. **Biblioteca do escoteiro mirim**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Tradução de Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, M. E. Evasão escolar no ensino médio: possíveis causas e soluções. **RCMOS**, Monguagá, v. 1, n. 1, p. 310-315, 2024. DOI: 10.51473/rcmos.v2i1.277. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/253>. Acesso em: 11 fev. 2025.

FERREIRA, R. S. **Dinâmicas do mercado de trabalho no nordeste de Minas Gerais**: impactos e perspectivas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022.

FERREIRA, V. de J. A evasão escolar na educação básica: um estudo com moradores do campo. 103 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/87d0661b-869a-47e7-98ec-241b46c83ee1/content>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, M. E.; RIOS-NETO, E. L. G; CÉSAR, C. C. Evasão no ensino fundamental brasileiro: identificação e análise dos principais determinantes. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 1, p. 79-94, 2008. Disponível em: https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/migracao_2024/arquivos/images/publicacoes/download/aed/a%26d_pol_soc_v18_n1_web.pdf#page=79. Acesso em: 24 jun. 2025.

HENRIQUES, M. S. **Sobre o Vale do Jequitinhonha**. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE. **Censo 2022**: Santo Antônio do Jacinto. Brasil, Minas Gerais. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santo-antonio-do-jacinto/historico>. Acesso em: 12 jul. 2025.

IBGE. **Indicadores sociais do estado de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/45/95379?tipo=ranking>. Acesso em: 3 fev. 2025.

IBGE. Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019. **Agência de Notícias**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29434-oito-em-cada-dez-jovens-que-nunca-frequentaram-escola-estavam-sem-ocupacao-em-2019>. Acesso em: 10 maio 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**: características gerais da população, educação, trabalho e rendimento. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 16 maio 2025.

IBGE. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias**, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 12 maio 2025.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resultados. Brasília: INEP, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

INEP. Indicador de distorção idade-série - 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em: 19 maio 2025.

INEP. Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica 2022. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica - 2023. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEBOURG, E. H.; COUTRIM, R. M. DA E.; SILVA, L. C. DA. Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, v. 102, n. 260, 2021. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4149. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/T5dKxxMSzCRsPsFwm49hxgs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2025.

LIMA, A. R. **Evasão escolar e o futuro da economia regional**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022.

LIMA, P. H. S. **Educação e trabalho**: desafios para a juventude brasileira. Salvador: EDUFBA, 2020.

MAGNANO, W. *et al.* Desigualdade social e evasão escolar: a realidade do novo ensino médio em regiões periféricas do Espírito Santo. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 138, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/pa10202409201121. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desigualdade-social-e-evasao-escolar-a-realidade-do-novo-ensino-medio-em-regioes-perifericas-do-espirito-santo/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 94-105, maio/ago. 2006. DOI: 10.1590/S0101-73302006000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvYtCQHCJFyhsJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MANTOAN, M. T. **Educação inclusiva**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2019.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2021.

MEIRELES, C. **Ou isto ou aquilo**. Ilustrações de Maria Bonomi. São Paulo: Giroflé, 1964.

MELO, T. C. V. de; REIS, L. P. C. Mudanças sociais, família e escola: impactos no desempenho escolar de um adolescente. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 29, n. 1, p. 375-389, 2018. DOI: 10.31423/2236-8493.v29i1.375. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3787>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Relatório anual sobre evasão escolar em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Relatório do Sistema de Avaliação da Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020.

NEIVA, J. C. do N. C.; NASCIMENTO, J. C. do; NASCIMENTO, J. do. A evasão escolar no ensino médio, no contexto da migração e do trabalho escravo de jovens do Vale do Jequitinhonha. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 8., 2020. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Cefet-MG; UFMG, 2020. Disponível em: <https://sitre.appos.org.br/wp-content/uploads/2021/01/GT-07-Novas-configuracoes-do-trabalho-rural-e-urbano.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

OLIVEIRA, F. L.; NÓBREGA, L. Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 19, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 4 maio 2025.

OLIVEIRA, J. F. **Educação básica e evasão escolar**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

OLIVEIRA, L. C. de. **Evasão escolar**: identificando causas e propondo intervenções. 90 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo-RS, 2016. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/731/1/oliveira_lc_tmp464.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, P. H. **Tecnologias educacionais e metodologias ativas**: impactos no ensino médio. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

PINTO, J. C. *et al.* Educação especial e metodologias voltadas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. **Rebena**, Rio Largo, v. 9, p. 391-402, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/268>. Acesso em: 12 maio 2025.

QUEIROZ, M. D. de; RIANI, J. de L. R. Fatores escolares e taxa de abandono do ensino médio em Minas Gerais. **Foco**, Curitiba, v. 17, n. 9, e6.245, p.1-26, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n9-143 . Disponível em

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6245/4533> . Acesso em: 26 ago. 2025.

RAMACCIOTTI, B. L.; BERNARDINO, M. C. da C. Vertentes epistemológicas das políticas públicas: entre as análises descritiva e prescritiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 56-76, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/HHBt6Gcvp3V7YCh35PfZFfK/?lang=pt> . Acesso em: 24 jun. 2025.

RATUSNIAK, C. Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, e290109, 2024. DOI: 10.1590/S1413-24782024290109. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HhCSsmPPpPm4CcVJC5qMtNB/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.

RATUSNIAK, C.; SILVA, C. C. da. Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, 2023. DOI: 10.1590/2175-35392023-243705. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PxnMRDgwDjnmPcGnSGY7zHF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

REIS, N. S. *et al.* A produção de conhecimento sobre trabalho docente no Brasil: uma revisão da literatura especializada no assunto. **Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, v. 9, n. 2, 2020. DOI: 10.9771/re.v9i2.33242. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33242>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RIBEIRO, F. **Evasão escolar no contexto brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

RIBEIRO, J. C.; MARTINS, D. A. A influência do transporte e alimentação escolar na permanência dos alunos na escola. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 50, n. 1, p. 110-127, 2023.

ROCHA NETO, A. S. *et al.* Evasão escolar: um desafio para a educação. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 143, fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/dt10202502110757. Disponível em: <https://revistaft.com.br/evasao-escolar-um-desafio-para-a-educacao/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, J. **A educação e o mercado de trabalho**: caminhos e desafios da inclusão social. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.

SANTOS, J. P.; ALMEIDA, T. F. Juventude, mercado de trabalho e abandono escolar: um estudo no Baixo Jequitinhonha. **Revista de Estudos Rurais**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2021.

SANTOS, J.; MOURA, M. R. de. Educação e desigualdades raciais no Brasil: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

SANTOS, J.; OLIVEIRA, S. **Metodologias ativas para o ensino de alunos com TEA**. Recife: Editora Universitária, 2022.

SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, C. R. O impacto da alimentação escolar na permanência dos estudantes no ensino médio. **Revista de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 19, n. 4, p. 89-105, 2022.

SANTOS, M. C. *et al.* Programa bolsa família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no brasil: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Belo Horizonte, v. 24, n. 6, p. 2.233-2.247, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018246.19582017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/62750>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, M. *et al.* **Infraestrutura escolar e permanência estudantil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

SANTOS, R. S. dos.; SANTANA, J. R. O impacto das tecnologias educacionais no ensino básico e médio, uma análise bibliométrica da literatura. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, [s. l.], v. 29, n. 11, p. 13-23, 2024. DOI: 10.9790/0837-2911041323. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue11/Ser-4/C2911041323.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

SASSAKI, R. K. As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo: LarvatusProdeo, 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEVERINO, A. J. Universidade, ciência e formação acadêmica. In: SEVERINO, A. J. (org.). **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 22-36.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2015.1.17237. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, A. M. **Desigualdade social e abandono escolar**: um estudo de caso no interior do Brasil. Brasília: Editora da UnB, 2018.

SILVA, M. dos R. M.; SILVA, L. G. da. Bolsa Família e suas contribuições para a educação pública. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6428>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, P.; ALMEIDA, C. **A relação entre setor privado e educação pública**. Curitiba: Editora da UFPR, 2021.

SOUSA, O. M. C. G.; ALBERTO, M. de F. P. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/58yGDzFsDxq4H5LiBWGs3Rj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SOUZA, A. L. **A educação como chave para o desenvolvimento econômico**. Curitiba: Editora Paraná, 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SOUZA, F. **O impacto das políticas públicas na educação brasileira**: uma análise das iniciativas contra a evasão escolar. Recife: Editora da UFPE, 2019.

SOUZA, P. M. C. de. A importância da valorização da escola pública. **Primeira Evolução**, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 57-64, 2022. DOI: 10.52078/2675-2573.rpe.27.2022.art.239. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/239>. Acesso em: 8 set. 2025.

TAVARES JÚNIOR, F.; SANTOS, J. R. dos; MACIEL, M. de S. Análise da evasão no sistema educacional brasileiro. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 73-92, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/RPDE/article/view/31940>. Acesso em: 19 fev. 2025.

UNICEF. **Relatório de resultados anuais**. 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/2015-annual-results-reports> Acessado em: 22 jun. 2025.

UNIUBE. Biblioteca Central. **Apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas de documentação da ABNT**: informações básicas. Uberaba: UNIUBE, 2019. Disponível em: <https://uniube.br/arquivos/2024/abril/manual-de-normalizacao-2023.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

VASCONCELOS, J. M. de. **O meu pé de laranja lima**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

APÊNDICE

Plano de Rodas de Conversa com a comunidade sobre Exclusão e Evasão escolar em Escolas Estaduais de Santo Antônio do Jacinto/MG.

Plano de Rodas de Conversa com a comunidade sobre Exclusão e Evasão Escolar em Escolas Estaduais de Santo Antônio do Jacinto/MG.

FIGURA 01 - PESSOAS DIALOGANDO EM RODA DE CONVERSAS



FONTE: FREPIK. Disponível em: https://www.freepik.es/vector-premium/vd-ilustracion-vector-plano-isometrico-terapia-psicologica-circulo-discusion_235318851.htm. Acesso em: 04 set. 2025.

Edson Gonçalves Maranhão
Adelino José de Carvalho Dias

Este Plano de Rodas de Conversa é resultado da Dissertação de Mestrado intitulada: **Exclusão Escolar no município de Santo Antônio do Jacinto no Baixo Jequitinhonha de Minas Gerais** produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba (PPGPE/UNIUBE).

QR CODE contendo a Dissertação

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Maranhão, Edison Gonçalves.
M325p Plano de rodas de conversa com a comunidade sobre exclusão e evasão escolar
em escolas estaduais de Santo Antônio do Jacinto/MG / Edison Gonçalves Maranhão,
Adelino José de Carvalho Dias. – [Uberlândia (MG)], [2023].
[13 p] : il., color.

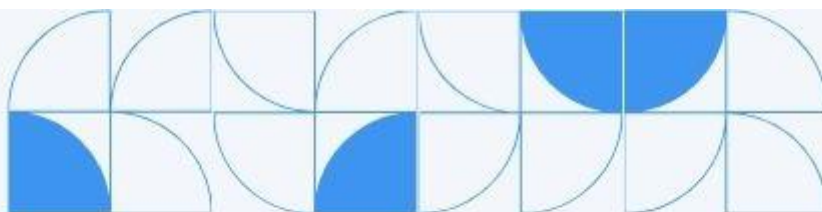
Este produto educacional foi elaborado a partir da dissertação "Exclusão escolar
no município de Santo Antônio do Jacinto no Baixo Jequitinhonha de Minas Gerais"
e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional
em Formação Docente para a Educação Básica pela Universidade de Uberaba –
UNIUBE, sob a orientação do Prof. Dr. Adelino José de Carvalho Dias.
Inclui referências.

1. Evasão escolar. 2. Direito à educação. 3. Educação e estado. I. Dias, Adelino
José de Carvalho. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em
Educação – Mestrado Profissional em Formação Docente para a Educação Básica. III.
Título.

CDD 371.295

Tatiane da Silva Viana – Bibliotecária – CRB-6/3171





Este Plano para Rodas de Conversa sobre Exclusão e Evasão Escolar foi produzido por Edson Gonçalves Maranhão e Adelino José de Carvalho Dias.

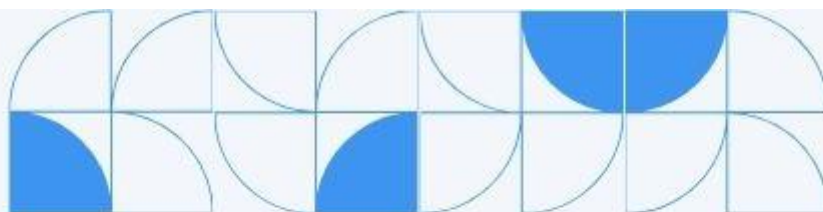
Você está livre para:

- Compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato;
- Adaptar, transformar e construir sobre o material sob os seguintes termos:

Atribuição - Você deve dar crédito apropriado, indicando que alterações foram feitas;

Não comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais;

Compartilhar igual - Se você remixar, transformar ou construir sobre o material, deve distribuir suas contribuições como o original.

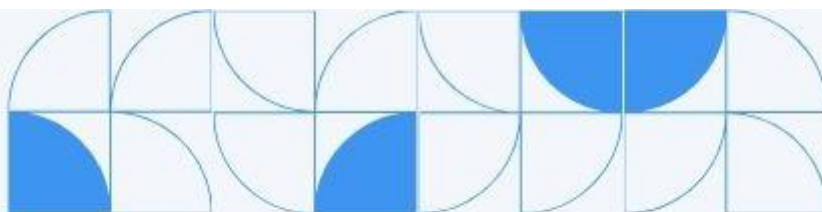


Apresentação

O presente Plano de Rodas de Conversa é resultado da pesquisa empreendida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica - Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba - UNIUBE.

De acordo com a pesquisa elaborada, compreendemos que existe uma necessidade de compartilhar e construir conhecimento e consciência acerca da Exclusão e Evasão Escolar.

O tema Exclusão e Evasão escolar tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões e reflexões promovidas pelo Estado e pela sociedade civil, especialmente por organizações e movimentos ligados à educação, tanto no campo da pesquisa científica quanto nas políticas públicas. Porém, a educação ainda não tem sido plena no que diz respeito ao acesso de todos os cidadãos, tampouco à conclusão de todos os níveis de escolaridade.



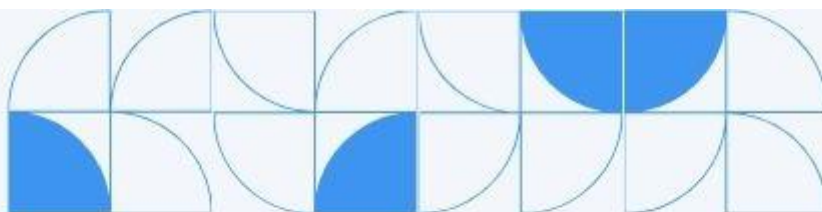
Introdução

Este Plano foi criado para promover encontros significativos e horizontais, fortalecer vínculos, sensibilizar os envolvidos e mobilizar a comunidade escolar em torno de um objetivo comum: garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Embora os temas que envolvem a Exclusão e a Evasão Escolar sejam constantemente debatidos, a proposta visa abordar de forma estratégica os principais fatores que contribuem para esse problema, instigando medidas práticas e informando sobre políticas públicas em uma das regiões mais carentes de Minas Gerais, que enfrenta altas taxas de exclusão escolar, especialmente entre os jovens.

A falta de recursos, o distanciamento das políticas públicas e as dificuldades de acesso à educação de qualidade agravam a situação. A roda de conversas, é uma forma de alcançar, sensibilizar e engajar diferentes agentes sociais, educadores, pais e jovens sobre a importância da educação como ferramenta para o desenvolvimento social e econômico da região.

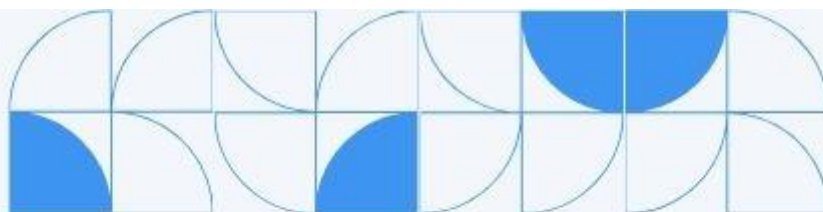
As rodas de conversa desejam fornecer informações sobre as causas da exclusão escolar, apresentando dados atualizados sobre a realidade da região e sugerir caminhos para a reversão deste quadro.



Esperamos que através de plano, alcancemos educadores, diretores escolares do município e demais região do Baixo Jequitinhonha, estudantes e suas famílias, com foco nas que estão em risco de evasão escolar, líderes comunitários e organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área de educação e desenvolvimento social, bem como políticos e gestores públicos interessados em desenvolver políticas públicas que combatam a exclusão escolar.

Como estratégia para torna a roda de conversas uma ferramenta prática e acessível para engajar e mobilizar a sociedade do município e demais regiões do Baixo Jequitinhonha na luta contra exclusão escolar, a divulgação, será feita gratuitamente, da seguinte forma: digital, com foco em acessibilidade para a população local, por meio de plataformas digitais (sites, redes sociais e e-mails), parcerias com escolas e gestores locais para a realização das rodas em eventos comunitários e educativos.

Acreditamos que, ao apresentarmos dados claros, causas identificadas e soluções viáveis, o produto contribuirá para a construção de uma rede de apoio local, regional e até mesmo como inspiração a outras regiões do nosso estado e país, que poderá efetivamente reduzir o número de jovens fora da escola e, assim, melhorar o futuro da região.



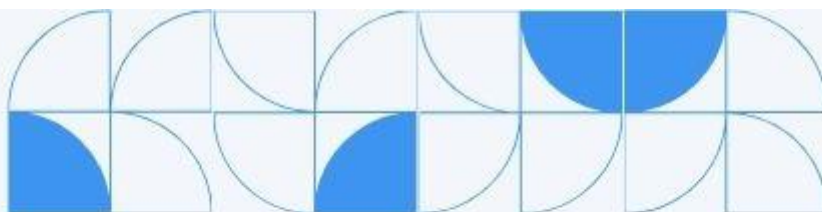
Plano de Rodas de Conversa

OBJETIVOS

- Apresentar o tema na comunidade.
- Compreender melhor a realidade local e suas especificidades.
- Sensibilizar as famílias e professores/as.
- Conhecer experiências da comunidade que se relacionam com o tema.
- Escutar e valorizar as vozes dos/das envolvidos/as.
- Apresentar dados e estudos sobre as taxas de exclusão escolar no município.
- Informar sobre ações de governo e políticas públicas que podem ser acionadas.

PÚBLICO-ALVO

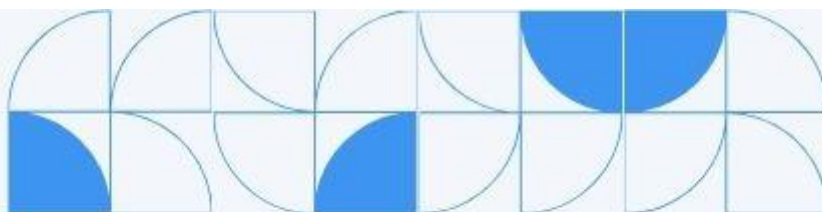
- Alunos/as do Ensino Fundamental dos anos finais e Ensino Médio.
- Pais, mães e responsáveis.
- Professores/as de todas as áreas do conhecimento.
- Diretores/as, secretários/as e equipe pedagógica.
- Representantes do poder público.



METODOLOGIA

As Rodas de Conversa serão conduzidas de forma interativa, dinâmica e participativa, garantindo um ambiente acolhedor, com troca de experiências e aprendizado:

- **Formato Interativo:** Cada Roda contará com um momento para breve apresentação dos participantes e posteriormente com espaços dedicados a perguntas e respostas para promover o engajamento dos participantes.
- **Convidados/Participantes:** Comunidade Escolar, profissionais da área da educação, gestores públicos, poder executivo e legislativo, conselhos e órgãos de proteção infanto juvenil.
- **Materiais Complementares:** Ao final de cada roda, serão disponibilizados materiais de apoio, como artigos, folders com endereços e contatos de órgãos de apoio e proteção.



PLANEJAMENTO DAS RODAS DE CONVERSAS COM A COMUNIDADE SOBRE EXCLUSÃO E EVASÃO ESCOLAR

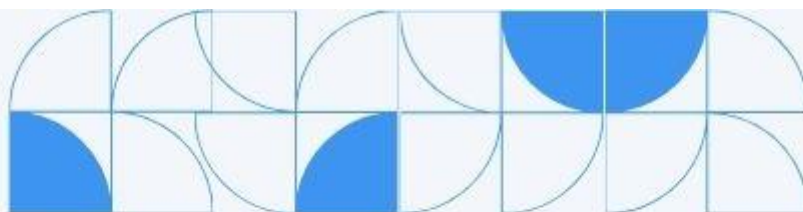
Serão realizadas inicialmente 05 (cinco) rodas de conversa no município, sendo 03 (três) na sede, 01 (uma) no distrito e 01(uma) no povoado.

A o tempo de roda será dividida em 04 (quatro) momentos:

- a) Boas vindas e acolhimento;
- b) Contextualização e embasamento teórico;
- c) Compartilhamento de ideias;
- d) Encaminhamentos e finalização.

Locais em que serão realizadas:

- **Roda 1:** Escola Estadual do Povoado de Cristiánopolis
- **Roda 2:** Escola Estadual Clemente da Rocha Bandeira
- **Roda 4:** Escola Estadual João Vieira de Souza
- **Roda 5:** Escola Estadual do Distrito de Catajás
- **Roda 5:** Será realizada na Câmara de Vereadores



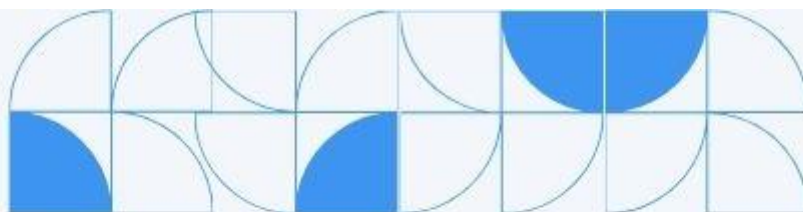
FORMATO DAS RODAS

- Duração de 1h30min cada.
- Utilização de espaços públicos e escolares.
- Interação com público através do incentivo com perguntas e uma boa estratégia de acolhimento.

- **Divulgação**
 - Rádio.
 - Carro de som.
 - Pelas redes sociais, grupos de WhatsApp e e-mails.
 - Criação de um calendário visual com as datas e temas.

- **Avaliação**
 - Após cada roda, através do feedback dos participantes.
 - Espaço aberto para ouvir representantes dos vários segmentos.

- **Recursos Adicionais**
 - Indicação de materiais de leitura, vídeos e sites confiáveis para aprofundamento.



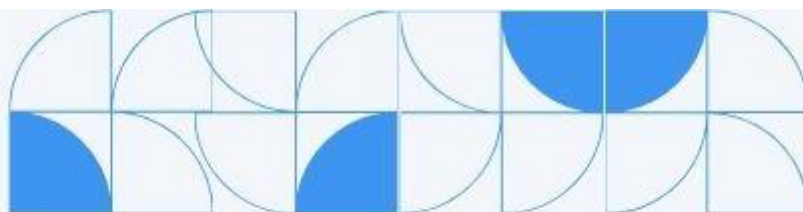
Condução das RODAS

Apresentação do tema: Introdução breve do assunto a ser abordado, contextualizando sua importância.

Explicação do tema: O facilitador ou condutor da roda trará informações teóricas e práticas sobre o cenário atual com o tema abordado.

Momento de Interação: Durante a roda terá um momento de escuta mútua, com perguntas e respostas, para a construção coletiva de ideias.

Encerramento e recursos: Resumo dos principais pontos discutidos e disponibilização de materiais complementares.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. P. **Evasão escolar e suas consequências sociais: uma análise comparativa**. Belo Horizonte: Editora Minas, 2020.

CABRAL, C. G. L. **Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso?** Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARVALHO, T. **A evasão escolar no Brasil e suas causas**. São Paulo: Editora Universitária, 2021.

IBGE. **Indicadores sociais do estado de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/45/95379?tipo=ranking>. Acesso em: 3 fev. 2025.

LIMA, A. R. **Evasão escolar e o futuro da economia regional**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022.

OLIVEIRA, F. L.; NÓBREGA, L. **Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira**. Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 19, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 4 maio 2025.

OLIVEIRA, J. F. **Educação básica e evasão escolar: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

OLIVEIRA, L. C de. **Evasão escolar: identificando causas e propondo intervenções**. 90 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo-RS, 2016. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/731/1/oliveira_lc_tmp464.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

OS AUTORES



**Edson Gonçalves
Maranhão**



Graduado em Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), com especialização em Supervisão Escolar. Atua como servidor público na Escola Estadual Clemente da Rocha Bandeira e na Escola Municipal Milagrosa. Mestrando em Educação Profissional pela Universidade de Uberaba.



**Adelino José de
Carvalho Dias**



Doutor em Educação. Professor da Universidade de Uberaba no PPGPE/UNIUBE, pesquisando Políticas Públicas Educacionais e a efetivação do Direito à Educação.